

Primeira Escrita

v. 10

n. 01

2023

ISSN 2359-0335

Dossiê

**Sociolinguística e análise do discurso: interfaces
possíveis no ensino e na pesquisa**



**Revista do Curso de Letras
Câmpus de Aquidauana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



PRIMEIRA ESCRITA
ISSN 2359-0335 (PUBLICAÇÃO ONLINE)
Revista do Curso de Letras do Câmpus de Aquidauana
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Coordenação

Editor-chefe:
Edelberto Pauli Júnior (UFMS)

Editor-adjunto:

Diana Milena Heck (UFMS)

Periodicidade

Semestral

Divulgação

Eletrônica em
<https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres>

Contato Principal

Edelberto Pauli Júnior
primeiraescritacpaq@ufms.br

Projeto Gráfico

Mario Marcio Godoy Ribas, UFMS

Revisão de Língua Espanhola

Edelberto Pauli Júnior, UFMS

Revisão de Língua Inglesa

Mario Marcio Godoy Ribas, UFMS

Endereço para correspondência

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Revista Primeira Escrita
A/C Edelberto Pauli Júnior
Rua Oscar Trindade de Barros, 740
Aquidauana – MS
CEP 79200-000

Conselho Editorial

Dra. Alexandra Aikhenvald (CQUniversity) - Austrália
Dr. Angel Corbera (UNICAMP) - Brasil
Dra. Beatriz Cristino Protti (UFRJ) - Brasil
Dr. Edgar Nolasco (UFMS) - Brasil
Dr. Eduardo Penhavel (UNESP) – Brasil
Dra. Eliane Mourão (UFOP) – Brasil
Dr. Gabriel Antunes (University of Macau) - China
Dr. Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque (UFAM) - Brasil
Dr. Marco Antonio Almeida Ruiz (UFG) - Brasil
Dra. Maria Alzira Leite (UNINCOR) - Brasil
Dra. Maria Angela Paulino Teixeira Lopes (PUC Minas) - Brasil
Dra. Morgana Fabiola Cambrussi (UFFS) - Brasil
Dra. Nara Hiroko Takaki (UFMS) - Brasil
Dr. Paulo Alexandre Pereira (Universidade de Aveiro) - Portugal
Dr. Reinaldo Francisco Silva (Universidade de Aveiro) - Portugal
Dr. Rosivaldo Gomes (UNIFAP) - BRASIL
Dra. Rosana Cristina Zanelatto Santos (UFMS) - Brasil
Dra. Simone dos Santos (UFVJM)-Brasil
Dra. Talita Marine (UFU) - Brasil
Dra. Thaís Cristófaró (UFMG) - Brasil

ORGANIZADORAS DO DOSSIÊ

Cristiane Schmidt (UFMS)
Samuel de Souza Silva (UFMS)
Antônio Santana de Souza (UEMS/UNEMAT)
Marcelo Nicomedes dos Reis S. Filho (UFMA)

Os conteúdos e as opiniões emitidas nos textos da Revista Primeira Escrita são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.





SUMÁRIO

- 4** APRESENTAÇÃO
Por Cristiane Schmidt; Samuel de Souza; Antonio Carlos Santana e
Marcelo Nicomedes dos Reis

DOSSIÊ: SOCIOLINGUÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO: INTERFACES POSSÍVEIS NO ENSINO E NA PESQUISA

- 6** A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR DE LÍNGUA
PORTUGUESA NA CIDADE DE CÁCERES-MT
por Yara Fernanda de Oliveira Adami
- 20** REPRESENTAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO:
PERSPECTIVAS INSÓLITAS NO CONTO “LUA CHEIA”, DE CIDINHA
DA SILVA
por Lucas Matheus da Silva de Carvalho
- 32** IMPLICAÇÕES SOCIODISCURSIVAS SOBRE AS TENSÕES RACIAIS
NO BRASIL: O ABUSO DE PODER NA LÍNGUA
por Willyane Mara Costa de Paula
- 56** *ACHEI QUE ERA SÓ UM VERBO*: DISCUSSÕES SOBRE O USO DO
VOCÁBULO “ACHAR” EM POSTAGENS DO *TWITTER* À LUZ DA
TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA E DESDOBRAMENTOS COM A
DECOLONIALIDADE
por Simonne Pereira da Silva Ribeiro e Cristiane Schmidt
- 71** PRECONCEITOS SOCIAIS E LINGUÍSTICOS: DAS VIVÊNCIAS ÀS
RESISTÊNCIAS DE INDÍGENAS TERENA DO NORTE DE MT
por Nilce Alcântara Gabriel e Neusa Inês Philippsen
- 81** MÍDIA ALTERNATIVA DIGITAL AOS FATOS E A CHECAGEM DE
FATOS: UM FUNCIONAMENTO EM ANÁLISE
por Lucas Andrey Rodrigues, Márcia Vorpapel Serschön e Pamera
Francieli Corrêa Pereira



89 A PRODUÇÃO DO SUJEITO-ODIOSO A PARTIR DA PUBLICIDADE DO NOVO POLO
por Eliézer Reis Vicente e Ricardo Almeida de Melo

105 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NÃO PADRÃO EM BACABAL-MA
por João Vitor Cunha Lopes

117 A QUEDA E A CULTURA DO CANCELAMENTO: O ETHOS DE GLÓRIA GROOVE
por Carlos Eduardo do Vale Ortiz e Sorhaya Chediak

131 A CONSTRUÇÃO TEMPORAL DA NÃO-PERTENÇA EM OS MEUS SENTIMENTOS
por Gabriela Cristina Borborema Bozzo



APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ “SOCIOLINGÜÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO: INTERFACES POSSÍVEIS NO ENSINO E NA PESQUISA”

Cristiane Schmidt¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Samuel de Souza Silva²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Antonio Carlos Santana de Souza³

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho⁴

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prezados leitores e leitoras!

Neste número a Revista **Primeira Escrita** nos apresenta a temática sobre as “Sociolinguística e Análise do Discurso: Interfaces possíveis no ensino e na pesquisa”, cujo intuito é divulgar estudos e pesquisas que concebem a língua nas suas relações com a exterioridade linguística, seja essa exterioridade em uma dimensão mais social conforme a concepção da Sociolinguística, seja em sua dimensão mais histórica-ideológica como na perspectiva da Análise do Discurso.

Assim, fazem parte dessa edição os trabalhos na sequência descritos.

Em “A variação linguística no contexto escolar de língua portuguesa na cidade de Cáceres-MT” a autora Yara Fernanda de Oliveira Adami analisa os usos sociolinguísticos de cinco professores de língua portuguesa, nascidos em Cáceres - Mato Grosso, atuantes em cinco instituições de ensino básico. Nessa pesquisa a autora enfoca a diversidade dos usos vernáculos dos professores em contrapartida a variante padrão da língua portuguesa.

No artigo intitulado “Representação dos papéis sociais de gênero: perspectivas insólitas no conto “Lua Cheia”, de Cidinha da Silva” o autor Lucas Matheus da Silva de Carvalho analisa o conto de Cidinha da Silva no intuito de demonstrar os valores sociais representados ficcionalmente, enfocando o viés da autora em subverter a hierarquia social e apresentar um protagonismo feminino em seu conto.

Já a autora Willyane de Paula no seu texto intitulado “Implicações Sociodiscursivas Sobre as Tensões Raciais no Brasil: O Abuso de Poder na Língua” estabelece por sua temática um diálogo tanto com a Sociolinguística quanto com a Análise do Discurso; abordando a relação entre língua, discurso e sociedade, enfocando nas implicações sociodiscursivas nas relações raciais a partir de determinados contextos societários e o abuso de poder por meio da língua.

¹ É professora adjunta da UFMS. Atua na pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e no Curso de Letras Português no câmpus de Aquidauana na UFMS. E-mail: cristiane_schmidt@ufms.br

² É professor adunto da UFMS, em Aquidauana. Doutor em estudos linguísticos pela Universidade Federal de Goiás, bacharel em Linguística também pela UFG (2011), bacharel em Teologia pelo SPBC (2005).

³ É professor efetivo da UEMS (Campo Grande - MS). Atua no programa de pós-graduação em Linguística da UNEMAT e ProfLetras UEMS (Campo Grande) e nos cursos de Bacharelado em Letras e Português/Inglês da UEMS. E-mail: antonio.santana@unemat.br

⁴ É Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão - UFMA (São Luís- MA). Atua no Departamento de Letras no curso de Letras Libras. E-mail: marcelo.nicomedes@ufma.br



No texto seguinte, as autoras Simonne Ribeiro e Cristiane Schmidt em "*Achei que era só um Verbo*": Discussões sobre o uso do Vocábulo "Achar" em Postagens do *Twitter* à Luz da Teoria Sociolinguística e Desdobramentos com a Decolonialidade, apresentam estudo sociolinguístico da variação e das mudanças linguísticas da língua portuguesa por influência das mídias digitais, partindo de um estudo do caso do uso do verbo "achar" em publicações no *Twitter*.

Por sua vez, as autoras Nilce Alcântara Gabriel e Neusa Inês Philippsen colaboram com o artigo "Preconceitos sociais e linguísticos: das vivências às resistências de indígenas Terena do Norte de MT", o qual trata de um estudo com base na sociolinguística que visa demonstrar as variações da língua portuguesa e da língua Terena falada por indígenas terenas da aldeia Kopenoty, cuja meta foi asseverar a relevância de uma educação linguística consciente para refutar o preconceito linguístico e suas derivações.

Em "Mídia alternativa digital *Aos Fatos* e a checagem de fatos: um funcionamento em análise", os autores Lucas Andrey Rodrigues, Márcia Vorpapel Serschön e Pamera Francieli Corrêa Pereira propõem estudar as sequências discursivas da revista "Aos Fatos" a fim de analisar o funcionamento discursivo desconstruindo os mitos de verdade, neutralidade, imparcialidade e objetividade.

No artigo seguinte, "A produção do sujeito-odioso a partir da publicidade do novo Polo", os autores Eliézer Reis Vicente e Ricardo Almeida de Melo tomam como ponto de partida as análises de *twittes* e *memes* que viralizaram em torno da publicidade do carro da marca Volkswagen, o novo Polo, para apontar o discurso de ódio homofóbico como interdito ao pleno exercício da sexualidade e manifestação de intolerância e preconceito.

Na sequência, o artigo intitulado "As formações imaginárias sobre a concordância nominal de número não padrão em Bacabal-MA" de autoria de João Vitor Cunha Lopes, se debruça sobre o fenômeno da concordância nominal no português brasileiro a partir da Análise do Discurso, especificamente, nas sequências discursivas extraídas de uma amostra de fala da cidade de Bacabal, no estado do Maranhão.

O texto "A Queda e a Cultura do Cancelamento: o Ethos de Glória Groove" os autores Carlos Eduardo do Vale Ortiz e Sorhaya Chediak procuram refletir sobre a cultura do "cancelamento", tema recorrente nas mídias contemporâneas, a partir de uma análise discursiva do musical "A queda" de Glória Groove. Os autores têm como foco a análise das estratégias argumentativas e o conceito de "ethos" na perspectiva de Mangueneau.

No texto seguinte; "A construção temporal da não-pertença em *Os meus sentimentos*, de Dulce Maria Cardo" da autora Gabriela Cristina Borborema Bozzo faz uma análise literária de cunho mais discursivo da temática da "não – pertença" no texto de Dulce Maria Cardo. A autora estabelece a relação entre essa temática filosófica do sujeito excluído e a representação literária desse tema por mecanismos linguísticos, principalmente pelo tempo verbal e outros simulacros do tempo na língua.

Desejamos a todos uma boa leitura e, em especial, agradecemos aos autores que colaboraram com mais um volume da *Revista Primeira Escrita*.

Aquidauana-MS, julho de 2023.



A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CIDADE DE CÁCERES-MT

Yara Fernanda de Oliveira Adami¹

Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)

RESUMO

Neste trabalho propusemos analisar os usos sociolinguísticos de cinco professores de língua portuguesa, nascidos em Cáceres - Mato Grosso, atuantes em cinco instituições de ensino básico, contemplando as séries do ensino fundamental II. A análise do estudo foi amparado pela teoria Variacionista de caráter qualitativo-quantitativo, postulados discutidos por William Labov (1969, 1972) a partir da década de 1960. Nesse sentido, a pesquisa fundamenta-se também em José Lemos Monteiro (2000); Ana Maria Zilles e Carlos Alberto Faraco (2017). Tais autores discutem normas abordando os acontecimentos variáveis de forma pedagógica a pesquisa em campo, a fim de entendermos qual diferencial faz o extralinguístico exercer um papel autônomo na fala do docente de língua portuguesa nascido em Cáceres, considerando a busca das variáveis decorrentes na sala de aula, no caso, o vernáculo do professor em contrapartida a gramática normativa. A diversidade está presente quando pensamos na linguagem de um falante (no caso a pessoa nascida em Cáceres), e da sua profissão (o professor de língua portuguesa). Postos em análise direta, percebemos que os docentes colaboradores da pesquisa utilizam o falar cacerense em sala de aula, nos levando ao entendimento da recorrência das variações fonéticas e fonológicas encontradas nas transcrições das gravações.

Palavras-chave: Sociolinguística. Língua portuguesa. Gramática normativa. Falar Cacerense.

ABSTRACT

In this work we propose to analyze the sociolinguistic uses of five Portuguese language teachers, born in Cáceres - Mato Grosso, working in five basic education institutions, contemplating the grades of elementary school II. The analysis of the study was supported by the Variationist theory of qualitative-quantitative character, postulated by William Labov (1969, 1972) in the 1960s. In this sense, the research is also based on José Lemos Monteiro (2000); Ana Maria Zilles, and Carlos Alberto Faraco (2017). These authors discuss norms by approaching the variable events in a pedagogical way to the field research, to understand which differential makes the extralinguistic play an autonomous role in the speech of the Portuguese language teacher born in Cáceres, considering the search for the variables arising in the classroom, in this case, the vernacular of the teacher in contrast to normative grammar. Diversity is present when we think of the language of a speaker (in this case the person born in Cáceres), and of his profession (the Portuguese language teacher). In direct analysis, we noticed that the teachers who collaborated in this research use the Cacerense language in the classroom, leading us to understand the recurrence of phonetic and phonological variations found in the transcriptions of the recordings.

¹É mestre pela UNEMAT. E-mail: yaraoliveira93@gmail.com



Keywords: Sociolinguistics. Portuguese Language. Normative Grammar. Cacerense Speaking.

INTRODUÇÃO

No estado do Mato Grosso, espaço no qual situamos nosso estudo, podemos afirmar que os estudos que relacionam a linguagem com a sociedade são amplos e diversos. Especialmente na cidade de Cáceres-MT, há uma grande variedade de idiomas devido à presença de grupos de diversas partes do país e a proximidade com a fronteira com a Bolívia.

A cidade de Cáceres ficou isolada do mundo de 1778 a 1938 por somente ser acessível por água, o que a tornava cara e demandava muito tempo de viagem. Podemos supor que esta seja uma das razões pelas quais os costumes e tradições das comunidades são preservadas, conservando sua própria forma de falar, embora não imune às mudanças trazidas pela dinâmica inerente a cada língua (DA SILVA et al., 2021).

A partir de 1940, Cáceres tornou-se um importante centro político e econômico da região sudeste de Mato Grosso, atraindo imigrantes de todo o país. A cidade sofreu um enorme impacto imigrante devido a uma campanha massiva de empresas coloniais no sul e sudeste do país. Essa migração trouxe a diversidade cultural e linguística de outros grupos, mesclada com a diversidade linguística dos Cáceres da época (MENDES; MACEDO-KARIM, 2015).

Assim, podemos dizer que mudanças consistentes nos números nominais do português brasileiro são implementadas no sistema linguístico, desde variantes populares até variantes padrão. Nas variedades populares, muitas vezes predomina a indicação do plural apenas no determinante à esquerda do nome, principalmente no primeiro elemento. Portanto, a concordância nominal de números em sintagmas nominais na verdade não é usada na variante da língua brasileira. Como veremos na próxima seção, descobriremos que a congruência nominal de gênero (o assunto deste estudo) é bem diferente.

Vários autores trabalham sobre o falar justamente pelo enriquecimento cultural que isso ocasiona em uma comunidade. Um exemplo disso é o autor Marcos Bagno, no livro *Português Brasileiro? Um convite à pesquisa* (2001), no qual expõe a seguinte ideia “A principal característica das línguas humanas é sua heterogeneidade” (BAGNO, 2001, p. 41), sendo a heterogeneidade um fator singular pertencente a cada falante. A essa singularidade se refere Mollica (2003), defendendo que cada espaço de convívio humano, predispõe a uma característica única de fala.

Não é preciso andar muitos quilômetros para podermos perceber que a variação linguística nos rodeia. Corremos o risco inclusive, de sermos propagadores de uma variação. Bagno nos aponta um novo meio de se pensar a variação, com o nome de *variedade*, em que lemos que:

Se você, em vez de sair viajando pelo país, decidir estudar os modos de falar das pessoas de um mesmo lugar – uma grande cidade, por exemplo -, vai notar que a variedade falada nesse lugar apresenta diferenças correspondentes às diferenças que existem entre as pessoas: grau de escolaridade, situação socioeconômica, faixa etária, origem geográfica, etnia, sexo, etc. (BAGNO, 2001, p. 42).

A variação linguística não ocorre somente de um estado pelo outro, mas de uma forma geral, tudo significa. Inclusive, a norma padrão de um falante que faz uso da norma culta, nascido e criado



em Pernambuco, difere da norma padrão, de um outro falante nascido e criado no estado de Minas Gerais.

A grande questão é que a língua vive em mutação. A sociolinguística veio mostrar que toda língua muda e varia, isto é, muda com o tempo e varia o espaço, além de variar também de acordo com a situação social do falante (BAGNO, 2001, p. 43).

A Sociolinguística visa explicar como as variações linguísticas acontecem, decorre do interesse dos cientistas da linguagem em explicar, esmiuçadamente o básico de que ‘não existe o falar errado’, já que a língua é considerada pelos Estudos Sociolinguísticos como heterogênea, nela ocorre a incorporação de várias interferências que resultam na diversidade linguística.

Essa é uma das premissas da Sociolinguística de que a língua é de natureza constitutiva heterogênea e mutável. Vemos em Mollica (2003), algumas considerações plausíveis a respeito da Teoria da Mudança Linguística: Sobre a heterogeneidade, no caso que a língua é dotada de heterogeneidade sistemática. “Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas” (MOLLICA, 2003, p. 9).

O senso comum espera de grandes profissões - aqui, apontadas por maior índice de concorrência nas vagas: medicina, direito, engenharia -, que o falar seja culto com um vocabulário formal, intelectual e amplo. Infelizmente, a sociedade – não como um todo, acaba por desvalorizar quem fala diferente do ‘intelectualmente esperado’, por exemplo, um juiz de direito, fora de seu local de trabalho, ao utilizar gírias, gera um desconforto em quem espera que pela profissão, esse profissional não possui liberdade de fala.

No livro *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino* (2015), Faraco e Zilles, descrevem:

O **senso comum** tem escassa percepção da língua como um fenômeno heterogêneo que alberga grande variação e está em contínua mudança. Por isso, costuma folclorizar a variação regional; **demoniza a variação social** e tende a interpretar as mudanças como sinais de deteriorização da língua. O **senso comum** não se dá bem com a variação e a mudança linguística e chega, muitas vezes, a explosão de ira e a gestos de grande violência simbólica diante de fatos de variação e mudança (FARACO; ZILLES, 2015, p. 07 – grifos nossos).

Percebemos que é nesse momento que a tentativa de inferiorizar tal profissional, nesse caso em específico, o juiz, ocorre. Evidentemente que esse exemplo foi explanado de forma fictícia, a fim de situar o leitor a imaginar suposta ação. Apesar do preconceito linguístico não ser fictício, não é difícil ver casos como esse na internet ou outros meios tecnológicos de comunicação.

Ocorre que casos como esse quando chegam no campo do preconceito linguístico, fazem com que a sociedade discrimine o profissional que possui variação linguística em sua fala. Depreendemos que o ser humano não se distancia da sua área de trabalho por falar com variedades linguísticas.

Lidar com o senso comum não é tão fácil como pensamos. Explicar para a sociedade que um profissional não deixa de ser profissional, somente por assumir a sua identidade linguística. Dessa forma, os estudos linguísticos não medem esforços para quebrar estas rupturas, visando sempre buscar um caminho teórico que possa explicar como acontecem essas diversidades linguísticas.



A nossa inquietação permeia sobre o fato sobre quem se preocupa com o professor? Como o falante que está em sala de aula pode agir diante da sua própria variação linguística? De uns tempos para cá, com a inserção de grandes teóricos discutindo sobre a variação e diversidade em sala de aula.

Buscaremos identificar o lugar do professor de língua portuguesa natural da cidade de Cáceres, diante dos impasses provocados pela gramática normativa, que detém do politicamente correto. Ignorando o fato de que a variação linguística não distingue o certo e o errado, pois a identidade cultural desse profissional de letras o permite a ser livre no seu jeito de falar.

Nesse sentido, entendemos que o nosso estudo procurou avançar, ao reiterar que não existe o 'certo' ou o 'errado', conforme os pressupostos teóricos dos Estudos Sociolinguísticos.

Para tanto, a as questões centrais que norteiam esta pesquisa são as seguintes:

- (i) O professor de língua portuguesa cacerense é obrigado a falar como prescreve a gramática normativa?
- (ii) O professor de língua portuguesa cacerense é forçado a ocultar sua identidade linguística para ensinar o português padrão em sala de aula?
- (iii) Como se dá essa situação entre a variação linguística e norma culta?

Buscaremos discorrer acerca dessas questões, procurando, de certa forma, sanar essas dúvidas que permeiam uma gama da sociedade. Ao mesmo tempo, buscaremos não somente explicações teóricas, mas também, como este estudo poderá ajudar pessoas que sofrem com esse tipo de preconceito, em seu âmbito profissional, diretamente, se tratando do professor de língua portuguesa cacerense.

Finalmente, este estudo foca no fenômeno linguístico ocasionado entre o professor de língua portuguesa para com o aluno, pelo viés da teoria da Sociolinguística Variacionista, considerado que o falar nativo cacerense é marcado pelo contato linguístico.

1 METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou a abordagem quantitativa e qualitativa sendo a coleta e análise de dados desenvolvida conforme a Teoria Variacionista, de William Labov, estando, portanto, fundamentada na área da Sociolinguística.

Para Teixeira (2005), a pesquisa quantitativa advém de uma linguagem matemática que trata sobre o objeto estudado. Essa abordagem procura descrever as causas de um fenômeno como também a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real.

Enquanto na pesquisa qualitativa, segundo Teixeira “o pesquisador procurará reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica” (TEIXEIRA, 2005, p. 137). Ou seja, uma complementa a outra, assim como ambas também podem ser trabalhadas separadamente.

Para a realização do estudo, dividimos o trabalho em distintas etapas e procedimentos metodológicos, seguindo a proposta de três fases que Marconi e Lakatos (1999) sugerem.



PRIMEIRA ETAPA– LEVANTAMENTO DO LOCUS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, selecionamos cinco escolas dentro do perímetro urbano da cidade de Cáceres-MT, distribuídas em bairros diferentes. Logo após a seleção, todas as cinco escolas foram visitadas para que a apresentação da pesquisadora pudesse ser realizada e a pesquisa pudesse ser aceita pelo corpo pedagógico-diretivo de cada escola.

Por meio do Termo de Consentimento (ver Apêndice)², todas as escolas e informantes se solidarizaram em contribuir para a realização desta pesquisa. As escolas participantes da pesquisa foram nomeadas por códigos e não seguem a ordem da visita da pesquisadora.

As informações relevantes a respeito do ano de fundação, quantidade de alunos e docentes, encontram-se no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1: Escolas participantes da pesquisa

Código da escola	Cidade	Ano de fundação	Quantidade de alunos	Quantidade de professores	Turmas ofertadas
EA1	Cáceres	1987	402	14	2º ao 9º ano EF ³
EA2	Cáceres	1959	865	45	2º ao 9º ano EF
EA3	Cáceres	1985	730	54	1º ao 9º ano EF
EA4	Cáceres	1980	650	40	2º ano EF ao 3º ano EM ⁴
EA5	Cáceres	1979	456	29	2º ao 9º ano EF

Fonte: (Autoria própria, 2022)

Entre algumas informações do Quadro 1, está o fato de que a escola mais antiga da pesquisa possui 63 anos de existência (EA2), enquanto a mais nova possui 35 anos (EA1). O quadro acima é separado por ano de fundação das escolas colaboradoras, séries oferecidas, quantidades de docentes e alunos.

Ao todo notamos que a quantidade de alunos em média ultrapassa a faixa de 400. Um número alto a se pensar diante da localização geográfica de cada escola, significando que a cidade corresponde a um grande número de alunos no contexto pedagógico escolar.

Outro aspecto que se verifica no quadro acima é o fato de que apenas uma escola oferece o nível do ensino médio (EA4), o que pode justificar a localização do bairro em questão que se distancia do centro da cidade, ficando próximo da área rural do município.

Além disso, verificamos no quadro que a escola (EA2) mais antiga de Cáceres se localiza, justamente no bairro perto ao Rio Paraguai, em concordância com o avanço da colonização do perímetro urbano.

² Vale ressaltar que o presente estudo tramitou pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade sob o número do parecer: 5.472.373 (ver Anexo I) que foi **aprovado** no dia 15 de junho de 2022.

³ EF: Ensino fundamental;

⁴ EM: Ensino médio.



A historicidade de cada professora-colaboradora representa o compasse da cultura pedagógica inserida na sociedade. Além disso, todas as docentes participantes da pesquisa estudaram em escolas de ensino básico da cidade, e atualmente trocaram o seu lugar de fala, foram das que aprenderam para as que ensinam.

SEGUNDA ETAPA – CONTATO COM O LOCUS DA PESQUISA

Com o levantamento da quantidade de docentes de língua portuguesa em cada escola, aplicamos um breve questionário de dez perguntas para todos os educadores.

Dessa forma, as perguntas que constaram em nosso questionário e que visam compor o perfil dos colaboradores do estudo foram as seguintes:

-
1. Qual o seu nome e a sua idade?
 2. Qual a sua profissão?
 3. Qual o ano de conclusão da sua graduação?
 4. Qual a sua titulação?
 5. Há quanto tempo você atua na área de ensino e nessa escola?
 6. Onde você nasceu?
 7. Há quanto tempo reside em Cáceres?
 8. Em algum momento de sua vida, você residiu em outro município que não seja Cáceres?
 9. Onde os seus pais e/ou responsáveis por você nasceram?
 10. O que você acha do falar cacerense?
-

Com os informantes já selecionados e aptos para participarem da pesquisa, as gravações foram realizadas em cinco turmas do ensino fundamental II, de acordo com o quadro abaixo (Quadro 2):

Quadro 2: Turmas participantes da pesquisa

Ano/Turma	Quantidade de turmas
6º Ano	1
7º Ano	1
8º Ano	1
9º Ano	2

Fonte: (Autoria própria, 2022)



Para fins de sistematização de dados, vale mencionar que cada informante-colaborador do estudo recebeu um código por ordem crescente da idade, o que não corresponde a ordem da coleta dos dados, como nos mostra o quadro abaixo:

Quadro 3: Idade dos colaboradores

Código do informante	Idade
A1	32
A2	39
A3	42
A4	43
A5	49

Fonte: (Autoria própria, 2022)

Conforme se pode visualizar no quadro 3, os colaboradores que aceitaram participar da pesquisa possuem de 32 a 49 anos, sendo que todas dispõem da formação de licenciatura plena em Letras e habilitação em língua inglesa, tendo ainda uma instituição de ensino superior em comum: a Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Cáceres.

Para nortear a nossa busca, dentre as teorias elencadas no decorrer do trabalho, determinamos como base as proposições das autoras Patrícia Rafaela Otoni Ribeiro e Patrícia Fabiane Amaral Cunha (2013), no estudo sobre *Variação, Mudança e não mudança linguística: resignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil*, publicado pela Revista Linguística, em 2013.

As autoras nos ensinam o seguinte:

Os estudos sobre a variação e mudança linguística são orientados e motivados a responder a uma questão central: *como, onde e por que ocorre determinada mudança linguística?* Assim, considera-se que o estudo da mudança leva em conta sua trajetória, cujas fases envolvem variantes linguísticas em coexistência e competição dentro de uma determinada comunidade e a sobrepujança de uma sobre a outra ao longo do tempo. (RIBEIRO; LACERDA, 2013, p. 02 – grifos das autoras)

As autoras, ao apontarem a existência de uma sobrepujança, nos indicam a possibilidade de encontrarmos uma variação, sobreposta a outra variante linguística já existente naquela comunidade, no caso, a sala de aula e o informante que encontra-se inserido no espaço escolar exercendo o seu papel de docente.

A busca pelo resultado final da pesquisa, poderá nos revelar a existência ou não de uma variante nova, assim como o funcionamento de variantes já existentes que se fluíram num determinado tempo dentre toda a sua vivência, até os dias atuais.

CONCLUSÃO



Notamos na língua a passagem do tempo... Sobre uma língua que supostamente segue a linha tênue da formalidade, podemos dizer que esta não possui uma historicidade fidedigna dos seus antepassados. A renovação linguística é constante, não tão rapidamente, no entanto, existe sempre uma mudança ou revolução em curso. Não significa que toda variação leva a mudança, mas, toda mudança decorre de uma variação.

Estudar o falar cacerense é poder trabalhar com um produto cultural que vem sendo moldado pela contemporaneidade, que depreende de um falar centenário repassado por gerações. Desde os ribeirinhos até os centros urbanos da cidade, encontramos características e marcas desse modo de falar. Dos mais velhos aos mais novos, e até mesmo de pessoas que se sentem familiarizadas e/ou admiradas, se apropriam das características dessa variedade linguística.

Neste trabalho propusemos analisar os usos sociolinguísticos de professores de língua portuguesa, nascidos em Cáceres-MT, atuantes em cinco instituições de ensino básico, contemplando as séries do ensino fundamental II.

Por meio das transcrições, notamos as recorrências das variações fonéticas e morfológicas que estão inseridas no falar desses docentes, participantes do estudo. Ao todo, a maioria das recorrências encontradas estão no nível da variação fonológica, totalizando dezenove ocorrências, enquanto atestamos nove ocorrências no nível morfológico.

Na variação fonológica, encontramos apagamentos de diferentes segmentos sonoros, exemplos: não é>né; cês>vocês; como também no nível síncope, exemplo: tava>estava; no nível de alteamento de vogais, exemplos: qui>que; queto>quieto; grandi>grande; cum>com, no nível de redução de ditongos, exemplo: ota>outra.

Enquanto na variação morfológica, verificamos o uso de flexão de plural apenas em um elemento do sintagma nominal, exemplo: teve dúvidas?>tiveram dúvidas? nós vamo ler> nós vamos ler, no nível de apagamento da vogal final 'u', exemplo: cordel termino?> cordel terminou? E a ausência da concordância entre o verbo e o sujeito, exemplo: a gente vai ver aqui> Nós veremos aqui.

Ao classificarmos nossas informantes por idade, percebemos que a as variações fonéticas e fonológicas ocorreram em sua maioria, com a informante A2, ou seja, a segunda colaboradora mais nova da pesquisa.

Enquanto a colabora A1, mais nova, demonstrou duas aparições nessas classificações. Porém, a professora A1 nos ensina um fator incontestável: por ser a única doutoranda e passar muito tempo na qualificação juntamente em sala de aula, atuando como docente, notamos um apagamento no modo de falar regional dessa entrevistada. Não encontramos o falar cacerense no seu vernáculo, tão pouco variações fonéticas e morfológicas em recorrência. Podemos inferir que um dos motivos seja pelo condicionamento da língua regional, pela norma padrão.

O falar cacerense foi encontrado com menor frequência do que foi esperado por essa pesquisadora. A percepção do som S pelo X representada pelo fonema [ˈʃi] do Alfabeto Fonético Internacional (IPA), foi constatado em 88,8% das palavras encontradas. Sendo a maior parte dessa constatação, proferidas pela informante A5, que detém da maior idade.

As autoras Braga e Mollica nos mostram que:



Existem condições ou regras mudáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas em cada contexto. Isso pressupõe que, na língua, variantes podem estar em competição, no sentido que ora pode ocorrer uma, ora pode ocorrer outra. (BRAGA; MOLLICA, 2020, p. 15)

Através do que as autoras nos ensinam, constatamos que a variação fonética e morfológica das professoras de língua portuguesa nessa pesquisa, aparecem em maior quantidade na segunda professora de menor idade (A2), enquanto a colaboradora de maior idade (A5), demonstrou com maior recorrência a utilização de traços do falar cacerense em sala de aula.

Temos em Braga e Mollica (2020, p. 43) que as pessoas de maior idade, tendem a preservar o jeito de falar mais antigo, no caso, se mostram mais resistentes as inovações linguísticas, sendo que isso pode ocorrer com pessoas das mais variadas classes sociais, profissões e sexo.

Nos estudos dessas mesmas autoras, também nos é relatado que “as mulheres orientam sua conversação de uma forma mais solidária, que busca o envolvimento do interlocutor” (BRAGA; MOLLICA, 2020, p. 35), ou seja, outro fator que se concretiza através desta pesquisa.

Por se tratar de informantes somente do sexo feminino, esse fator extralinguístico permeia sobre a forma como as colaboradoras conduziram suas aulas, contribuindo para o ensino da língua portuguesa, pautadas no diálogo com os alunos e o conteúdo pedagógico programado.

Ao buscarmos respostas para a inquietação correspondente em, como a concordância verbal opera diante da junção entre sotaque e norma culta, constatamos que a linguagem se organiza conforme a comunidade se adequa às suas próprias regras. Ou seja, os alunos das respectivas professoras analisadas na pesquisa, possuem o falar cacerense como língua principal - o que torna o modo de falar dessas professoras familiar.

O reconhecimento do falar cacerense pelos alunos traz conforto ao professor em poder utilizar em seu lugar de fala como educador, uma linguagem com resquícios fraternos, tornando a sala de aula um lugar de extensão da cultura de Cáceres que promove o ensino do português de forma aberta e questionadora quanto à gramática normativa.

Ensinando os alunos de que “não é errado falar assim”, e que este “assim”, simplesmente condiz com a realidade de uma língua viva em pleno funcionamento, que advém de muitos anos de existência e que hoje, no presente, contribui para o aprendizado na língua portuguesa.

Outra situação que surge com frequência na pesquisa diz respeito aos recursos disponíveis para uso em larga escala, como os livros didáticos. No entanto, alguns pesquisadores sugerem que, mesmo com esse material, os professores podem encontrar formas de superar o planejamento linguístico e expandir o português para abranger sua diversidade.

Os autores Faraco e Zilles (2015, p. 301), pontuam sobre a problematização entre escola e variação linguística “O professor no mundo contemporâneo precisa ajudar a desfazer/desconstruir o que foi construído durante séculos – as barreiras linguísticas dentro do próprio país”.

No descompasso entre ensino e variação imposta pelo sistema arcaico, estamos diante de ideias que aos poucos estão sendo inseridas em sala de aula, na qual aprendemos em Faraco e Zilles que:



Cada um fala sua língua e se propõe a entender o outro e a ajuda-lo no acesso a essa língua escrita que, por enquanto, representa um obstáculo intransponível. Há necessidade de flexibilidade e maleabilidade e isso pode ser conseguido de uma forma lúdica [...] de modo de representar um envolvimento pessoal e emocional antes de focalizar o cognitivo. (FARACO; ZILLES, et.al. 2015, p. 301)

Durante as observações e coletas de dados, notamos que a quantidade de crianças que utilizam o falar cacerense é numerosa. O professor ao trabalhar seus conteúdos de maneira empírica a sua língua, demonstra empatia e domínio sob o conteúdo aplicado. Já que este, consegue adequar a sua fala sem deixar o conteúdo perder a seriedade necessária para o momento de ensino.

Por fim, concluímos que as concordâncias verbais e nominais se ajustam ao falar cacerense e vice-versa, de maneira que favoreça o ensino do português em sala de aula. O falar cacerense aponta que a variação linguística é mais uma ferramenta a favor do ensino, nunca contra ele.

Deste modo, encerramos deixando claro que a universidade segue em busca da defesa da variação do professor de língua portuguesa em atuação, e que a norma padrão não deve viver em competição com o modo que a sociedade se sente confortável em falar.

Ambas podem transformar a vida dos seus falantes e são legítimas manifestações de usos linguísticos e socioculturais. É isso que buscamos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Valéria Rios Oliveira; DE SOUZA, Maria da Conceição Ferreira. O tratamento da variação linguística na formação continuada de professores—gestar II. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 17, 2013.

ASSUNÇÃO, Ana Lúcia de. **Variação linguística, uma realidade de nossa língua**. “Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/variacao-linguistica-uma-realidade-nossa-lingua.htm>”. “Acesso em: 14/02/2022”.

BAGNO, Marcos. **Nada na Língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: 56ª. ed. revista e ampliada. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa**. Parábola editorial, São Paulo, Brasil, 2001.

BARONAS, Joyce Elaine. Variação linguística na escola: propostas de ação. Signum: **Estudos da Linguagem**, v. 14, n. 2, p. 105-116, 2011.

BISINOTO. Leila S. J. **Atitudes sociolinguísticas**: efeitos do processo migratório. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007. v. 1. 79 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1997. “Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>”. “Acesso em: 09/03/2022”.



CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Conflitos entre norma e diversidade dialetal no ensino da língua portuguesa**. Tese de doutorado. Araraquara, Unesp, 1984.

CAMPELO, Fernanda de Souza Pedroso; MACEDO-KARIM, Jocineide. Mídias faladas locais: um estudo sobre atitudes linguísticas em Cáceres-MT. **A Cor das Letras**, v. 20, n. 1, p. 155-176, 2019.

CAMPELO, Fernanda de Souza Pedroso; CUMPRI, Marcos Luiz. A dinâmica do significado do enunciado pela lente da teoria enunciativa de Culioli. **Traços de Linguagem-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 5, n. 1, 2021.

CAMPOS, Fernanda Ricardo. A variação linguística no livro didático de PLE e sua percepção pelo professor. **Web Revista Sociodialeto**, v. 7, n. 21 SER. 1, p. 20-51, 2018.

CEZARIO, Maria M; VOTRE, Sebastião. **Sociolinguística**. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual da linguística. São Paulo: contexto, 2009.

COELHO, Izete. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

DA SILVA, Júlio Cezar Rodrigues et al. A variação linguística no/do falar cacerense: um estudo do uso dos alofones africados [dʒ] E [tʃ]. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 12, n. 34, p. 1-14, 2021.

DE PINHO, Maria Eliane Vila; MACEDO-KARIM, Jocineide. O uso do rotacismo no falar dos moradores do bairro vila mariana em Cáceres-MT. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 7, n. 2, p. 119-129, 2014.

DEUS, Regiene Arcanjo. Variação Linguística na Sala de Aula. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 8, n. 23 SER. 3, p. 232-244, 2018.

DO CARMO, Beatriz Santana; SILVA, Maria da Guia Taveiro; MOREIRA, Roniela Almeida. A variação linguística no contexto escolar. **Revista Philologus**, v. 25, n. 75 Supl., p. 711-28, 2019.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira – desatando alguns nós**. 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer a norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FRAZÃO, Dilva. Site: E- Biografia. “Disponível em: <https://www.ebiografia.com/ferdinand_de_saussure/#:~:text=Seu%20reconhecimento%20veio%20com%20a,tr%C3%AAs%20anos%20ap%C3%B3s%20sua%20morte>”. “Acessado em”: 25/01/2021.

FREITAS, Renata A. Variações Linguísticas e estigmatização da Fala. Algumas considerações para o professor de Língua Materna. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 3, n. 6, 2012.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. **Working papers em Linguística**, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009.



GUEDES, Paulo Coimbra; SOUZA, JM de. Leitura e escrita são tarefas da escola e não só do professor de português. **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**, v. 9, p. 19-24, 2011.

IBGE. **Mato Grosso, cidades, Cáceres**. “Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/historico>”. “Acesso em: 02/09/2021.

LABOV, William. **Sociolinguistique**. Paris, Éd. De Minuit, 1976, p. 259 (ed. or.: Sociolinguistic Patterns, Philadelphia, University of Pennsylvania, 1972).

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Traduzido por Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LIMA, Ivonaldo Leidson Barbosa; VOGLEY, Ana Carla Estellita. O professor, as variações linguísticas e os erros: O que falta para uma Pedagogia sociolinguisticamente sensível? **Revista Lugares de Educação**, v. 2, n. 3, p. 98-110, 2012.

MACEDO-KARIM, J. *et al.* **A comunidade São Lourenço em Cáceres-MT. aspectos linguísticos e culturais = São Lourenço community in Cáceres-MT : linguistic and cultural aspects**. [s. l.]: [s.n.], 2012. “Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,uid&db=cat09219a&AN=rpc.oai..876582&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>”. “Acesso em: 4 abr. 2022”.

MACEDO-KARIM, Jocineide. **A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT**. 2004. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2004. “Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/154636>>”. “Acesso em 20/04/2022)

MACEDO-KARIM, Jocineide; KARIM, Taisir Mahmudo. **A vocalização da lateral palatal [ʔ]>[j] no falar da comunidade de Cáceres no alto pantanal de mato grosso**. Revista Ecos, v. 17, n. 2, 2014.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados. **4ª ed. Revisada e ampliada**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINET, André. **Elementos de linguística geral**. Trad. de J. Morais-Barbosa. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1964.

MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. VIEIRA; Silvia Rodrigues e (orgs). **Ensino de português e sociolinguística**. Editora contexto: São Paulo, 2021.

MENDES, S. C.; MACEDO-KARIM, J. **A VARIAÇÃO REGIONAL NO FALAR DOS JOVENS CACERENSES**. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 186–197, 2015. DOI: 10.30681/real.v8i1.620. “Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/reacl/article/view/620>”. “Acesso em: 04/04/2022”.

MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza, (Orgs). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.



MOREIRA, Julio Cesar Lima. **A diversidade linguística do espanhol e fenômenos de variação linguística: um desafio ao professor de espanhol língua estrangeira (E/LE)**. In: V Congresso nordestino de professores de Espanhol (nov. 2014). I Congresso Internacional do Ensino de Espanhol. Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015. p. 88-96.

MURAD, Carla Regina Rachid Otavio; SILVA, Ângela Márcia da. **Variação linguística e ensino de língua portuguesa: o professor da educação infantil como promotor do diálogo entre ciência e sala de aula**. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. I SIELP, p. 1-12, 2012.

PEREIRA, Bruno Gomes et al. Como trabalhar variação linguística e gramática em sala de aula: uma reflexão. **Revista Ribanceira**, v. 1, n. 1, p. 107-119, 2013.

RIBEIRO, Patrícia Rafaela Otoni; LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha. Variação, Mudança e não mudança linguística: ressignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Volume 9, número 2, dezembro de 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Edição brasileira de: Isaac Nicolau Salum; [tradução Antônio Paulo Paes, Izidoro Blikstein]. – 28 ed. – São Paulo: cultrix, 2012.

SCHMIDT, Cristiane. Língua: Na perspectiva da mudança e da diversidade. **Web-Revista SOCIODIALETO**, v. 5, p. 360-363, 2015.

SCHMIDT, Cristiane. Os movimentos dos estudos culturais: percursos teóricos e territoriais. **Web-Revista SOCIODIALETO**, v. 5, p. 312-317, 2014.

SILVA, Júlio Cezar Rodrigues da, *et. al.* A variação linguística no/do falar cacerense: um estudo do uso dos alofones africados [dʒ] E [tʃ]. **Web Revista SOCIODIALETO**, [S.l.], v. 12, n. 34, p. 1 - 14, jul. 2021. ISSN 2178-1486. Disponível em: <<http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/376>>. Acesso em: 13 abr. 2022. doi: <https://doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i34.376>.

SILVA, Maria Juliane Gomes; DE FRANÇA, José Marcos Ernesto Santana. O tratamento da variação linguística no livro didático de português no ensino fundamental. **Miguilim-Revista Eletrônica do Netlli**, v. 7, n. 1, p. 79-97, 2018.

SOARES, Vanessa Silva. **Variação linguística no ensino de língua portuguesa: um olhar do professor de séries do fundamental II**. 2019. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2019.

SOBRINHA, Cecília Souza Santos; MESQUITA FILHO, Odilon Pinto. A variação linguística no ensino de língua materna: o que o professor deve fazer na sala de aula? **Anagrama**, v. 4, n. 4, p. 1-10, 2011. SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Revista Contingentia**, 2006, Vol.1, novembro 2006. 01–10.

STURZA, Eliana Rosa. **Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras**. “Disponível em



<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0009-67252005000200021>".
"Acessado em 04/03/2022".

TABARES IDÁRRAGA, Luiz E., CISNEROS ESTUPIÑÁN, Mireya. y AREIZA LONDOÑO, Rafael. ***Sociolingüística. Enfoques pragmático y variacionista***. Bogotá, Colombia: Ecoe Ediciones, 2012.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. Variação linguística, texto e ensino. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 3, n. 3, 2009.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006. [1968].



REPRESENTAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO: PERSPECTIVAS INSÓLITAS NO CONTO “LUA CHEIA”, de CIDINHA DA SILVA¹

Lucas Matheus da Silva de Carvalho²
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar e refletir sobre o conto “Lua cheia” (2018), da autora mineira Cidinha da Silva, de modo a evidenciar os artifícios do insólito ficcional, elencados pela autora para destacar valores sociais nas representações dos papéis de gênero. Utilizaram-se os pressupostos teóricos de: Roas (2012); Saffioti (2015); Trevisan e Atik (2019); Muszkat (2018); dentre outros. A narrativa em questão toca em questões sociais relevantes, como o papel desempenhado socialmente por homens e mulheres, indicando grandes diferenças entre eles. Em relação ao insólito ficcional, percebeu-se que ele é utilizado para subverter o protagonismo feminino. **Palavras-chave:** Cidinha da Silva. Insólito Ficcional. Papéis de gênero. Representações.

ABSTRACT

This study aims to analyze and reflect on the short story "Full Moon" (2018), by Minas Gerais author Cidinha da Silva, in order to highlight the artifices of the fictional unusual, listed by the author to highlight social values in the representations of gender roles. The theoretical assumptions of: Roas (2012); Saffioti (2015); Trevisan and Atik (2019); Muszkat (2018); among others. The narrative in question touches on relevant social issues, such as the role played socially by men and women, indicating major differences between them. Regarding the fictional unusual, it was noticed that it is used to subvert the female protagonism.

Keywords: Cidinha da Silva. Fictional Unusual. Gender Roles. Representations.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mais que o exercício de uma função, a literatura nos oferece isso como dádiva, como possibilidade de expansão da alma, da percepção, e aí, a gente vai se nutrindo, crescendo, ampliando possibilidades de leitura e de interpretação do mundo. (SILVA, 2020)

Comumente lemos ou ouvimos falar que o texto literário nos transporta para outros mundos, nos ajuda a exercitar a memória e contribui com a ampliação de nosso vocabulário. É claro que há uma efetividade nestas contribuições, mas acreditamos que elas não são as únicas. Assim, ao lermos a epígrafe que inaugura as primeiras palavras aqui delineadas, observamos que a literatura é capaz, ainda, de nos (in)formar e inevitavelmente, nos transformar.

¹ Esse texto é resultado das discussões levantadas no projeto de pesquisa denominado Iluminuras do insólito na literatura latino-americana dos séculos XIX e XX, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, que visa dialogar sobre o insólito à luz de narrativas contísticas da literatura latino-americana, bem como verificar as relações entre si, a partir do ponto de vista da literatura comparada e seus conceitos operatórios, e também por meio da disciplina eletiva, Vozes femininas na literatura, do curso de mestrado, do Programa de Pós-graduação em Letras da UEL, em que se estudou as representações de gênero em textos literários produzidos por mulheres.

² É mestre em Letras do Programa de Pós-graduação em Letras, da UEL e professor da Rede Estadual de Londrina- PR.
E-mail: lucas.matheus.silva@uel.br



Dentro desta perspectiva, na contemporaneidade, por meio da literatura, autoras brasileiras estão reivindicando contra o silenciamento e o papel de submissão da figura feminina em nossa sociedade. Com a ajuda das contribuições feministas que estão empoderando mulheres, as autoras, em suas narrativas contísticas, lançam mão do insólito para revelar-nos questões sociais. Tais revelações ocorrem por meio do uso de estratégias e linguagens próprias do gênero (TREVISAN, ATIK, 2019).

Podemos citar algumas autoras como exemplos Juliane Vicente, Carol Mancini, Úrsula Antunes, Thais Messoria, dentre outras. Elas são escritoras que publicaram e/ou publicam em editoras independentes. Da mesma maneira, a escritora Cidinha da Silva, em alguns momentos de sua produção, recorre ao insólito ficcional, como no conto “Lua Cheia” que selecionamos para esse trabalho.

Neste sentido, a presente pesquisa tem por escopo apresentar brevemente a autora Cidinha da Silva; analisar o conto em tela, refletindo sobre como as representações das relações de gênero destacam valores sociais, ainda vigentes na contemporaneidade; e por fim, examinar a presença do insólito ficcional e sua relação com o papel desempenhado pela figura feminina no matrimônio representado.

1 CIDINHA DA SILVA: EXPANDINDO NOSSO DIÁLOGO COM O MUNDO

Popularmente conhecida como Cidinha da Silva, Maria Aparecida da Silva, atualmente tem 55 anos, nasceu em 1967, em Belo Horizonte (MG), e mora em São Paulo (SP). Atua como escritora e editora na editora Kuanza Produções, mas também é pesquisadora, sobre relações sociais, relações de gênero e estabelece diálogos entre educação e juventude (ROCHA, 2017). Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), presidiu o Geledés – Instituto da Mulher Negra, fundou o Instituto Kuanza, que promove ações de educação, ações afirmativas e articulação comunitária para a população negra. Além disso, foi gestora de cultura na Fundação Cultural Palmares³.

Teve sua estreia na literatura em 2006, com o livro de crônicas, *Cada tridente em seu lugar*. Ganhadora de algumas premiações importantes no âmbito da literatura, a saber: Prêmio Literário Biblioteca Nacional (2019) na categoria contos, por conta de seu livro *Um Exu em Nova York* e Prêmio Rio Literatura – 4.ª edição (2019), na categoria ensaio, com o livro *Explosão feminista – arte, cultura, política e universidade*, na qual é coautora. Tem publicações em alemão, catalão, espanhol, inglês, italiano e francês.

Autora de 19 livros em diversos gêneros (ver quadro 1), do qual o livro infanto-juvenil intitulado *Os nove pentes d’África* (2009), foi incluído no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), passando a ser distribuído em diversas escolas públicas de nível fundamental no Brasil. Além dos livros publicados, Cidinha ainda é curadora e âncora do programa-web *Almanaque Exuzilhar*⁴.

³ Instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Mais informações em: <https://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2022.

⁴ Toda segunda-feira das 18h às 21h, ao vivo, no canal, Jornalistas Livres, do Youtube. Mais informações em: <https://www.youtube.com/c/JornalistasLivres>. Acesso em: 04 jun. 2022.



Quadro 1 – Publicações literárias de Cidinha da Silva

	Título	Gênero	Editora	Data de publicação
1	Ações afirmativas em Educação: experiências brasileiras	ensaio	Summus (SP)	2003
2	Cada tridente em seu lugar e outras crônicas	crônicas	Mazza Edições (MG)	2006
3	Você me deixe, viu? Eu vou bater o meu tambor!	crônicas	Mazza Edições (MG)	2008
4	Os nove pentes d'África	novela	Mazza Edições (MG)	2009
5	O mar de Manu	conto para crianças	Kuanza Produções (SP)	2011
6	Kuami	romance para crianças	Nandyala (MG)	2011
7	Oh, margem! Reinventa os rios!	crônicas	Selo Povo (SP)	2011
8	Racismo no Brasil e afetos correlatos	crônicas	Conversê (RS)	2013
9	Baú de miudezas, sol e chuva	crônicas	Mazza Edições	2014
10	Africanidades e relações raciais: Insumos para Políticas Públicas na área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no Brasil	ensaios	Fundação Cultural Palmares (DF)	2014
11	Sobre-viventes!	crônicas	Pallas (RJ)	2016
12	Canções de amor e denço	poemas	Me Parió Revolução (SP)	2016
13	# Parem de nos matar!	crônicas	Ijumaa (SP)/Kuanza Produções (SP)	2016
15	O homem azul do deserto	crônicas	Malê (RJ)	2018
16	Um Exu em Nova York	contos	Pallas (RJ)	2018
17-A	Exuzilhar – melhores crônicas de Cidinha da Silva, vol.1	crônicas	Kuanza Produções (SP)	2019
17-B	Pra Começar – melhores crônicas de Cidinha da Silva, vol.2	crônicas	Kuanza Produções (SP)	2019
18	O teatro negro de Cidinha da Silva	dramaturgia	Aquilombô (MG)	2019



19	Movimento de Mulheres Negras e Feminismo Negro no Brasil: uma memória	ensaio	N-1 (SP)	2020
----	---	--------	----------	------

Fonte: Adaptado de Silva (2021) e Literafro (2021).

A escritora possui um grande repertório que perpassa vários gêneros literários e neles todos tece críticas e reflexões: ao sistema racista instalado em nossa sociedade; às mortes prematuras de jovens negros; às desigualdades sociais, voltadas às interseccionalidades de raça e de gênero. Em outras palavras, apresenta narrativas engajadas socialmente, com textos que abordam temas como ancestralidade negra, africanidades, feminismo e racismo, que permeiam essa seara do saber e dialogam diretamente com suas pautas sociais.

Em suma, por virtude de a sociedade contemporânea estar repensando a sua forma de ser e estar no mundo é que elencamos a seguinte afirmação de Telles: “As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera” (TELLES, 2004 *apud* KNAPP, 2020, p. 29). Portanto, a abordagem temática da autora em discussão é totalmente influenciada por seu contexto de produção e pelas demandas sociais do século XXI.

2 REPRESENTAÇÃO DOS PAPÉIS DE SOCIAIS DE GÊNERO EM NARRATIVAS CONTÍSTICAS DE CIDINHA DA SILVA

Nesse artigo propomo-nos a observar o conto “Lua Cheia” da coletânea de contos *Um Exu em Nova York*⁵, de Cidinha da Silva, publicado em 2018, pela editora Pallas e reimpressa pela segunda vez, em 2020, somando assim, aproximadamente 6.500 cópias em circulação (SILVA, 2021). Nas palavras da própria escritora, em um ensaio publicado pela *Revista Z Cultural*⁶, denominado como “Percurso de uma escrita durante o período de doutoramento”, ela observa que alcançou “[...] esses números raros mesmo publicando por editoras pequenas e médias, as chamadas editoras independentes.” (SILVA, 2021), que estão se expandindo no Brasil.

O livro traz 19 contos e dentre esses selecionamos o décimo, denominado como “Lua Cheia”. Nele, assim como em narrativas das autoras citadas anteriormente, Cidinha da Silva apresenta diferenças nas representações fundadas em gênero e faz uso do insólito para gerar inquietações em seus leitores, propondo reflexões sobre os valores patriarcais ainda vigentes em nossa sociedade.

No que diz respeito ao enredo da narrativa, trata-se de uma dona de casa, esposa e trabalhadora, mulher mais velha, que leva uma vida solitária e infeliz por causa do comportamento do marido. Um dia, algo inesperado acontece. Seu marido não volta para casa após o dia de trabalho, como de costume, e ela se preocupa, mas não deixa de ir ao seu trabalho autônomo na feira, logo pela manhã. A partir de uma vizinha, consegue pistas sobre o paradeiro do seu esposo e, após o trabalho, sai a sua procura. Ela o encontra ficando com outra mulher em uma casa distante, situada próxima ao rio. Furiosa, começa a chorar, e logo depois volta para casa sob a luz do luar, daquela noite de lua cheia, reprimindo seu ódio e raiva. No dia seguinte, acorda com a notícia da misteriosa morte do seu marido. Por fim, na presença de familiares e conhecidos, realizou em sua casa uma cerimônia de despedida para o corpo do defunto, cumprindo suas últimas obrigações

⁵ Um Exu em Nova York, é um dos 11 livros (8 inéditos e 3 reedições) publicados pela autora em seu período de doutoramento (2015-2020) (SILVA, 2021).

⁶ Revista do Programa de Avançado de Cultura Contemporânea, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.



como esposa. Neste momento, os leitores têm uma última pista insólita sobre o que teria causado a morte do marido.

O feminismo propõe à literatura a consciência de ampliar a voz da produção literária realizada por mulheres e questionar a visão de submissão feminina existente na sociedade e nas representações da literatura (MIRANDA, 2021, p. 74). Desta maneira, fica claro o posicionamento político da autora, sua perspectiva feminista e as denúncias sociais sobre a condição feminina que ela constrói a partir da esposa.

Por conta da narrativa em terceira pessoa, o narrador não participa da história como personagem, mas ocupa um lugar de testemunha⁷ dos eventos que ali se desenrolam, assim, nos faz conhecer os aspectos de opressão masculina contra o feminino dentro do casamento da protagonista. Conseqüentemente, fazendo uso dessa representação pautada em gênero, e de alguns recursos literários, Cidinha da Silva questiona tais comportamentos tipicamente masculinos ainda presentes na sociedade brasileira, refletindo-os na literatura, propondo ao seu leitor pensar como culturalmente se estabelecem os papéis de gênero nas relações entre homens e mulheres.

No que diz respeito ao espaço da narrativa, ele altera-se em alguns momentos, pois há um lugar de trânsito em que as personagens transitam de casa para o bar, do bar para casa, de casa para a feira, da feira para casa, de casa para a rua, e da rua para casa. A própria autora, em entrevista sobre o livro *Um Exu em Nova York*, para Márcia Maria da Cruz (2018), afirma que: “[...]. As histórias são muito localizadas nesse lugar de trânsito, que é por excelência o lugar de Exu. É um ser que está nas ruas se movimentando o tempo todo”, e atesta assim, a nossa ideia de diálogos entre vida e obra, uma vez que resgata elementos ancestrais da diáspora negra juntamente com problemáticas sociais.

Ao lançar um olhar mais apurado a estes espaços da narrativa, percebemos que a figura feminina transita majoritariamente, no início da narrativa em dois espaços, um que é sua casa (espaço doméstico) e o outro que é a feira (espaço público). Para ela, ambos os espaços não são destinados ao desfrute de um momento de lazer. Primeiro, porque na feira ela trabalha informalmente, e segundo, porque em casa, quando os filhos ainda eram pequenos, era ela, a única responsável pelas diversas tarefas do lar e ainda, pelo afeto e cuidado dos filhos, como visto nos seguintes trechos: “[...] ele [o marido] chegava, a cumprimentava, perguntava se as meninas haviam dado notícia, ligava a TV, jantava e dormia” (SILVA, 2018, p. 37); “Vinte e quatro anos de casados e ele [o marido] tinha feito cuscuz para os meninos uma única vez, em que ela estava doente e sua irmã demorara a chegar. Para ela mesma ele nunca fizera sequer uma garapa.” (SILVA, 2018, p. 39).

Em contrapartida, a figura masculina transita em diversos espaços, são eles: a) bar: estabelecimento que muito frequenta e permanece por um longo período do dia; b) sua própria moradia: local em que faz suas refeições, descansa e se entretém com a TV; c) casa da amante: local destinado ao desfrute de seus prazeres sexuais; d) feira: local de trabalho informal, que deixa de frequentar para estar com a amante. Portanto, a figura masculina, em detrimento da figura feminina, usufrui de momentos de descanso, de prazer e desocialização com outras pessoas fora do seu eixo familiar. Enquanto à figura feminina, coube o trabalho e a preocupação com o fim do casamento, que poderia ocorrer de forma abrupta e pouco gentil.

⁷ É aquele “que se limita a narrar o que vê acontecer, numa visão limitada e externa aos acontecimentos” (RECTOR, 2015, p. 57).



Quanto ao tempo narrativo, ele é essencialmente cronológico pois há uma sequência linear dos fatos descritos pelo narrador, que se dão em dois dias, sendo eles: sábado e domingo. Ele pode ser observado pelas seguintes marcações: “todas as noites da semana; sexozinho semanal; aos sábados” (SILVA, 2018).

Pelo fato de a narrativa apresentar personagens planas, que são aquelas aos quais só temos acesso aos aspectos que a autora deseja nos mostrar, notamos que uma de suas intenções é retratar um grupo com as peculiaridades bem conhecidas socialmente de homens e mulheres, apresentados nas características típicas da esposa e do marido. Logo, são personagens dinâmicas, pois nos são expostos por meio de suas ações, como claramente vemos acontecer com a protagonista. A figura masculina representada pelo marido também é o antagonista da narrativa, pois se opõe sistematicamente nesta relação de poder patriarcal à protagonista em diversos momentos da história, estabelecendo assim o conflito da narrativa.

Após a apresentação da protagonista, de seu marido e do espaço, a narrativa revela um drama. A esposa, ao dedicar um tempo de reflexão, torna-se consciente de um possível abandono e traição de seu marido. A partir deste lugar, toma a decisão de ir procurá-lo: “Não ia esperar que ele voltasse para casa e lhe desse o pé na bunda depois de tantos anos” (SILVA, 2018, p. 38). O que mostra de alguma forma a consciência da protagonista em relação a sua condição de submissão em seu casamento, mas também denota a ocupação de um lugar ativo, não mais passivo nessa relação.

Essa conscientização da figura feminina em relação ao seu papel na sociedade é revelada ao leitor desde o início da narrativa, pelas filhas gêmeas do casal. Ao invés de perpetuarem o ciclo de submissão feminina enquanto esposas, em que consiste: cuidar do lar, do marido e dos filhos, as meninas seguem vida acadêmica, exibindo-nos a busca por conhecimento, por um melhor nível de instrução. O que só é possível, graças a aquisição do direito de acesso a universidade, que é uma das diversas conquistas dos movimentos feministas, que lutam por igualdade dos direitos entre homens e mulheres.

A literatura sob a ótica do olhar de Cidinha da Silva, que é um olhar feminino, transcreve comportamentos ainda vigentes em nossa sociedade contemporânea. No conto, fatores sociológicos são evidenciados quando a representação feminina rompe com padrões tradicionais em relação ao percurso da vida adulta das mulheres.

Avaliamos o estado emotivo inicial da protagonista, e percebemos que ele está a mercê dos profundos impactos da violência masculina advindas de seu marido. Isto posto, vemos que o homem é representado como ausente enquanto marido, mas também enquanto pai. Enquanto marido, é ausente nos aspectos: afetivos, emocionais e sexuais, e por essa razão, nos fica claro que ele aprisiona sistematicamente sua esposa a um relacionamento abusivo.

Há um abuso nesse relacionamento, porque a violência de gênero se faz presente, e está manifestada como violência psicológica e violência sexual. A respeito de tal violência, Saffioti afirma que: “[...] a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura.” (SAFFIOTI, 2015, p. 71).

Interpretamos a presença da violência psicológica, através do marido que deixa de procurar sua esposa para a prática de relações sexuais, em detrimento de suas idas ao bar, causando a ela um dano emocional e diminuição de sua autoestima, como vemos no referido trecho: “Havia duas novidades [para ela], a primeira, [ele] passar em casa para tomar banho antes de seguir para o bar;



a segunda, não procurá-la mais para o sexozinho semanal.” (SILVA, 2018, p. 37). E a existência de violência sexual, em razão de seu marido a limitar e reprimir o exercício de seus direitos sexuais, deixando morrer, em seu corpo feminino, vontades e desejos de sentir como era receber uma estimulação oral-genital, feita por seu próprio parceiro, como vemos no trecho a seguir:

Naquela hora ela quis morrer. Como quis saber o gosto daquilo,mas o marido dizia que era coisa de puta, que ela era uma mãe de família. Isso quando ela era jovem e eles transavam muito. À medida que o tempo foi passando a vontade morreu no corpo, entretanto, ficou a memória do desejo, e seu homem estava ali, realizando a fantasia dela com outra. (SILVA, 2018, p. 39-40)

Por esse ângulo, ao analisar as relações de poder da narrativa, construídas na relação entre marido e mulher, percebemos que fatores sistematizados em uma estrutura social se fazem presentes. O poder se exerce por meio das relações que criaram as próprias categorias “ganhador” e “perdedor” (COLLINS; BILGE, 2021). Neste caso, podemos interpretar que a esposa está sendo representada como a “perdedora”, pois ocupa o lugar de submissão, e o marido como o “ganhador”, pois é ele quem dita as regras, quem cria as leis, às quais sua esposa deve se submeter e assim, passa a fiscalizar a sexualidade feminina.

Lacan afirma que “por ser portador do falo, o homem dominaria não apenas os espaços de poder, mas também os do prazer. A completude do homem aponta para algo que evoca a castração da mulher e sua incompletude.” (LACAN, 1985 apud MUSZKAT, 2018, p. 50). Essa castração da qual passa a protagonista, vai sendo escancarada desde o início da narrativa até o momento em que encontra o marido. Como o marido não retorna para casa, ela passa a se sentir ansiosa e com dúvidas em relação ao paradeiro de seu homem:

Trabalhou em silêncio, vendeu tudo, **matutando** onde o marido poderia estar. [...] Os miolos da mulher se revolviavam de **ódio e de dúvidas**. Ao contrário do que havia afirmado, resolveu procurar o pai de seus filhos. Talvez já planejasse isso. **Não ia esperar que ele voltasse para casa e lhe desse o pé na bunda depois de tantos anos**. (SILVA, 2018, p. 38, grifo nosso)

Sua virada de chave ocorre quando toma consciência dessa relação abusiva a partir do momento que ela vê seu homem praticar sexo oral na amante. O mesmo marido que outrora havia lhe dito que sexo oral “era coisa de puta, que ela era uma mãe de família” (SILVA, 2018, p. 39), agora tinha outros princípios em relação à amante. É como se ela precisasse ver para crer que o seu marido, “homem bom, gostava muito dos filhos, era trabalhador e não batia nela, não gritava” (SILVA, 2018, p. 38), não precisava da violência física para violentá-la. Ele a violentava de diversas maneiras, a mantendo sempre em um estado de submissão.

O estado emotivo da figura feminina transita ainda, do estado de surpresa à raiva, quando ela chega a chorar de raiva, ao testemunhá-lo dando carinhosamente, prazer a outra mulher. O marido:

Molhava a toalha e passava pela barriga, coxas, pernas e pés. [...] Molhou a toalha e foi passando pelas partes.
Que homem desconhecido era aquele? E nessa hora chorou e desviou os olhos. Mas ainda não tinha terminado, quando olhou de novo viu o marido já deitado de barriga pra cima e a mulher sentada na cara dele. (SILVA, 2018, p. 39)



Socialmente, espera-se que as mulheres abafem sua raiva, “muitas vezes para aplacar os outros – ao custo de sua própria saúde física e mental” (CHEMALY, 2018, *apud* SUTTIE, 2018). A esposa da narrativa em questão cumpre esse papel social até determinado momento, como explícito em:

Aquela podia ser uma boa hora para acabar com os dois, pegava ele desprevenido, deitado, lambuzado, e a mulher de costas. Começava por sentar o facão abaixo da cintura dele, depois cortava a cabeça dela, voltava a ele, que estaria desesperado de dor, sem reação, e terminaria o serviço.

Ela pensava em matá-lo, mas não tinha forças. Só ódio. (SILVA, 2018, p. 40, grifo nosso)

Reconhecemos que a esposa cumpre esse papel somente até determinado momento da narrativa, pois vemos que acontecimentos fantásticos vão se desenrolando exatamente para colocá-la em um outro lugar, em uma outra condição social, dando-lhe a possibilidade de justiça, conseqüentemente, de vingar-se do marido pelos terríveis anos de casamento. Nesse sentido é que o insólito se instaura, toda uma ambientação o favorece, e gera uma inquietação e um sentimento de dúvida nos leitores.

O recurso insólito é usado ainda, para que a mulher possa expressar sua raiva, sem ser julgada como louca ou irracional e sim, como virtuosa, porque mesmo sendo traída, ela não deixa de cumprir “a função desagradável de receber cumprimentos pela morte de um homem que já deixara de significar qualquer coisa para ela” (SILVA, 2018, p. 40). E assim, não vira alvo de julgamentos.

Conseqüentemente, o estado emotivo da protagonista fica neutro, não chocando-se ao deparar-se com o corpo morto do marido e, com os conhecidos que foram velá-lo. Neutro, porque ainda que demonstre certa indiferença em relação à morte do homem, a mulher mostra-se aberta e disposta a consolar suas filhas, como vemos na seguinte passagem: “Abraçou as filhas chorosas, consolou-as.” (SILVA, 2018, p. 41).

Acreditamos que a infidelidade matrimonial cometida pelo marido, configura-se como uma ferramenta de abuso nociva à psique da esposa. Por conseguinte, a figura masculina neste conto mostra-se irresponsável em relação à figura feminina, porque descumprir o pacto feito a sua esposa de um relacionamento monogâmico.

É dessa maneira que a desigualdade entre essas relações de gênero “é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência.” (SAFFIOTI, 2015, p. 71). Nesse sentido, é o marido quem faz a manutenção dos privilégios dados pelo patriarcado para o exercício de subjugação de sua mulher.

É inquestionável que o insólito está presente nesta narrativa, uma vez que ele transgride a possibilidade do real (TREVISAN, 2022). Nela, usa-se a linguagem para envolver o leitor e dar-lhe pistas do que pode vir a acontecer. O próprio título do conto, “Lua Cheia”, é bem sugestivo, e funciona como uma das diversas pistas que o narrador deixa aos leitores. O título remete-nos à lenda folclórica do lobisomem, em que um homem durante noites de lua cheia, transforma-se em um lobo feroz.

Nesta lenda, acredita-se que um homem está fadado à transmutação física, quando “deus” o castiga pela prática de alguma imoralidade. No conto, ocorre uma subversão desses valores. Segundo nossa leitura, a figura feminina, ao invés da masculina, é quem passa pela



metamorfose, transformando-se em lobisomem, não por castigo divino e sim, por um presente de Exú⁸, que de alguma maneira, tenta ajudá-la a sair da encruzilhada em que se encontra. A encruzilhada em questão, seria esse ponto crítico em que a protagonista precisa externalizar a sua raiva, mas não consegue e não pode, pois como já mencionamos, se o fizesse, a sociedade a julgaria e a teriam por louca e raivosa.

Deste modo, desde a ambientação do possível paradeiro do marido, que é um cenário escuro, meio gótico, a figura da esposa está situada nesses ambientes insólitos: “recebeu informação sobre uma **casa afastada**, meia légua para cima da cabeceira do rio, já **bem dentro da mata**, que o marido vinha frequentando” (SILVA, 2018, grifo nosso).

A mulher que, sem medo, transita pela mata, com um facão na mão, em noite de lua cheia, a procura do paradeiro de seu marido, é a mesma que outrora reprimira seus desejos sexuais em prol de seu infiel parceiro. A narrativa não diz quando e como o facão foi usado por ela, mas, menciona que ao chegar em casa ela o limpou. Isso gera, em nós leitores, uma ligeira dúvida dos acontecimentos. Há então, uma ambiguidade. Teria ela usado o facão para matar seu marido? Ou teria utilizado o facão para cortar o mato alto, desbravando o caminho?

A dúvida é instalada entre os leitores, exatamente por conta desses elementos. Inclui-se ainda, o fato de que a única testemunha dos fatos ocorridos é a lua, que “testemunhou o quanto [ela] se remoía de raiva (SILVA, 2018, p. 38), sendo sua cúmplice. O mesmo ocorre com os fiapos encontrados nos dentes da avó, como vemos no seguinte trecho: “E foi o neto quem viu primeiro os fiapos de linha da roupa do avô nos dentes da avó” (SILVA, 2018, p. 41).

Tanto os fiapos de roupa, quanto o facão seriam o que Ceserani (2006, p.74) chama de “objetos mediadores”, que fazem uma ligação entre a realidade e a ficção sobrenatural, fazendo com que os leitores duvidem do que realmente aconteceu. Em outras palavras, é a ferramenta narrativa utilizada para tirar o leitor da zona de conforto, capaz de transportá-lo ao universo fantástico, onde é possível, por exemplo, a leitura dedutiva de que a esposa se transformou em lobisomem.

Nesse sentido, o insólito ficcional enquanto recurso literário, possibilita uma outra realidade possível em que temos a sugestão de que a figura feminina virou um lobisomem, vingou-se de seu marido, e ainda consegue livrar-se do julgamento social por tal ato. Ela passa a ser vista como virtuosa, qualidade atrelada socialmente à homens, quando dão vazão a sua raiva. A representação da esposa deixa de lado a ideia de mulher irracional, louca e insensata, geralmente associada às mulheres que expressam sua raiva e passa a ter a representação de justiceira.

Conclui-se, portanto, que a autora Cidinha da Silva está inserida em um cenário contemporâneo em que a literatura brasileira se apresenta de maneira plural, como uma longa fita de matizes coloridas, dando enfoque a outras vozes e carregando marcas e subjetividades de seu contexto histórico e de suas lutas. Sua obra aborda temas latentes da sociedade brasileira, exclusivamente do cotidiano familiar, e provoca reflexões sobre a performatividade das relações de poder entre um casal (homem-mulher) brasileiro, fazendo uma forte crítica ao sistema patriarcal ainda vigente. Ela se utiliza do recurso literário do insólito para traduzir os dramas das quais as

⁸ Exu “é uma das principais divindades do ioruba e do jeje. [...] Seria o mensageiro que faz ponte que faça ponte entre o humano e o divino e muitas vezes é descrito como sendo travesso, fiel e justo.” Leia mais em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-um-exu>. Acesso em: 15 ago. 2022.



mulheres ainda vivenciam em nosso país, e lhes dá a possibilidade de reflexão diante tamanha violência que vivenciam dentro de seus lares.

PALAVRAS FINAIS

Refletindo sobre as relações de poder estabelecidas socialmente percebemos que a interseccionalidade como ferramenta analítica pode-nos fornecer uma lente mais abrangente para abordar as representações femininas na literatura brasileira. Ela mostra que fatores estruturais estão em jogo nessas relações de poder, representadas na literatura. No conto em questão, uma mulher, mais velha, trabalhadora, de classe baixa seria substituída, como se fosse um objeto, por uma outra mulher. O poder que o marido exerce sobre sua esposa se dá por meio das relações que criaram as próprias categorias “ganhador” e “perdedor”, relações construídas socialmente.

Assim, percebeu-se que havia diferenças fundadas em gênero, de modo que a autora precisou instaurar o insólito ficcional no conto em tela para efetuar uma denúncia social, visto que ainda hoje, em nossa sociedade, há a prática de violências contra a mulher. Essa recorrência de violências e a crença de superioridade masculina ainda se faz presente, mas, de forma sedimentada (MUSZKAT, 2018, p. 11).

À vista disso, compreendemos que a sedimentação desta crença de superioridade masculina, faz com que a figura feminina, representada no conto consinta ativamente esse status de dominada, ao entender que seu marido é um bom pai e por isso ignora as condições que vivencia.

É somente quando a personagem vê com os próprios olhos a performance do marido ao traí-la que ela tenta dar vazão a sua raiva, mas “não tinha forças”. Nesse sentido, na narrativa em questão, por meio de uma realidade fantástica, a autora vai além da denúncia social da condição feminina, e a representa como virtuosa frente a situação de velar o marido que acabara de lhe trair. Ela promove ainda, por meio do insólito, a reflexão do leitor, conscientizando-o do estado de aprisionamento feminino, para que este gere uma ação de reprovar tal comportamento, assim como a protagonista, a partir da descoberta do funcionamento do sistema patriarcal, que proporcionou sua subordinação ao marido como algo natural.

A autora consegue provocar seus leitores dando ao conto um final aberto, característico das narrativas insólitas. Nelas, há a possibilidade de ter ocorrido uma subversão da representação da figura feminina, pois, comumente, vemos mulheres em situações semelhantes à da protagonista se suicidarem. Contudo, nessa narrativa, uma das possibilidades de leitura é que a figura feminina cometa o homicídio, matando seu marido. Dessa forma, ela efetiva uma vingança metafórica contra os homens, por meio de recursos insólitos ligados à metáfora do lobisomem, fazendo justiça e aproximando seus leitores do ideal contemporâneo de igualdade.

REFERÊNCIAS

CESERANI, Remo. **O fantástico**. Trad. Nilton Cezar. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.

CIDINHA DA SILVA. **Literafro**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/186-cidinha-da-silva>. Acesso em: 27 abr. 2022.



COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de RaneSouza. São Paulo: Boitempo, 2021. 287 p. (*Intersectionality*)

CRUZ, Márcia Maria. **Geledés**, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cidinha-da-silva-lanca-um-exu-em-nova-york-na-ufmg>. Acesso em: 04 jun. 2022.

LOFF KNAPP, Cristina. Revista "A Mensageira": ascensão da mulher no universo letrado. **Jangada: crítica | literatura | artes**, [S. l.], v. 2, n. 15, p. 87–105, 2020. DOI: 10.35921/jangada.v2i15.250. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/250>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MIRANDA, Caio Vitor Marques. Mulheres insólitas: A presença do neofantástico no conto “Pequeñas mujercitas”, de Solange Rodríguez Pappe. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 73–84, 2021. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/14276>. Acesso em: 1 maio. 2023.

MUSZKAT, Malvina. **O homem subjulgado**: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. São Paulo: Summus, 2018.

RECTOR, Monica. **O conto na literatura brasileira**: teoria e prática. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ROAS, David. Em torno a uma teoria sobre o medo e o fantástico”. In: _____. VOLOBUEF, Karin; WIMMER, Norma; ALVAREZ, Roxana Guadalupe Herrera(org.). **Vertentes do Fantástico na Literatura**. São Paulo: Annablume, 2012.

ROCHA, Marcela Grazielly. **Revirando o baú na sala de aula**: a tenacidade do cotidiano na obra de Cidinha da Silva. Prof. Dra. Valdenides Cabral de Araújo Dias. 2017. 112 f. Dissertação – Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currais Novos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/23488/1/MarcelaGraziellyRocha_DISSERT.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Cidinha da. **Um Exu em Nova York**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018. v. 1. 80p.

SILVA, Cidinha da. Cidinha da Silva: ‘a literatura expande nosso diálogo com o mundo’. [Entrevista concedida a] Jéssica Moreira. **Fundação Rosa Luxemburgo**, São Paulo, set. 2020. Disponível em: <https://rosalux.org.br/cidinha-da-silva-a-literatura-expande-nosso-dialogo-com-o-mundo>. Acesso em: 21 maio 2022.

SILVA, Cidinha da. Percurso de uma escrita durante o percurso de doutoramento. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, v. 2. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/percurso-de-uma-escritora-durante-o-periodo-de-doutoramento>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SUTTIE, Jill. **Núcleo Numi**, 2018. Disponível em: <https://nucleonumi.com.br/como-as-mulheres-podem-usar-sua-propria-raiva-para-o-bem/>. Acesso em: 20 jun. 2022.



TREVISAN, Ana Lúcia. **Curso:** Mulheres do Fantástico (Aula 3). YouTube, 20jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=40N7rzRsnSM>. Acesso em: 29 jul. 2022.

TREVISAN, Ana Lúcia; ATIK, Maria Luiza Guarnieri. **Narrativas insólitas ou realidades possíveis.** São Paulo: Todas as Musas, 2019. 184p.



IMPLICAÇÕES SOCIODISCURSIVAS SOBRE AS TENSÕES RACIAIS NO BRASIL: O ABUSO DE PODER NA LÍNGUA

Willyane Mara Costa de Paula¹

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

Este artigo aborda como a relação entre língua, discurso e sociedade, em um processo sociointeracionista, sofre com as prerrogativas ideológicas e históricas do contexto societário às quais estão inseridas. Utiliza os Estudos Críticos do Discurso (ECD) como método e teoria, que busca compreender como as produções sociodiscursivas servem para articular as relações raciais. Destaca que as produções comunicacionais refletem as nuances, costumes, mitos, crenças, aparelhamentos ideológicos, etc. de uma comunidade, de modo que é utópico acreditar que exista uma linguagem neutra ou imparcial. Nesse sentido, os estudos críticos do discurso são essenciais para revelar as condições de produção que caracterizam o discurso e evidenciar seu caráter ideológico. Também enfatiza que, no contexto brasileiro, as práticas sociais estão estruturadas dentro de uma ideologia colonial, racista e segregadora, que interferem nos meios de produção de matérias e de discursos que propagam um racismo discursivo, que contribui para a manutenção das relações de poder. Se chega à conclusão de que há um embate de forças entre os privilegiados, que lutam para manter-se no poder, e os usurpados de direitos, que lutam para alcançá-los e os ECD funcionam como estratégias sociodiscursivas que questionam a estrutura, para modificar a ordem social vigente.

Palavras-chave: Sociodiscurso. Racismo discursivo. Estudos Críticos do Discurso. Abuso de poder.

RESUMEN

Este artículo aborda cómo la relación entre lengua, discurso y sociedad, en un proceso sociointeraccionista, sufre las prerrogativas ideológicas e históricas del contexto social en el que están insertas. Utiliza los Estudios Críticos del Discurso (ECD) como método y teoría, para comprender cómo las producciones sociodiscursivas sirven para articular las relaciones raciales. Destaca que las producciones comunicacionales reflejan las nuances, costumbres, mitos, creencias, aparatos ideológicos, etc. de una comunidad, por lo que es utópico creer que existe un lenguaje neutro o imparcial. En este sentido, los estudios críticos del discurso son esenciales para revelar las condiciones de producción que caracterizan el discurso y evidenciar su carácter ideológico. Enfatiza que en el contexto brasileño, las prácticas sociales están estructuradas dentro de una ideología colonial, racista y segregadora, que interfiere en los medios de producción de materiales y discursos que terminan propagando un racismo discursivo, que contribuye a la mantención de las relaciones de poder. Se llega a la conclusión de que hay un enfrentamiento de fuerzas entre los privilegiados, que luchan por mantenerse en el poder, y los usurpados de derechos, que luchan por alcanzarlos, y los ECD funcionan como estrategias sociodiscursivas que cuestionan la estructura, para modificar el orden social vigente.

Palabras clave: Sociodiscurso. Racismo discursivo. Estudios Críticos del Discurso. Abuso de poder.

¹ É mestranda no Programa de Pós-graduação de Língua e Cultura (PGLINC) da UFBA e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).



INTRODUÇÃO

Compreender o caráter social da língua exige entendermos que ela nasce de um processo sociointeracionista, em que, conjuntamente com a linguagem, sofre as prerrogativas ideológicas e históricas do contexto societário que a circunda, que a materializa dentro de especificidades que transpassam os meros fatores gramaticais. Diante disso, Todorov assinalou que, para Bakhtin (1997), a linguagem e o pensamento são, basicamente, inter-subjetivos, assim sendo, trata-se a linguagem de um conjunto de experiências “fenomenológicas, sociológicas, lingüísticas e histórico-literário” (BAKHTIN, 1997, p. 15) compartilhadas por uma comunidade em constante estado de transmutação, que se interpõe umas às outras, gerando contextos sociolinguageiros transdisciplinares e multifacetados pela língua, em outras palavras, estas duas competências estão interconectadas e não coexistem separadamente, pois, “é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115).

E justamente concebendo a língua enquanto um processo sociointeracionista que depende de uma atividade social entre sujeitos que, neste trabalho, partimos do princípio de que produzimos os sentidos expressados pela língua através da constituição sociolinguística de discursos, compreendendo-o como um articulador das relações sociais e das relações de poder. De certo modo os sujeitos não são atores passivos que apenas absorvem as expressões de sentido, pelo contrário, enquanto atores sociais, estamos constantemente produzindo e reproduzindo sentidos sociodiscursivos. Concordamos que o discurso:

É modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e também é modo de representação; constitui elemento da vida social intimamente interligado com outros elementos; é moldado e restringido pela estrutura social e contribui para a constituição das dimensões dessa estrutura social. Logo, se o discurso é um dos momentos das práticas sociais - outros momentos são relações que revelam o poder, as crenças, os valores, os rituais das instituições -; se o discurso é um elemento social e histórico, a ADC constitui ferramenta essencial no trabalho de revelar as condições de produção que caracterizam esse discurso para evidenciar seu caráter ideológico”. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 57).

Porém, tudo o que é produzido por uma sociedade, reflete a sua organização social. Assim são os processos comunicacionais: eles refletem as nuances, costumes, mitos, crenças, aparelhamentos ideológicos, etc. de uma comunidade, de modo que, por exemplo, se vivemos num contexto de conservadorismo, isso será refletido no uso da língua, então, é utópico acreditarmos que exista uma linguagem neutra ou imparcial, porque ela está sempre carregada de pressupostos que as atravessam, como as relações de classe, gênero, etnia e de poder, porque, antes disso, estas conjecturas transpassam os próprios sujeitos produtores de discurso.

Frente a isso, como poderíamos encarar as produções sociodiscursivas apenas como meras sentenças textuais? De fato, não podemos continuar limitando-nos apenas a esta questão, se observarmos, por exemplo, que os eventos discursivos sobre atores sociais aportam, em sua estrutura estilística, as práticas sociais de uma determinada comunidade, que se estruturam, no contexto brasileiro, dentro de uma ideologia colonial, racista e segregadora, controlada, majoritariamente, pela branquitude, pelo pacto narcísico e o mito da democracia racial, que são questões ideológicas que interferem nos meios de produção de matérias e de discursos, criando e propagando representações de mundo sobre os eventos, até que estas se institucionalizem.



Então, para refletirmos se existem estruturas sociodiscursivas atravessadas por uma égide de segregação, que sequer foi abalada após o seu auge (escravismo), em que, possivelmente, nos consolidamos como uma nação sob uma falsa sensação de liberdade, avanço, igualdade e respeito, que nos propomos a questionar este lugar de neutralidade e silenciamento que se atribuem às análises sociolinguísticas sobre questões raciais, mostrando que existe um controle e um abuso de poder exercido dentro do discurso, que está diretamente conectado aos temas de linguagem, de comunicação de massas, de aderência a estereótipos, que já não podem seguir ocupando o lugar do improvável e sim do evidenciado.

1 DISCURSO E ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Tratando de localizar os nossos leitores nas nossas perspectivas críticas, acreditamos que o discurso seja uma manifestação socioideológica, dos sujeitos, materializada, também, através do mecanismo da escrita, da oralidade, da arte, entre outros. A construção de uma ideia discursiva perpassa mais o mecanismo cognitivo, social, histórico, individual e coletivo de quem comunica, e menos o status simplista e determinista de explicá-lo como tão somente um aglomerado de orações. Nossas orações estão subordinadas por ideologias, porque só existem frases, sons, ruídos, textos e outros, pelo fato de querer-se emanar uma ideia, uma concepção sobre um dado, um momento, um momento que é trabalhado através de sintagmas escolhidos para dinamizarem o que se deseja explicar. Sendo assim, nós movemos essa estrutura para que ela comporte o dinamismo estrutural ideológico e automatizamos as ideias, no discurso, através dos mecanismos linguísticos. Sintetizando o exposto dentro do que seria o movimento da “concepção tridimensional do discurso” sugerida por Fairclough (2001), que envolve prática social, prática discursiva e texto, acreditamos que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

No entanto, como questiona Fairclough, um dos fundadores dos Estudos Críticos do Discurso², essa operação executada pelos sujeitos obedece alguns padrões de ordem social, porque todos os sujeitos estão inseridos em um campo de ideias, que foram submetidas a um refino ideológico, seja familiar, escolar, religioso, moral, que moldou a forma como se constituiu um enredo de descrição de acontecimentos, ou a como uma história será contada, sob qual ponto de vista que escolheu-se para narrar um fato (o lado do invasor ou o lado do invadido), além das submissões (anti)éticas e estruturais, como o poder imposto através do machismo, do racismo, da homofobia, que também submetem a liberdade e a interação entre os sujeitos, resultando em mediações de poder que controlam, inclusive, as manifestações discursivas. Todo este caráter

² A área de Análise Crítica do Discurso (ACD) também pode ser identificada como Análise do Discurso Crítica (ADC) ou Estudos Críticos do Discurso (ECD). Neste trabalho optamos por utilizar o termo Estudos Críticos do Discurso (ECD), uma proposta de van Dijk (2015), que é uma das nossas principais referências teóricas, e por acreditarmos que seja o conceito mais adequado para os objetivos desta pesquisa. Os ECD interagem com as teorias da Análise do Discurso, que são práticas acadêmicas, transdisciplinares, que atuam de modo funcional, dentro dos objetivos de cada pesquisa. (VAN DIJK, 2015, p. 10-11).



multissistêmico demonstra como texto, discurso, língua e linguagem e sociedade estão interconectados e atravessados pela historicidade.

Justamente por sustentarem tantas relações complexas, que devemos entender o trânsito que consolida o discurso como uma prática que sempre está situada socialmente, mediada pela sociocognição de quem constrói uma narrativa e de quem consome essa narrativa. Sabemos que os sujeitos se expressam ancorados cognitivamente em fatores relacionados à memória de longo prazo, bem como à memória de curto prazo, construindo interpretações sobre os enunciados, baseando-se nas pré-concepções históricas que guiaram a sua formação social, educacional, etc., agrupadas ao que se constituiu como identidade deste sujeito, que resgata todos estes antecedentes individuais e coletivos, e tecem juízos de valor sobre determinado discurso, ancorados pela cognição.

Quando van Dijk (2015, p. 241) traça algumas inferências sociocognitivas sobre como um discurso é processado pela memória de curto prazo, espaço esse que, segundo o autor, “seria a dimensão onde o discurso em geral e o discurso manipulador são abstraídos”, temos mais uma evidência que denota a capacidade social do discurso em influenciar na dinâmica social. Segundo o autor:

Uma forma de manipulação consiste no controle de algumas dessas estratégias parcialmente automatizadas de compreensão do discurso. Por exemplo, ao imprimir parte do texto em uma posição saliente (por exemplo, no topo), em fontes grandes ou em negrito, esses dispositivos atrairão mais atenção e, conseqüentemente, serão processados com recursos extras de tempo ou memória, como é o caso das manchetes, títulos ou slogans publicitários - assim contribuindo para um processamento mais detalhado e para uma melhor representação e lembrança. Manchetes e títulos também funcionam como a categoria convencional do texto para a expressão das macroestruturas semânticas, ou tópicos, que organizam as estruturas semânticas locais; por essa razão, tais tópicos são mais bem representados e lembrados. (VAN DIJK, 2015, p. 241).

Por isso, quando Teun van Dijk (2015) afirma que as escolhas designativas e o uso específico de categorias semânticas, tanto no texto, como na fala (e nos textos multimodais) geram a construção de modelos mentais³ que podem afetar a memória de curto prazo e a compreensão dos leitores, já que são induzidos a focarem mais em uma informação do que em outra, então concluímos que os discursos que constroem esses modelos mentais estão conectados ao que Fairclough (2001) chamou de “entidades-chave”, que são aquelas representações que “posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...]” (p. 22). Queremos dizer que, cognitivamente, as atividades representacionais e ideológicas se localizam neste espaço da memória e são acionadas quando discursivamente resgatadas.

Uma vez mais, vemos como são importantes os estudos que se dedicam a compreender como o discurso, as relações sociais e a cognição agem através desta ferramenta de comunicação discursiva chamada língua, para consolidar determinadas estruturas conceituais na linguagem, estereotipando significados sobre as coisas, sobre os eventos, as pessoas, os lugares, em resumo,

³ Acredita-se que os modelos mentais são representados na Memória Episódica, isto é, na parte da Memória de Longo Prazo em que representamos nossas experiências autobiográficas ou “memórias” pessoais (BADDELEY, CONVEY, AGGLETON, 2002; TULVING, 1983, 2002 in VAN DIJK, 2016, p. 11).



sobre os distintos atores sociais e práticas sociais. Portanto, entender como o discurso se torna um recurso de manutenção das relações de poder, que podem fomentar desigualdades e alimentar condutas discriminatórias na sociedade, é constatar a importância sociolinguística e política do discurso, que:

Mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política e não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Em resumo, quando Norman Fairclough (2001, p. 47) assinala que “as estruturas sociais de poder nas relações humanas, também se projetam no discurso, criando uma submissão entre a cultura dominante e a cultura subordinada”, ele demonstra que o modo como se utiliza a linguagem e os modos de representatividade escolhidos para caracterizar um determinado tipo de identidade socialmente situada não se dá ao acaso, então, as relações de poder são fundamentais para estruturar o que é ou não relevante para ser publicizado, o que deve ou não ser dito no texto, a partir de quais premissas se narra um fato, pois, sendo as práticas sociais, na realidade, práticas discursivas afetadas pelas relações de poder (FOUCAULT, 1979), constata-se que toda reprodução discursiva é, também, uma reprodução social.

2 IMPLICAÇÕES SOCIODISCURSIVAS SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS E ABUSO DE PODER

As relações raciais no Brasil sempre foram cercadas por tensões e por abusos de poder no que tange ao convívio social entre sujeitos brancos e sujeitos pretos, devido ao passado colonial, escravocrata, eugenista e genocida do país, que influenciou a formação social, política, econômica e cultural da população brasileira. Apesar das tentativas de produzir-se uma narrativa de democracia e respeito mútuo entre os sujeitos étnicos, como ocorreu com a produção e difusão do livro “Casa-grande e senzala”, de Gilberto Freyre (1930), a materialidade histórica, que agrupa os eventos que envolvem os atores sociais etnicamente antagonísticos, nos revela que existem mais aspectos negativos que positivos que os interligam.

As disparidades étnicas fomentadas por uma cultura de sobreposição de direitos e deveres, além de evidenciarem uma relação de dominação, revelam que existe uma hierarquia na sociedade, que outorga a sujeitos da cultura hegemônica os privilégios e dispensa aos da cultura subalternizada o desfavorecimento perante muitas esferas do convívio social, limitando o acesso, o progresso, a manutenção e a evolução destes grupos contra-hegemônicos. De fato, existem pressupostos históricos e métodos de dominação, físicos e ideológicos, que nasceram no passado colonial do Brasil e que não deixaram de existir com a queda do regime político, do contrário, permaneceram vivos e poderosos, como só as ideologias são capazes de sobreviver, pois, como afirma Skidmore (2012), a ideologia racial presente na formação do Brasil promovia o “gene branco” como superior



e queremos saber se é possível que este caráter de sobreposição e classificação de sujeitos, mesmo em situações análogas, também se faz presente nos textos em análise.

Sabendo que a “acomodação e a repressão” (SKIDMORE, 2012, p. 193) são armas de controle dos grupos em situação de dominação perante os, por hora, dominados, pensamos que seja importante questionarmos desde os macro-problemas até os micro-problemas que envolvem os abusos de poder exercidos pelos grupos hegemônicos no Brasil, e encaramos os problemas linguísticos apontados nesta dissertação como relevantes para os movimentos reivindicatórios raciais. Por outro lado, a hipótese de encontrarmos uma representação de atores sociais que denotem a acomodação da prática racista, que possui amplos vieses de atuação na dinâmica textual, sugerirá que possa existir uma solidificação e aderência tão grande da sociedade e das instituições ao racismo, que, considerando a importância do discurso na organização social, este poderá ser uma arma fundamental para o ecossistema da prática de discriminação.

De fato, estamos certas de que o discurso é um modulador social, bem como um espaço onde a ideologia se estrutura, além de ser uma ferramenta que aglutina consciências, gera homogeneidades e heterogeneidades, sendo capaz de conduzir indivíduos e coletivos da esfera do texto para a esfera da prática, porque o discurso é capaz de alimentar as verdades que os posicionamentos e ações demandam. Ademais, pelo seu caráter democrático enquanto ferramenta, podendo ser utilizado por sujeitos dominantes e dominados, salvaguardando o controle de produção e difusão exercido pela cultura hegemônica e sabendo que o embate ideológico também acontece no campo sociodiscursivo, que devemos encarar a linguagem como uma forma de subverter a doxa retórica vigente.

De outros modos, existem evidências sociolinguísticas que denotam que existe, no imaginário coletivo, mais aderência à ideia de que “sujeitos pretos são naturalmente seres subalternizados”, do que como “sujeitos naturalmente livres”, algo que provém das históricas relações entre escravocratas e escravizados, fomentadas no passado de escravismo do Brasil, demonstrando como as implicações sociodiscursivas influenciam na representação de atores sociais. Essa evidência se dá através de uma:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, que desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 120).

Destarte é possível perceber que este longo período de controle de vidas negras ajudou a construir o que somos hoje enquanto sociedade, além de influenciar o modo como nos organizamos, como tratamos as pessoas e como nos relacionamos. De certo modo, essa é uma tradição cultural que ainda se mostra sólida quando vemos, por exemplo, que os índices de pessoas brancas em postos de trabalho de alta importância são grandes e, do contrário, os números que mostram a presença de sujeitos negros em cargos de menor prestígio são quase unânimes (BENTO, 2002). Diante disso, ainda estamos em um momento histórico de vermos a quebra de paradigmas e a ressignificação destes.



O que sintetiza o parágrafo acima pode ser chamado de subordinação social dos negros, que, após estarem libertos do escravismo, não foram também libertos do caráter ideológico de tal sistema. Nesse caso, onde, na teoria, não se imperava mais a escravidão enquanto sistema econômico que recorre à mão de obra não-remunerada, exercendo trabalho obrigatório, na prática, tornou-se um grande mar de ilusões que ofereceu a liberdade a um custo alto e permanente, porque a dívida histórica e a reparação social, econômica, política, etc. que deveriam ser empregadas ao fim do processo de escravismo, não ocorreram com a devida anuência que o tema merecia, ou seja, não houve um empenho proporcional ao tamanho da questão social para extinguir toda e qualquer prática que estivesse conectada a esse período e a esta estrutura.

Nós sabemos que as nossas tradições são calcadas com a constância da prática e que a desconstrução de qualquer hábito requer um empenho, por vezes maior, da própria sociedade, para tentar modificar algum aspecto que já se tornou uma tradição. Mas é preciso lembrar que nem toda prática tradicional é uma prática positiva que assevera em seus pilares a democracia, a equidade e o respeito à pluralidade, ainda mais se nos damos conta de que a maioria das práticas tradicionais que circundam as sociedades colonizadas possuem um caráter em comum: um passado de segregação, de rompimento de direitos humanos e de sobreposição de culturas. A prática da escravidão pode ter sido extinta, porém, a ideologia que subjaz a escravidão, a subalternidade de corpos negros⁴ em detrimento de um sistema de poder da branquitude⁵, ainda segue vigente e ativa.

Nós fomos influenciados por um passado pós-abolicionista que deixou como herança para o negro brasileiro o lugar de sujeito servil da sociedade de classes, ou seja, desde o passado à atualidade, segue-se direcionando a este grupo o caráter de inferioridade, perante uma cultura hegemônica, que quer denotar a si mesma uma superioridade no constructo social e, por vezes, consegue exercer esse controle, visto que o manejo dos espaços de poder, majoritariamente, também são feitos por sujeitos que desfrutam do privilégio de ser parte deste conjunto. Em outras palavras, a relação “senhor/escravo” não se encerrou com o fim da escravidão, ela se estabilizou como uma prática social que guiou os eventos sociais, ademais, porque o fim do regime “não trouxe uma mudança econômica e social esperada pelos abolicionistas [...] que logo perceberam que [...] a Abolição não ameaçava necessariamente seu predomínio econômico e social”. (SKIDMORE, 2012, p. 54-55).

Sendo assim, estamos falando de um passado que solidificou a ideologia de submissão do negro através do uso da violência, principalmente, porque, como afirma Albuquerque (2006, p. 65), “viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados”, ou seja, a escravidão de corpos negros representava estar submetido ao domínio, em que não havia

⁴ Neste trabalho, por vezes, nos voltamos à nomenclatura de “sujeitos pretos” e, por outros, “sujeitos negros” para designar o mesmo grupo social de pertencimento étnico à negritude. Estamos nos apoiando nos conceitos de “identidade social” e de “raça social” que agrupam os pertencimentos étnicos e culturais dos sujeitos a um grupo social de referência. Partimos deste reconhecimento plural “do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” (GOMES, 2005, p. 42-43).

⁵ “O conceito de branquitude é entendido como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram.” (SCHUCMAN, 2015, p. 23).



tanto espaço para a relutância, física ou moral, que pudesse assegurar àqueles sujeitos outra possibilidade que não fosse a de subordinar-se diante do sistema que lhe foi obrigatoriamente posto⁶. Estes costumes, que perduraram por quase 4 séculos e que estão sendo pormenorizados há tão somente 134 anos após a abolição, mostram que existe uma longa trajetória de construção e reconstrução da posição do negro na sociedade brasileira dirigida, ainda, à servidão, justamente pelo fato da cultura negra, majoritariamente, estar tematizada em representações envoltas aos ideais de submissão e violência.

Esse passado que originou a subordinação social do negro perante os sujeitos brancos é a base para compreendermos como as desigualdades sociais fomentadas por distanciamentos étnicos são tão visíveis e latentes, mesmo após o fim do período de escravismo. Se por um lado esse passado escravocrata foi responsável por fomentar a separação entre raças sociais e por categorizar economicamente os agentes, por outro lado, ele foi o responsável por consolidar alguns papéis sociais como intrínsecos e exclusivos de serem ocupados por determinados sujeitos étnicos ou grupos, trazendo consequências sociais e um assujeitamento dos indivíduos às práticas localizadas. Cabe salientar que:

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. [...] Por isso, pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como “inferiores” aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 66-68).

Frente a isso, vemos que era um sistema consolidado, que regia a ordem social (bem como a ordem de discurso) da época e que orientava o destino dos sujeitos que constituíam aquela comunidade, composta por negros e brancos - ou não-brancos e não-negros como cita Albuquerque (2006) -. Aquela estrutura permitia que se operacionalizassem os modos de agir perante o outro, agrupando os sujeitos negros aos piores tratos e estratos sociais, fomentou o distanciamento étnico baseado na conduta teórica do determinismo biológico e, ademais, propagou a ideia que se consolidou como um modelo mental de que “as barreiras se erguiam para os que tinham pele mais escura, sobretudo os crioulos e africanos, estes últimos genericamente chamados de pretos. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 164).

No passado e no presente, e trabalhamos para minimizá-lo no futuro, questiona-se piamente a importância do período escravocrata no destino atual das populações que foram escravizadas ou que sofreram genocídio durante o período colonial e pré-republicano, como se depreendessem que há um distanciamento eventual ou ocasional para os índices de desigualdade social atingi-los majoritariamente. No entanto, como já dizia Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 28) “a pobreza

⁶ Apesar de sabermos que o levante de 2 de de julho de 1983, na Bahia, por exemplo, foi uma das principais organizações de resistência contra-escravagista que fomentaram a destituição da escravidão no Brasil. (SILVA, 2012).



tem cor: qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la”.

O que queremos dizer é que as questões raciais também influenciam nas questões socioeconômicas e sociolinguísticas, pois, sabemos que mesmo o sujeito branco de classe social baixa consegue emular uma superioridade sobre o sujeito negro, baseando-se no aspecto étnico, através de uma dominação relacional, transacional que ocorre na estrutura social, ou seja, o aspecto social da ideologia da branquitude irrompe a barreira econômica, de gênero, etária, e consegue se sobrepôr sobre todos os demais aspectos.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, um outro atraso social que atingiu a construção social da imagem do negro na sociedade, mesmo após a queda da escravidão e o surgimento de “um novo regime econômico”, foi o direcionamento dos sujeitos negros aos postos de “cidadãos de segunda classe”, impedidos de acessar os ambientes de poder, que eram estritamente controlados por sujeitos brancos. Sobre isso Albuquerque (2006, p. 163) afirma que:

Nos movimentos⁷ de rua que ocorreram naquele período [1831-1840], diversos observadores notaram a insatisfação que reinava entre os negros e mestiços livres e libertos, e os brancos pobres, nas grandes cidades. Isto porque foram eles que sofreram mais severamente as consequências das crises econômicas que se seguiram à independência, sobretudo o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o desemprego e a diminuição dos soldos das tropas. Foram eles submetidos também ao recrutamento forçado, a leis que limitavam a liberdade de opinião, de reunião nas ruas e do culto não cristão.

Portanto, diante do que apresentamos, negar a influência de um sistema de organização econômica e social que perdurou por quase 4 séculos no território nacional e guiou os eventos sociais pós-era e atuais é negar a própria linearidade da condição humana, que se constrói dentro da vivência e da tomada de consciência de suas ações coletivas e individuais. Todos nós somos o acumulado de experiências compartilhadas e, principalmente, devemos considerar que as nossas atitudes refletem a nossa organização social, sendo possível afirmar que uma sociedade que continuamente reproduz o racismo, pode ser considerada racista. Os pressupostos acima mostram que fomos uma sociedade que abandonou a organização escravista no papel, mas, no âmbito social e ideológico, continuamos a dar prestígio, poder e voz a um pequeno grupo hegemônico que era o mesmo da época colonial. Ainda vivemos sob o controle de “senhores” que cometem abuso de poder, sabem que gozam de privilégios e optam por mantê-los intactos. Assim como em 1824 a branquitude senhorial se opôs à promoção da modernização das instituições para acabar com a escravidão, proposta pela Constituição da época, ainda vemos, atualmente, o esforço desta cultura dominante em manter intactos alguns privilégios. (ALBUQUERQUE, 2006).

3 EXEMPLOS DE ANÁLISES

Uma primeira análise que faremos, questionando o abuso de poder na língua e suas implicações sociolinguísticas, será sobre um ator social de etnia branca. Nesta notícia reconhecemos os fenômenos das categorias de “representação, nominalização, naturalização e passivação” (VAN LEEUWEN, 1997), na constituição sociodiscursiva dos agentes da notícia intitulada “*Hulkinho do*

⁷ Sabinada (1837); a Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845). (ALBUQUERQUE, 2006, p. 166).



*tráfico' é preso por vender 'combo' de drogas e sexo no DF*⁸, publicado no dia 22 de setembro de 2021, pela redação do portal Correio 24 horas. Nos limitamos às análises das designações cunhadas ao agente principal da notícia que, aqui, trata-se de “Jean Ferreira Leal”, preso em flagrante por tráfico de cocaína e ecstasy no Distrito Federal, como, também, discutiremos o jogo de palavras empregado pela redação do portal mencionado, articulado para nominalizar o crime de “tráfico” como “venda” e “oferta de entorpecentes” a usuários de drogas, que foram enquadrados como “pessoas de classes sociais elevadas”. Sobre a nominalização “Hulkinho”, a adjetivação “do tráfico” e a categorização “traficante”, presentes no subtítulo e no corpo da notícia, se mostram mais próximas dos fatos e dão mais unificação ao discurso, porque, neste exemplo, o agente da notícia é invocado no texto de modo idêntico às razões que o fizeram tornar-se veiculado no discurso.

Mesmo sendo “garoto de programa”, “modelo” e “digital influencer” (nominalizações e informações colhidas, também, em outras notícias que retrataram este mesmo fato)⁹, as escolhas lexicais estão adequadas à representação sociodiscursiva do agente “Jean Ferreira Leal”, representado, então, de modo ativo. O que, também, nos chama a atenção no texto são as exclusões e classificações dos usuários das drogas traficadas por “Jean Ferreira Leal”, operacionalizadas no discurso através das expressões “pessoas de classes elevadas”, “clientela de luxo”, que recebiam a “oferta de entorpecentes” de “Hulkinho do tráfico”.

De certo modo, neste ponto, o discurso da notícia exerce um apagamento e deslocamento conceitual através da eufemização do significado de “dependente químico”, para uma unificação simbólica de identidade coletiva e racionalizada na concepção dos clientes potenciais de “Hulkinho do tráfico” como “pessoas de classes elevadas”, o que nos aduz a pensar: “pessoas de classes elevadas”, que consomem drogas, não são igualmente “toxicomaníacas”? Essa operação de diferenciação e expurgo do outro, “desune e impede a constituição e construção simbólica de um inimigo” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 28), ou seja, é como se esta classificação, em termos de categorização, suavizasse o ato de receptação e consumo de drogas ilícitas. Também notamos uma ocorrência de “inversão”, pois o ator social está ligado a duas práticas, inclusive, reforçadas pela “simbolização” através da alcunha infantilizada, que, num certo sentido, se opõem à prática social do delito. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 212).

Uma segunda análise que faremos se trata de um ator social de etnia preta que foi retratado na notícia *“Apontado como ‘4 de copas’ do Baralho do Crime morre em ação policial”*¹⁰, publicada no dia 22 de outubro de 2022, pela redação do portal Bahia Notícias. Observando as designações atribuídas ao agente principal da notícia, de nome “Jefferson Nascimento Santos”, porém, como menciona a notícia, “conhecido como Caio”, foram constatadas outras ocorrências que representam a sua identidade: “homem” e “4 de copas”, “baleado”. Quanto ao crime, a notícia citou que houve

⁸ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/hulkinho-do-traffic-e-preso-por-vender-combo-de-drogas-e-sexo-no-df/>. Acesso em: 15 de nov. 2021.

⁹ “Hulkinho do Tráfico é preso de novo e tem fiança definida em R\$ 50 mil”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/hulkinho-do-traffic-e-preso-de-novo-e-tem-fianca-definida-em-r-50-mil>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

“Hulkinho do tráfico” é preso suspeito de roubar carro”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/balanco-geral-manha-df/videos/hulkinho-do-traffic-e-preso-suspeito-de-roubar-carro-29112021>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/27518-camacari-apontado-como-4-de-copas-do-baralho-do-crime-morre-em-acao-policial>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.



um confronto durante uma operação policial, em que Caio e um comparsa teriam atirado nos policiais quando estes chegaram na localidade de Verde Horizonte, o que provocou um “revide”, resultando no genocídio¹¹ do ator social de etnia negra.

A notícia não é translúcida ao citar do que se trata o “Baralho do Crime”, então, de imediato, um leitor deslocado desta realidade factual e regional não consegue determinar a conexão do ator social com a prática social do delito que, inclusive, só é mencionado na colagem de autoria da SSP-BA, utilizada para ilustrar a notícia, que retrata uma foto do ator social dentro de uma carta de número 4 do baralho e no verso podemos ler a informação de “procurado por homicídio/tráfico de drogas”. A metonímia da representação social do ator como um “4 de copas do Baralho do Crime” sintetiza uma relação em que, além de ter que resgatar em outras fontes o que significa esta organização denominada “Baralho do Crime”, os leitores também deverão possuir um conhecimento prévio das técnicas de jogos de cartas, para entender a importância do ator social entre os outros membros (outras cartas com outros valores) dentro da organização criminosa. De outros modos, também pode ser vista como um processo de “sobredeterminação pela simbolização”, que “ocorre quando um actor social ou um grupo de actores sociais “ficcionais” representam actores ou grupos em práticas sociais não-ficcionais” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 212), se referenciarmos aos filmes de super-heróis, que utilizam designações fantasiosas, como “O Sindicato do Crime da América” e a “Liga dos Assassinos” do universo fictício da produtora de conteúdo DC (Detective Comics, Inc.).

As nominalizações sobre o porquê de Jeferson Nascimento Santos ser um ator social criminoso são completamente excluídas (VAN LEEUWEN, 1997, p. 91): não explica-se, no texto escrito, nada que aclare ao leitor algum histórico sobre isso, o que denota uma “circunstancialização” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 187) sobre os fatos, dando a entender que a ausência de informações e somente a presença da designação do ator social como sendo um “4 de copas do Baralho do Crime” são as prerrogativas essenciais para compreender-se a dinâmica dos acontecimentos. Se compararmos com a notícia anterior, vemos que, apesar de tratarem-se de atores sociais envolvidos nos mesmos delitos (tráfico de drogas e reação à abordagem), o trato social e o trato discursivo são diferentes para estruturarem-se as notícias. Temos elementos linguísticos antagônicos para se descrever eventos sociais semelhantes (abordagem a sujeitos criminalmente reincidentes), que resistiram à abordagem das forças estatais, no entanto, o de etnia branca teve a vida preservada, bem como a representação de sua identidade deslocada do delito retratado, enquanto o ator social de etnia preta, além de ter a vida aniquilada, recebeu um trato discursivo que o afiançou completamente ao crime, sem fornecer outras possibilidades que o deslocasse da prática social. Se individualizou a sua singularidade, assimilando-a através da pluralidade (VAN LEEUWEN, 1997).

Enquanto no segundo exemplo podemos observar uma “associação” do ator social apenas conectada ao crime, em que os leitores são impedidos de realizar a “categorização” da identidade retratada à função executada pelo agente da notícia, no primeiro vemos uma “dissociação” do ator à prática social criminosa e uma “indeterminação” sobre a sua identidade dentro da notícia. Esse

¹¹“O termo genocídio, construído e politizado na militância negra e pela juventude negra, não é uma construção do momento atual. Ele foi ressignificado e ampliado, mas já se fazia presente na análise de Nascimento (1978) ao discutir e denunciar a história de violência imposta aos negros e negras durante e após o processo da escravidão. Esse mesmo termo foi adotado pelo Senado Federal no relatório final da CPI Assassinato de Jovens.” (GOMES, 2018, p.



modo genérico ou específico de referir-se aos atores sociais e os modos de rotulá-los no texto tendem a deformar o ator social à medida que a grande projeção e as deformidades concernentes ao ator de etnia branca estão suavizando as suas ações, enquanto aquelas utilizadas para deformar as projeções sobre o sujeito preto tendem a naturalizar os fatos e os desdobramentos, algo que corresponde aos processos de desumanização dos sujeitos negros e às vantagens que a branquitude e o racismo estrutural fornecem aos sujeitos brancos, mesmo em posições delicadas.

Não é legítimo quando os mesmos eventos que acontecem, principalmente, em circunstâncias parecidas são retratados discursivamente de modos a desestimular a participação do agente principal da notícia no crime cometido, invocando atuações externas àquela retratada na notícia, principalmente quando há uma “especificação” delituosa em relação aos sujeitos pretos e uma “genericização” sobre os delitos dos sujeitos brancos. Estes processos, segundo van Leeuwen (1997), podem ser feitos através da “representação dos atores sociais que podem surgir como classes ou como indivíduos específicos e identificáveis” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 190), principalmente quando o autor afirma que “os jornais dirigidos à classe média tendem a individualizar as pessoas pertencentes às elites e a assimilar “pessoas comuns”, enquanto jornais dirigidos à classe trabalhadora, por vezes, individualizam “pessoas comuns”. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 194).

É importante ressaltarmos isso, pois, se pensarmos que um jornalista que não utiliza, por exemplo, palavras de etimologia racista, sexista ou homofóbica, contribui para que os processos de interpretação narrativa dos leitores não aloquem em sua memória de longo prazo o cunho denotativo que aquelas expressões significam, que é, acima de tudo, um discurso de ódio, fazendo o oposto ele também não pode se abster de considerar os eventos históricos da humanidade na estrutura de suas narrativas e pode contribuir para a manutenção de desigualdades sociais e estereótipos. Se o passado não fosse um elemento a ser considerado, imaginemos um futuro onde, por falta de crítica, trato, acesso, as pessoas voltassem a vangloriar as invasões colonialistas de territórios, as escravizações e o genocídio? Iniciaríamos, no discurso, uma derrocada moral que poderia se transformar em prática social, sendo o discurso o início, a estabilização e o maior responsável pela sobrevivência de qualquer ideologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os dados apresentados neste artigo indicam que estava e está em curso uma dinâmica de manutenção de prioridades localizadas, que tendem a privilegiar sujeitos brancos em detrimento dos sujeitos negros, que dão as condições necessárias para que a passabilidade social, o trânsito, o desfrute dos direitos e até o abuso de poder praticados pelos hegemônicos, sejam justificáveis pela ótica da subalternização dos corpos pretos. É um plano perfeito, visto pela ótica da branquitude: enquanto há o álibi racial para proteger a ideologia dominante do seu posto de soberania, não se despendem esforços para democratizar o “comando”. A nossa hipótese é a de que, proveniente do período colonial, esse sentido de submissão empregado pela cultura da branquitude é uma das principais formas de manutenção de sua posição de privilégio social.

Moreira (2017, p. 145) afirma que “as práticas de exclusão social procuram manter uma ordem social na qual certos grupos ocupam posições de subordinação enquanto outros permanecem em uma situação privilegiada”, ou seja, há uma compreensão, pelo sujeito, do lugar de privilégio e, possivelmente, um empenho consciente para mantê-lo. E percebe-se que existe um



embate de forças, em que os privilegiados lutam para manter-se no poder e os usurpados de direitos lutam para alcançá-los e para modificarem a ordem social vigente, algo que se registra pelas baixas adesões da branquitude à agenda antirracista.

No passado, aos grupos privilegiados, concediam-se certas garantias e vantagens em detrimento da subordinação social de sujeitos pretos por sujeitos brancos que, mesmo após a queda do regime escravocrata, controlavam as relações sociais que ainda se “organizavam” em torno da segregação do negro. Esse antigo sistema de benefício se renovou ao aderir-se à “sociedade capitalista” gerando:

A formação de redes de relacionamentos pessoais formadas entre membros dos grupos dominantes. A estratificação social pode também ser produto de um sistema de favoritismo pessoal, destinado a garantir oportunidades àqueles que detêm o poder. A preferência pela convivência com pessoas que possuem as mesmas características e a circulação de estereótipos sobre grupos tidos como diferentes fazem com que posições profissionais sejam ocupadas por indivíduos que pertencem ao mesmo segmento. (MOREIRA, 2017, p. 148).

Ou seja, podemos afirmar que o sistema atual de organização econômica também possui raízes no escravismo e, além de tudo, aproveitou a solidez dos pilares sociais bem definidos daquele período para formatar a ordenação que estamos hoje. Nota-se que a grande falha dos “formadores do Brasil”, como Florestan Fernandes (1972), foi esperar que, magicamente, uma sociedade orgulhosamente fundada por valores que fomentam a segregação - e que não se importava piamente com isso, uma vez que era beneficiada por tal ajuste social - mudasse a sua perspectiva de 400 anos de imposição e abuso de poder sobre sujeitos racializados da noite para o dia, como se fosse um processo automático.

Fazendo um adendo, percebe-se que Florestan Fernandes (1972) pode ter ignorado o próprio caráter das ciências sociais de cogitarem que as mudanças não são instantâneas, mas, sim, construídas dia após dia. O autor parece otimista ao dizer que seria um processo quase automático a mudança de papel social do negro na sociedade e o alcance da democracia racial ao mudar-se o regime econômico, no entanto, essa transição não se concretizou devido à “discriminação racial”, ao “preconceito”, bem como à “concentração de renda, o privilégio social e o poder nas mãos de uma única raça” (FERNANDES, 1972, p. 92), que limaram os avanços e corroboraram a estrutura de desigualdade social em que vivemos atualmente.

Tomando a uma prática social paulista como exemplo de segregação no período de industrialização no Brasil, Almeida e Silva (2013, p. 260) constatam que:

Para o trabalho na indústria têxtil paulista, em larga expansão, os empresários preferiam os imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e alemães, bem como seus filhos nascidos no Brasil. As dificuldades crescentes impostas aos trabalhadores negros para sua inserção no mercado de trabalho contrastavam cruamente com o desenvolvimento industrial e urbanístico de São Paulo. Mesmo na década de 1930, quando a imigração diminuiu de ritmo e aumentou o número de trabalhadores nacionais na indústria paulista, os critérios de contratação e demissão continuaram marcados pelo racismo. Os brancos, depois os mulatos, é que tinham maiores chances de conseguir e manter empregos, em detrimento das pessoas de pele mais escura.



Com efeito, os problemas envoltos nas questões raciais são mais profundos que um sistema econômico ou uma organização social. Eles envolvem as paixões coletivas, as crenças, culturas e processos cognitivos sólidos que aduzem ao negro o signo de inferior e, ao que parece, à produção de significados que conseguem aderir o sujeito negro, permanentemente, ao caráter de significante nocivo.

Em definitiva, quando van Dijk (2015, p.21) afirma que “analisar o discurso é realizar uma análise social”, se assinala que também estamos analisando as formas as quais o poder simbólico foi sendo assegurado por um grupo dominante, compreendendo como o acesso aos recursos materiais, ao capital econômico, territorial e cultural, detidos por uma estrutura de supremacia, se tornaram “recursos simbólicos” responsáveis por desestruturarem comunidades e fomentarem desigualdades, não só no discurso, mas nas camadas sociais de modo geral. Sabemos que, historicamente, há uma hegemonia que perpassa diversas relações sociais que é a dominação da branquitude no constructo ideológico brasileiro, inclusive, com capacidade de dominar os próprios sujeitos negros e pretos, e este acúmulo de um longo passado de controle social, hegemonia étnica e, conseqüentemente, desigualdades sociais pode estar sobrevivendo e se retroalimentando dentro do discurso.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. (2006). **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. **Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 316-345, dez. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo. 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. rev. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Acesso em: 02 dez. 2022. , 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. Açãoeducativa.org.br, 2005.



GOMES, Nilma Lino. LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra.** Educ. Rev. [online]. 2018, vol.34, e197406. Epub 20-Set-2018. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 14 jan. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da brancura paulistana.** Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2015.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823).** Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** São Paulo: Companhia das letras, 2012.

VAN DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder.** Editora Contexto. São Paulo. 2015.

VIEIRA, Josenia. MACEDO, Denise. **Conceitos chaves em análise de discurso crítica.** in BATISTA JR. J. Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas, pp. 48-78. 1ª ed. São Paulo, Parábola. 2018.



“ACHEI QUE ERA SÓ UM VERBO”: DISCUSSÕES SOBRE O USO DO VOCABULÁRIO “ACHAR” EM POSTAGENS DO *TWITTER* À LUZ DA TEORIA SOCIOLINGÜÍSTICA E DESDOBRAMENTOS COM A DECOLONIALIDADE

Simonne Pereira da Silva Ribeiro¹

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Cristiane Schmidt²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RESUMO

Esta pesquisa científica tem, por objetivo, analisar os diferentes usos em contexto digital/eletrônico na rede social *Twitter* para o verbo *achar*, à luz da Teoria Sociolinguística e desdobramentos decoloniais. Adotamos, como aspecto metodológico, a busca por publicações/*posts* em que esses usos se inscrevem e, com efeito, convalidamos e tratamos o material selecionado para análise sob os pressupostos teóricos de autores como Fiorin (2013), Tarallo (1985) e Labov (2008). O contexto digital/eletrônico da sociedade moderna está, a todo o momento, constituindo os sujeitos em seus lugares de fala/enunciação e, ao mesmo tempo, corroborando para o enriquecimento, variação, bem como as mudanças linguísticas no âmbito da Língua Portuguesa que se fala no Brasil. Por isso, os estudos que versam sobre as particularidades e peculiaridades das diferentes línguas em contato, em diferentes contextos sociais, políticos e culturais, fazem com que língua e sociedade se constituam mutuamente. Nesses preceitos, alçamos um olhar investigativo sobre uma dessas particularidades que compõem o todo-lingüístico, no anseio pela compreensão dessa partícula linguística.

Palavras-chave: *Achar. Twitter. Sociolinguística. Decolonialidade.*

ABSTRACT

This scientific research aims to analyze the different uses in digital context in the social network *Twitter* for the word *achar*, in the light of sociolinguistic theory and decolonial developments. We adopted, as a methodological aspect, the search for publications/*posts* in which these uses were inscribed and, in effect, we validate and treat the material selected for analysis under the theoretical assumptions of authors such as: Fiorin (2013), Tarallo (1985) and Labov (2008). The digital context of modern society is, at all times, constituting the subjects in their places of speech/enunciation and, at the same time, corroborating for the enrichment, variation, as well as linguistic changes within the Portuguese Language spoken in Brazil. Therefore, the studies that deal with the particularities and peculiarities of the different languages in contact, in different social, political and cultural contexts, make language and society mutually constituted. Based on these precepts, we take an investigative look at one of these particularities that make up the linguistic whole, in our eagerness to understand this linguistic particle.

Keywords: Find; *Twitter. Sociolinguistics. Decoloniality.*

¹ É doutoranda em Linguística do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL), da UNEMAT, em Cáceres-MT. E-mail: simonneribeiro@gmail.com.

² É professora no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL), da UNEMAT, em Cáceres-MT e do curso de Letras da UFMS, câmpus de Aquidauana. E-mail: cristiane_schmidt@ufms.br.



INTRODUÇÃO

As palavras me antecedem e me ultrapassam, elas me entram e me modificam, e se não tomo cuidado será tarde demais: as coisas serão ditas sem eu as ter dito (LISPECTOR, 1999, p. 74).

Achar e nem sempre encontrar. Achar e não se ter a convicção. Para além desses pressupostos, deve-se buscar na linguagem e em seus contextos e diferentes usos, as diversas variações nas instâncias em que estes sejam confortáveis à transmissibilidade de significações à expressão dos usuários que os acionam, nos diferentes modos de transpor seus pensamentos a respeito das coisas do mundo que os cercam.

Assentados nessas duas vertentes: *encontrar*; a relação dos falantes com a propositura da verdade – o verbo *achar*, leva-nos à reflexão que nos remonta à História da Língua Portuguesa à percepção das diferentes ocorrências nos processos de variação e mudança linguística. Os vários contextos de uso em que o verbo *achar* tem desempenhado, ocorre desde à concepção de “encontrar algo”, até à expressão de como os falantes se relacionam com o modo de acionar pressupostos permeados por uma dada “verdade”. A última proposição é a associação com as variantes linguísticas do verbo *achar*.

O artigo propõe ao estudo decolonial em uma perspectiva sociolinguística. Ansiamos, nesse artigo, investigar acerca do uso do verbo *achar* em defesa de uma epistemologia decolonial que busque romper as relações de poder sustentadas pela colonialidade do conhecimento sobre os usos linguísticos nos enunciados que permeiam a rede social digital *Twitter*.

Esta pesquisa parte, inicialmente, de indagações emergidas a partir da observância de usos imersos em contextos digitais, neste caso, da rede social *Twitter*, lugar em que os sujeitos assumem posições histórico-sociais, bem como posições político-ideológicas marcantes. Essas posições se consagram frente a posições enunciativas dotadas de significância e da reprodução e reinscrição de efeitos de sentido que, ora se inscrevem na língua formal, ora na abrangência dos contextos de fala em que a língua coloquial se faz presente, dispensando-se normas efetivas da língua escrita.

Sabedores que somos de que os linguistas, enquanto comunidade científica, buscam desenvolver estudos que visem a produção de novos resultados e com potencial relevância para os contextos socioculturais e linguísticos, ensaiamos que aprender a conhecer é, sobremaneira, o ensejo que nos move a meios de como estudar os processos de variação e mudança linguísticas para descrever e explicar o uso linguístico do verbo *achar*. Tal uso é passível de variação, tanto de significado, quanto de contexto para contexto, em que as variantes vão sendo socialmente significativas e significadas pelos falantes da Língua Portuguesa falada no Brasil.

O objeto de estudo desta pesquisa advém de observações feitas em diversos suportes digitais na busca por contextos em que houvessem empregos distintos de quaisquer outros verbos e demais categorias gramaticais da Língua Portuguesa. Contudo, o que mais nos chamou à atenção, foram os empregos do verbo *achar*, na rede social *Twitter*³. Não nos ocupamos, com efeito, por

3 O *Twitter* é uma rede social que permite, aos seus usuários pré-cadastrados, enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos os quais pertencem ao rol de seguidores de cada perfil, tanto por meio do website do serviço, quanto por Short Message Service (SMS) e, também, por softwares específicos de gerenciamento. Disponível em: <https://twitter.com/login?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2022.



monitoramentos em que se pautassem a perspectivas puristas da língua, pelo contrário, buscamos entender os empregos independentemente de quaisquer hierarquias advindas do contexto do falante.

O informante/usuário da rede social – assumido neste trabalho enquanto sujeito de pesquisa sociolinguística –, falará diferentemente a depender do assunto ao qual seja abordado nos contextos enunciativos, o que se valida com os fatores que são extralinguísticos propostos por Tarallo (1985), pretexto/co-texto: sexo/gênero; faixa etária, nível de escolaridade e região de residência.

Os processos que permeiam a variação sociodemográfica⁴ trazem algumas ‘consequências’, no que se refere ao uso/domínio da língua. Consequências das quais podemos perceber nos fenômenos linguísticos estudados no âmbito da Teoria Sociolinguística e que são capazes de produzir efeitos de/sobre constituição sujeitos-línguas-contextos com os diferentes suportes digitais/linguísticos.

Na sequência, apresentamos alguns constructos acerca da sociolinguística e a sua relação com o enunciado produzido pelos indivíduos socialmente constituídos, discutindo acerca das relações do objeto de estudo em questão em articulação com o pensamento decolonial, no sentido de provocar outros desdobramentos que vão além de um olhar setorial, sobretudo, um olhar panorâmico.

Apresentamos os aspectos metodológicos que fundamentam a presente pesquisa, além de colocar em funcionamento as análises que se inscrevem nos materiais *in voga*. Ao final do trabalho, apresentamos as considerações finais que engendram uma das diversas outras possibilidades de olhar para o *corpus* analítico e perceber a movência de sentidos significando as práticas discursivas do homem frente à linguagem.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CIÊNCIA LINGUÍSTICA E (SÓCIO) LINGUÍSTICA: A NÃO-RECUSA DOS ENUNCIADOS

Nas compreensões da Linguística - a Ciência da Linguagem- ao conceber a linguagem como atividade social, a qual é resultante da ação coletiva do homem, tem-se o funcionamento da língua em constante efeito nas sociedades, tomando o que postulam os estudos saussurianos que constitui essa ciência a partir do caráter social da linguagem (SAUSSURE, 1996). Reiteramos que a análise linguística em ciências em seu formalismo científico, não se dava por compreender a austeridade diferentemente de engendrar ciência e estudos científicos.

A Linguística, para Fiorin (2013) constitui-se enquanto ciência: “[...] porque ela, ao contrário da gramática, não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim)” (FIORIN, 2013, p. 56). Desse modo, do mesmo modo como: “[...] um químico não diz que uma reação

4 Entendemos por variações sociodemográficas, todos os processos que se inscrevem na ordem do social, dos quais: cultural, étnico, religioso, posição-sujeito e, sobretudo, posição política, atrelados às questões demográficas que constituem os ambientes digitais, com efeito, na questão das estatísticas populacionais dos usuários das redes sociais. Essas relações fazem com que os sujeitos digitais se constituam enquanto tais e, ao mesmo tempo, produzam algum efeito de/sobre a língua que o mesmo aciona para se relacionar com outros sujeitos dessa mesma língua. Assim, enxergamos, nesse contexto, a oportunidade de mergulhar nas profundidades dessas relações proficuamente dotadas de significância no campo do saber sociolinguístico moderno.



é certa ou errada, um biólogo não declara que determinada espécie não deveria existir ou que ela é feia” (FIORIN, 2013, p. 56).

Nessa relação, entende-se que são objetos teóricos de estudo da Linguística: língua, competência e variação linguística. Tomaremos, pois, como constructo teórico e posturas metodológicas à análise, o que Fiorin (2013) nos ensina afirmando que: “[...] a linguística não condena certas maneiras de falar, não as declara inexistentes, não prescreve como se deve falar, mas procura descrever e explicar as construções e as formas linguísticas” (FIORIN, 2013, p. 37).

Chomsky (1965) apresenta-nos uma compreensão sob a ótica biológica em que a linguagem é uma faculdade inerente da espécie humana, ou seja, a linguagem é constitutiva do ser. A língua é um conhecimento abstrato ao qual não se adquire rápida e independentemente do grau de estímulo, sendo que o conhecimento da língua está localizado na mente. A construção das sentenças na língua, exemplificando, dar-se-ia em grau isolado de quando – ou quantas vezes – se ouviu nas fases iniciais da vida humana/social.

A partir dessa afirmação, tem-se a compreensão de que uma ou várias comunidades de fala ou comunidades linguísticas não são e nem estão perto de serem homogêneas, pois elas têm compatibilidades ideais entre seus falantes, ouvintes e demais línguas, assim como suas relações não são estáticas, tampouco invariáveis perante os usos e aos contextos que nela fluem.

Sobre as comunidades linguísticas e/ou comunidades de fala, Gumperz (1996) ressalta que o início da sociolinguística moderna foi marcado pelo reconhecimento de que a correlação entre aspectos linguísticos e forças sociais e políticas deve considerar a comunidade de fala, a qual é tida enquanto: “[...] o ponto inicial da análise, ao invés do foco em línguas ou dialetos” (GUMPERZ, 1996, p. 362). Nesse movimento, à teoria sociolinguística, a comunidade de fala, e não o indivíduo e/ou a língua, são a unidade de estudo em questão.

Já Figueroa (1994), a partir de estudos de Dell Hymes (1972), por exemplo, define comunidade de fala enquanto: “[...] uma comunidade que compartilha regras para a conduta e interpretação da fala, e regras para a interpretação de, pelo menos, uma variedade linguística. Ambas as condições são necessárias” (FIGUEROA, 1994, p. 57).

Seguidamente aos estudos chomskyanos, nos idos de 1960 a 1980, Labov (2008) apresenta uma visão social para os estudos da linguagem, o que ele denomina de ferramentas linguísticas: palavras e enunciados, as quais são empregadas enquanto uma função geral da comunicação, a de: “[...] isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico” (LABOV, 2008, p. 19).

Nessa ótica, as funções são socialmente definidas, ou seja, passar-se-ia a ter uma relação entre falante e ouvinte com competências linguísticas distintas, comunidade de falantes heterogênea e, também, a língua em uso com as suas variações. Com isso, a língua é variável, é de sua natureza. Nessa relação, emergem as buscas por explicações para o uso das ferramentas linguísticas as quais podem ser verificadas nos diferentes níveis, seja fonológico, morfológico ou semântico.

A Linguística que tem como cunho o estudo da língua e da linguagem tem-se, então, a visão social. Cientistas que entendem a língua do ponto de vista social, entendem que a língua falada se apresenta enquanto heterogênea. Se a língua se constitui pela ótica da heterogeneidade, há hipóteses de haver a variação.



Desse modo, nosso estudo leva em consideração as variações acerca do verbo *achar*, com o seguinte pressuposto: de duas ou mais formas de “*dizer a mesma coisa*” e qual é o significado social dessa variação linguística empregada em diferentes contextos e significações. Na constituição da Teoria Sociolinguística, o objeto de estudo precisa ater-se à fala real (aquilo que as pessoas “de fato” dizem, enunciam, fazem significar), em seu contexto. Por isso, é que escolhemos os dizeres que foram postados na rede social *Twitter*, uma vez que o contexto das redes sociais pode ser considerado um lugar em que a língua também acontece, pois há um contexto e os sentidos se ressignificam na relação com a língua, os sujeitos e a história.

Nessa conjuntura, a língua se localiza no seu uso por uma dada comunidade de falantes, distanciando-se dos estudos anteriores em que ela se localizava na mente de seu falante e/ou nas gramáticas normativas. As comunidades de falantes ofertam aos pesquisadores, sobretudo aos cientistas da linguagem, as diferentes ocorrências na/da língua, aos dados que os enunciados dos falantes oferecem.

Disso parte-se a importância da definição dos critérios à coleta de dados dos sujeitos falantes, no contexto digital/eletrônico, do objeto de pesquisa deste trabalho de cunho sociolinguístico, corroborando com Fiorin (2013), o qual entende que, assim como: “[...] um botânico não pode excluir, em suas descrições, por critérios estéticos, uma planta, um linguista não pode recusar um determinado uso” (FIORIN, 2013, p. 58).

Desse modo, a premissa antes hipotética, a de que é possível indicar as vertentes de uso do verbo *achar* que se assente para além do sentido dicionarizado confirma-se, já que os critérios são os de não recusa ao uso. O assente de *como* e *porque* estudar a variação linguística nos diferentes usos do verbo *achar*, tomando-se a Sociolinguística como aporte e objetivando em descrever e explicar as ocorrências das formas de explorar o pressuposto de que as diferenças são linguísticas e socialmente relevantes, é remontado em Labov (1978) quando acerca das formas de *dizer a mesma coisa* e quando da situação de dois enunciados.

2.2 ACHAR QUE SE DIZ A MESMA COISA

Com a finalidade de estudar as variações linguísticas, diferentes estruturas e evolução no contexto social de determinada comunidade de fala, a Teoria da Variação proposta por Labov (2008) trata das variações sistemáticas da língua falada, em que o: “[...] conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística” (TARALLO, 1994, p. 08), ou seja, são as diversas maneiras de se *dizer a mesma coisa* em um único contexto e com valor igual, tal como ocorre nos contextos em que o uso do verbo *achar* se faz presente, preenchendo a atividade fim dos estudos das variações linguísticas no que tangem à estrutura e à evolução.

No estudo em epígrafe, a enunciação do verbo *achar* apresenta variações linguísticas distintas de acordo com o seu uso, possuindo significados diferentes de enunciado para enunciado, distanciando-se do uso pré-estabelecido (dicionarizado), no contexto da Língua Portuguesa à linguagem formal, também chamada de linguagem padronizada.

Deparamo-nos com alguns usos do verbo *achar* na rede social *Twitter* considerados gramaticalmente inadequados, de acordo com as regras prescritas pela norma padrão/culta da Língua Portuguesa. De caráter da variável linguística, independentemente, o verbo *achar* no uso acima descrito (*Twitter*), permite a análise do emprego sociolinguístico por influência dos fatores linguísticos, extralinguísticos e socioculturais.



2 3 SOBRE A DECOLONIALIDADE

A linguagem se faz e faz o mundo.
(FELÍCIO CHAVEIRO, 2019, p. 334).

Rosevics (2017), Reis e Andrade (2018) asseveram que o pensamento decolonial⁵: “[...] objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 03).

Sobre o processo de enunciação podemos valer do que assevera o autor:

[...] ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. Ou seja, é preciso descolonizar não apenas os estudos subalternos como também os pós-coloniais (REIS; ANDRADE, 2018, p. 03).

Antes posto, refutar um campo da ciência seria um meio de conferir cientificidade a outras que se inovam como método de acatar a noção científica de um ou de outro modo de praticá-la, não nos atemos a tal assertiva. É pretensão, neste trabalho, trazer à tona a modernidade proposta pela decolonialidade de pertença da modernidade de estudos em Linguística *na* e *para* a análise em Sociolinguística desnudar os enunciados da rede social *Twitter*.

Desse modo, tomaremos da terminologia proposta pelos estudos discursivos decolonial(is) para as análises propostas neste trabalho em Sociolinguística.

A terminologia decolonial oferece-nos subterfúgios para os avanços nos estudos da língua em seu seio social: a Sociolinguística. Com isso, a atividade social, enquanto um constructo teórico à aceção da descolonialidade como ferramenta de análise de enunciados. Eis a ponto de intersecção das nuances em Linguística. A partir disso, trataremos em análise, os efeitos da enunciação que nos permite a sociolinguística.

A possibilidade de aproximação das referidas redes conceituais será explorada nas análises desta pesquisa, remontando a enunciação/enunciados; locutor/alocutários na rede de significação decolonial, para isso tomaremos a língua em uso em seu caráter social. Ousamos mencionar que o progresso científico e da humanidade são intrínsecos: é infimamente o desejo de romper a estrutura tradicional dos métodos de análise científica.

Seria como olhar para a ciências contribuintes às análises sem o pré-conceito estabelecido e postulado na Sociolinguística como pré-conceito linguístico. Não estando aqui para esta ou àquela ciência de natureza social da linguagem, nem tampouco à ruptura e/ou supremacia de uma ou outra, mas usufruindo do que julgamos ser necessário às análises, despreocupadamente como a dissociação teórica, mas aludindo ao ponto de intersecção: a língua posta em uso e socialmente constituída.

Não se trata de paradigma purista e irrefutável proposto pelas subáreas das ciências linguísticas, contrário a isso, visitamos a sociolinguística e a decolonialidade para o reforço em

⁵ A palavra “decolonial”, é utilizada no lugar de “descolonial”, em virtude da indicação de Walter Mignolo (2017): “[...] para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade e da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos” (ROSEVICS, 2017, p. 191).



análise e não como uma inconsistência teórica. É, pois, desapegando-se da estrutura e assertivamente contribuinte ao: “[...] uso cotidiano da língua na comunidade” (LABOV, 2008, p. 298), que estamos revisitando e propondo a visão das proposições em enunciados sociolinguisticamente constituídos na rede que é social (*Twitter*).

Em análise, o verbo *achar* e seus diferentes empregos na rede social *Twitter*, constitui-se em significados ao ser usado pulverizando a rede de sentidos que pode ser lhe atribuída, conforme postula Chaveiro (2019), sustentando que: “[...] a linguagem é o ser humano em seu devir, em suas lutas no campo da política, do trabalho, dos afetos.

Ao dizer o sujeito chega ao Outro e, em chegando, se constitui; essa constituição nunca é total, nunca será completa e jamais será neutra” (CHAVEIRO, 2019, p. 334). Com a máxima do autor apoiamos-nos para o entendimento de que o uso do verbo *achar* em sua rede de sentidos em aplicação na rede social *Twitter*, trará à tona nas figuras em análises a expressão do Outro (enunciador) para a sustentação daquilo que se deseja falar.

Compreende-se, pois que o pensamento decolonial é o entendimento das ocorrências de enunciados do verbo *achar* com perspectiva não colonial, contra a colônia na Linguística. Assim, tomaremos a noção de língua e de linguagem como fundamentais no processo de análise das variações linguísticas. A leitura, a escrita e o pensamento, são sustentados pelo devir da linguagem; pela linguagem em devir.

Nas ocorrências em que há o uso do verbo *achar*, em proposição de Chaveiro (2019), aquele que lê, lê o que alguém escreveu; o que escreveu o fez porque antes leu, entendeu e compreendeu. Os usuários do *Twitter*, ao empregar diferentes usos para o verbo *achar*, escreverão sobre o objeto de objetos do mundo constituindo-o *na* e *pela* linguagem.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa não tem a pretensão de identificar quais grupos e/ou fatores são responsáveis pela ocorrência do verbo *achar*, mas sim, em demonstrar que a língua é um fenômeno social e que a ocorrência de uso, embora remeta-nos inicialmente à liberdade do uso, existe o condicionamento da estrutura da língua imposta aos seus usuários.

Não é nosso desejo, ainda, apontar impressões e avaliações acerca dos usos linguísticos, no que tange à noção de erro/acerto na/da língua, conforme nos propõe Soares (2000), a respeito do preconceito linguístico.

Pautamo-nos por empreender uma pesquisa de investigação qualitativa. Sobre esse método, Triviños (1987) nos chama à atenção para a questão dos significados, pois eles: “[...] se manifestam através das produções verbais das pessoas envolvidas em determinadas situações e que comandam as ações que se realizam” (TRIVIÑOS, 1987, p. 127). Por isso pensamos ser pertinente que nos atentemos a essa especificidade que pode ser encontrada em investigação que se valha pela ótica qualitativa.

Para Bogdan e Biklen (1994), por exemplo, a pesquisa qualitativa exige: “[...] que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49). Desse modo, o olhar dos autores às questões metodológicas de



uma pesquisa nos fornecem esclarecimentos à realização dos procedimentos da nossa proposta de pesquisa.

Nesse movimento, essas perspectivas metodológicas nos auxiliam, uma vez que elas exigem delineamentos diferenciados, no sentido de buscar estabelecer uma relação, um vínculo com o objeto em questão, assim como, em relação aos dados, estes podem ser obtidos em um contato mais estreitado com a fonte de pesquisa. Os mesmos autores apontam, ainda, que uma: “[...] investigação qualitativa é descritiva [...] os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48).

Outro posicionamento concernente a essa afirmação, é o da pesquisadora Schmidt (2015), sobre a relação existente entre a Sociolinguística e as estigmatizações, afirmando que a teoria Sociolinguística moderna:

[...] vem se desenvolvendo no intuito de compreender a diversidade, entendida como desordenada pelos estruturalistas, os quais defendem a necessidade da estrutura e da normatização para funcionamento eficiente da língua, carregando consigo uma concepção marcada pela exclusão de falares que não se adéquam a essa norma, bem como ressaltando a estigmatização da variação (SCHMIDT, 2015, p. 361).

Ainda sobre esse processo de estigmatização, a reiteração da gama de possibilidades e efeitos existentes nas variantes de uso na/da Língua Portuguesa falada no Brasil, no que se refere ao verbo *achar*, na constituição do binômio praticável e impraticável, etimologicamente que não se pratica, que não está em uso, leva-se, em conta, para um dado momento de pesquisa e para um determinado grupo de falantes, os falantes que mobilizam a linguagem no contexto digital/eletrônico.

Quiçá sirva, este nosso levantamento, para estudos outros em outras condições sócio-históricas em que o impraticável se torna o *real* no contributo dos papéis da sociolinguística em descrever, explicar e apresentar diferentes *significados sociais* nas ocorrências de usos da língua.

Para além de uma justificativa metodológica e de objeto de pesquisa com os sujeitos enunciadores do contexto digital/eletrônico, denominado aqui, de sujeito de pesquisa sociolinguística, precede-se que a curiosidade científica não necessita, primordialmente, ser justificada, uma vez que ela busca, sobretudo, a promoção e a divulgação do conhecimento científico do/sobre o homem e de/sobre a linguagem das diferentes sociedades pelo mundo e, neste caso, os da sociedade brasileira.

Metodologicamente, a Teoria Sociolinguística mostra interesse pelas variações que são possíveis de ser explicadas na maneira alternativa de *dizer a mesma coisa*, ansiando que essa maneira seja portadora do mesmo significado referencial (LABOV, 2008, p. 78).

4 DISCUSSÃO DOS DADOS: ANÁLISE DO MATERIAL EM CONTEXTOS DIGITAIS

Tomando como sentido primeiro, o sentido dicionarizado/bruto do verbo *achar*, encontramos, conforme demonstra a tabela abaixo (Tabela 1), por ter procurado – ou por acaso –, deparados, talvez, com o ‘topar’, antonímia de acreditar e sinonímia de perder, os seguintes:

Tabela 1: Verbo, antonímia e sinonímia do verbo ‘achar’



VERBO	ANTONÍMIA	SINONÍMIA
<i>Achar</i>	<i>Desacreditar</i>	<i>Perder</i>

Fonte: (Autora, 2023)⁶

O verbo *achar*, em determinadas ocasiões, no que tange à semântica verbal, apresenta-se enquanto um tipo de verbo cujo o significado implica em uma noção com conhecimento, emparelhando-se à crença.

Quando referir-se à sinonímia da mesma, filia-se a: opiniões, ideias, concepções, posições, teses, pontos de vista, livre arbítrios, teorias, conceitos, perspectivas, posturas, entendimentos, etc.

Desse modo, de posse deste primeiro significado, o dicionarizado, referente ao verbo *achar*, sinonímia de encontrar, localizamos as expressões posteriormente demonstradas nas Figuras de (1) a (4), localizadas na rede social *Twitter* de maneira aleatória, a partir de uma simples pesquisa em “*achar*”: que um achado oferece em confirmação.

Figura 1: Material de análise (*Tweet 1*)



Fonte: (TWITTER, 2022)⁷

A partir do exposto, sendo a noção de conhecimento do verbo *achar*, emparelhada à crença de uma dada proposição, por exemplo, “*Acho melhor a gnt ir com calma*”, o falante/enunciador, nesse contexto, acredita na iminente necessidade da “calma”. O fato é que, com o emprego do verbo *achar*, o falante/enunciador, não estabelece, de fato, a necessidade legítima do enunciado. O falante/enunciador, contudo, não traz à tona discursiva a certeza de que aquilo que ele está solicitando é verdadeiramente um fato. Pode-se levar em questão, por exemplo, a premissa de que esse conhecimento não está ao alcance do falante/ enunciador. De outro modo, podemos considerar que, no enunciado: “*Acho melhor a gnt ir com calma*”, há uma solicitação, crivada em constructos de crença, no conhecimento de que as tomadas de atitudes devem ser ponderadamente pensadas e, bem posteriormente, consumadas.

No entanto, para a dúvida sobre uma realidade, além do conhecimento do falante, o que o leva em não expressar a solicitação absoluta do fato em questão. Se a certeza o tivesse, uma

6 Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1. Acesso em: 21 ago. 2022.

7 Disponível em: <https://twitter.com/home>. Acesso em: 22 ago. 2022.



possibilidade de texto seria, em um movimento parafrástico, conforme nos orienta (ORLANDI, 2020): “Devemos ir com calma!”.

Nesse campo de sentidos do enunciado e as relações entre os enunciadores, das relações afetivas, e concernentemente ao que postula Chaveiro (2019), o dizer é um campo para que se estabeleça relações com o *Outro* e, esse *Outro*, a quem se dirige é, em um só tempo, espelho e condição de toda a fala. Das relações de devir validadas com o que sustenta Orlandi (2018), quando assevera que não há opacidade na linguagem; o dizer diz o ser humano que fala.

Desse modo, atribuímos, quando o homem fala: fala-se! Ainda para o verbo *achar*, empregado em: “Acho melhor a gnt ir com calma”, este não designa, aos leitores, grau maior e/ou menor de certeza por parte de quem enuncia, podendo ter o falante, mais ou menos, a certeza do que se solicita no enunciado em questão. Aqui, então, encerra-se a tentativa de esclarecer o terreno da subjetividade do falante, aqui denominado sujeito da pesquisa – objeto de análise.

Ademais, pensamos que, a respeito desse acontecimento discursivo (ORLANDI, 2013), no campo digital/eletrônico, temos que os enunciadores mobilizam, do ponto de vista digital/eletrônico, os sentidos os quais compõem os memes, por exemplo, de tal modo que essa variação foi posta, à formulação, juntamente com um conteúdo memeificado.

Dessa maneira, os espaços de reconstrução de sentidos tais como o *Twitter*: “[...] colocam a palavra escrita numa profunda circularidade. A escrita entra direta e recorrentemente na sociabilidade humana, em namoros... na organização da memória, da percepção, da cognição” (CHAVEIRO, 2019, p. 335).

Nesse sentido, do que se vale à ordem do discurso digital/eletrônico, este pode ser compreendido enquanto uma memória que está na: “[...] materialidade do gesto de interpretação que se atualiza nas condições que se apresentarem” (ORLANDI, 2013, p. 06). Por isso, Orlandi (2013) concebe que existe uma memória que constitui esse espaço nos mais existem diferentes aspectos histórico-político-ideológicos.

Na sequência, na Figura (2), elucidamos o segundo material de análise, encontrado no *Twitter*, dispondo, também, do emprego do verbo *achar*, em primeira pessoa do singular, o *Eu*, enunciator/locutor (GUIMARÃES, 1995), para um outrem, o alocutário.

Figura 2: Material de análise (Tweet II)



Fonte: (TWITTER, 2022)⁸

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/home>. Acesso em: 21 ago. 2022.



Entre pensar e *achar*: nessa gama semântica, o enunciado acima constrói-se. No enunciado “*se eu não parir na próxima semana, acho que espirro e eles saem pelo umbigo mesmo*”, o emprego da forma linguística, em primeira pessoa do singular, *acho*, apresenta-se para o falante/enunciador o qual pensa na probabilidade, expondo em ironia, mesmo ciente da impossibilidade do acontecimento sendo não real.

Com isso, há o entendimento de que o uso do verbo *pensar*, pode não ter sido empregado, em virtude de o falante/enunciador não possuir provas – ou mesmo convicção – de tal fato. Para tal condição, o uso do verbo *achar* na forma *acho*, veio bem a calhar. Afinal, sobre parir pelo umbigo é melhor não *achar*, encontrar tal fato inusitado. Nesse sentido, a antonímia contribui para a não concretude do fato em tese, no jogo de sentido e semântico de que a Língua Portuguesa nos permite fazer.

No campo decolonial, o pressuposto uso do verbo *achar* no enunciado, levando em consideração o que nos ensina Chaveiro (2019) em que diz ser o uso da linguagem do enunciado: “[...] o possível do ser humano” (CHAVEIRO, 2019, p. 335) e que essa possibilidade – incorrigível, implacável e aberta – é essencialmente política, sendo que os iguais podem se juntar; podem se rebelar e, por isso, gritar por liberdade. Gritar (*se eu não parir na próxima semana, acho que espirro e eles saem pelo umbigo mesmo*), é uma metáfora, o que se quer é atitude: palavras de amor, ações. As ações pleiteadas por Chaveiro (2019) alinhavam-se com a ação posta pela enunciativa quando o grito é de *achar* que se concebe o filho pelo espirro.

Na sequência, na Figura (3), elucidamos o terceiro material de análise, encontrado na rede social *Twitter*, dispondo, também, do emprego do verbo *achar*, em primeira pessoa do singular, o *Eu*.

Figura 3: Material de análise (Tweet III)



Fonte: (TWITTER, 2022)⁹

Novamente, observa-se o batimento de significância entre *pensar* e *achar*. O presente enunciado, explicita o que a enunciativa pensa com o emprego de *acho*, conjugado em primeira pessoa do singular. Contrastando ao que “*penso sobre o twitter*” e o emprego do *acho*, já que a certeza fica na relação falante/ouvinte; enunciador/enunciatário. Distante disso encontra-se, contudo, do sentido primeiro do verbo *achar*, está: “[...] encontrar por ter procurado ou por acaso; deparar com; topar [...]” (HOUAISS, s/d). Sobre o *Twitter*, o enunciador que “*acha*”, na sentença:

⁹ Disponível em: <https://twitter.com/home>. Acesso em: 21 ago. 2022.



“*acho que o twitter*”, não descontinua a leitura e, nesse acontecimento afetado pela linguagem, aproveita do acontecimento enunciativo para depreender sentidos das ações de outros, levando-se por abalar em sua própria ação no/do acontecimento da linguagem.

Alusivamente, Orlandi (2018) posiciona que:

Saber ler-e-escrever é uma injunção, uma obrigação, em nossa sociedade letrada ocidental, cristã. Mas pode-se olhar por outro lado e vemos, então, que é também uma necessidade para o sujeito: é o jeito que ele tem de significar o mundo, se significando nele. E saber “dar” sentido ao que ouve, ao que lê, ao que vê (ORLANDI, 2018, p. 223).

A enunciadora acima está para o mundo, assim como o *Twitter* está para ela, e, no entendimento da mesma, é o seu o pensamento em *achar*, é a inscrição espaço temporal que se faz pela leitura e pela escrita. Na sequência, na Figura (4), trazemos o quarto material de análise, encontrado no *Twitter*, dispo do emprego do verbo *achar*, juntamente com a partícula “*se*”, em terceira pessoa do singular, o *Ele*.

Figura 4: Material de análise (*Tweet IV*)



Fonte: (TWITTER, 2022)¹⁰

Contrastando opiniões, crenças e conhecimentos, no campo semântico, a variante do verbo *achar* resiste à flexão, apresentando-se enquanto reflexivo seguido do pronome oblíquo “*se*”. O verbo *achar*, em sua forma reflexiva, com “*se*”, pronome reflexo em “*acha-se*”, nessa construção de muita particularidade “*acha*”, perde a classificação de verbo e continua com a propositura de uso do enunciadador ao dizer que alguém, remetido a si, reflexivo, *acha*, *acha-se*.

Nesse íterim, o conhecimento e a crença, torna-se ao enunciadador para que, acima de si, coexista o conhecimento maior que então reitere “*acha-se*”, partindo do princípio de que a linguagem é a capacidade dos seres humanos em produzir, desenvolver e compreender a língua e que possui: “[...] a essência da linguagem está no diálogo, no ‘falar-um-com-o-outro’, isto é, está intimamente vinculada àquilo que os interlocutores têm em comum” (COSERIU, 1979, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um anseio por demonstrar a inquietação vivida pela linguagem que existe *no* e *pelo* homem, problematizamos, nesta pesquisa, os enunciados que abarcam a ocorrência do verbo *achar*

¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/home>. Acesso em: 20 ago. 2022.



que, para além do sentido dicionarizado, nos traz sentidos outros que convém os desdobramentos que se fundam no campo da grande área da Linguística.

Ao mesmo tempo, constitui-se no campo de rede de sentidos socialmente denominados, com subárea na Sociolinguística, mas que não cessa por aí, mas deitasse no devir da linguagem e problematiza-se nos constructos da decolonialidade. Sendo a constituição do objeto em análise o verbo *achar* que é, também, um achado da rede social *Twitter*, o qual não poderia deixar de ser mencionado no devir do meu 'eu' acadêmico que busca meios de *achar* posicionamentos às hipóteses de estudos científicos.

De variante e variações, constituímos as palavras no mundo, que se fazem *no* e *pelo* homem. Instigante é a problematização que incita ao devir desta pesquisa, devir este que não nos remete por abrir a panela de pressão do tempo e do uso do verbo *achar* significando *na* e *por meio* da história do homem. Em tempo de criação e repetição contínua de palavras, tais como o fascismo, epidêmico, política, rigor, revolucionário e mundial, *achamo-nos* na pressa de estabelecer a rede de efeitos de sentido que este e/ou aquele enunciador propõe.

Constatamos na decolonialidade que é preciso o sentido coletivo, conforme propõe Chaveiro (2019), que exista o encontro de gerações por meio da palavra escrita e, sobretudo, da leitura. Nesse ínterim, a tentativa de construção de redes de sentidos entre enunciado/enunciador e/ou alocutário.

Na busca por emitir analítica e objetivamente as vertentes da rede de sentidos e variações linguísticas que permeiam as ocorrências do verbo *achar*, traçamos um paralelo que se lança mão da sociolinguística, mas que entremeado à rede social *Twitter* e a tantas ocorrências que escapam à formalidade da Língua Portuguesa, fazemos um percurso pelas Ciências Sociais.

Nesse sentido, verte-nos à condição que aqui chegamos: não basta apenas um ramo da ciência às possíveis alusões e aplicabilidade deste e/ou daquele verbo no funcionamento de uma língua, contudo, certificamo-nos de que a pesquisa carece de: “[...] esforço durável de observações, reflexões, análises e sínteses para descobrir as forças e as possibilidades da natureza e da vida, e transformá-las em proveito da humanidade” (CHIZZOTTI, 2005, p. 19).

Chizzotti (2005) pondera, pois, que esse esforço: [...] não é fruto de uma inteligência isolada em um tempo abstrato, mas é um produto histórico e social porque resulta de um esforço coletivo e permanente da humanidade, no curso do tempo, para construir todas as dimensões da vida” (CHIZZOTTI, 2005, p. 19). Desse modo, a pesquisa demanda responsabilidade e uma busca contínua à sua não vulnerabilidade e que vise em construir conhecimentos que desembarace no seio da interlocução acadêmica e que, sobretudo, sirva para propiciar algo a mais na qualidade de vida e que o pesquisador não trate a ciência com escárnio, desprezo, maldizer de “*Eu acho é pouco!*”.

Em nossa citação, o uso do verbo *achar*, em rede semântica e pragmática, apresenta variação linguística que trate a avaliação pouco/muito em relação à situação menos/menor do que era esperado à ocorrência. A linguagem é fonte límpida de onde sorve a sociolinguística variacionista que permite, aos cientistas que se aventuram pelos estudos acerca da linguagem, acesso à fonte por todas e quantas vezes solicitar e/ou que julgar adequadamente cabível, o que designa o inesgotável campo de pesquisa, permitindo-nos, por aqui, encerrar e, registrando: “*Eu acho é pouco!*”.



REFERÊNCIAS

- ACHAR. In: **Dicio**, Dicionário Online de Português, s/d.
- BAGNO, Marcos Araújo. Sobre peixes e linguagem. In: ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010, p. 11-12.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994.
- BORGES, Maria Célia; DALBERIO, Osvaldo. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Ibero-americana de Educación**, v. 43, n. 5, jul., 2007. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2299>.
- CHAVEIRO, Felício Eguimar. Por que o mundo é possível: a batalha de linguagem nas sociedades mundializadas. *Revista Entreletras (Araguaína)*, v.10, n. 2, jul/dez 2019, p. 333 a 349. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/7571>
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Rio de Janeiro: Presença/Edusp, 1979.
- FIGUEROA, Ester. **Sociolinguistic metatheory**. Pergamon, 1994.
- FIORIN, José Luiz. (org.). **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.
- GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, 1995.
- GUMPERZ, J. John. **Introduction to part IV**. In: GUMPERZ, J. John; LEVINSON, C. Stephen (eds.), 1996. p. 359-73.
- HOUAISS, Dicionário. In: **HOUAISS.UOL**, s/d. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1. Acesso em: 30 jan. 2023.
- LABOV, Willian. O estudo da língua em seu contexto social. In: LABOV, Willian. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 215-299.
- LISPECTOR, Clarice. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v.1, n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645/2646>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane Pereira Costa. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital. Série e-urbano**, v. 2, 2013.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Entre letras: o mundo. In: ENTREMEIO – **Revista de Estudo do Discurso**, 2018, pág. 2019 a 227.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz. (org.). **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013, p. 11-24.
- REIS, Maurício de Moraes; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, ano XVII, mar., 2018. ISSN: 1519-6186. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070/21945>. Acesso em: 20 ago. 2022.



ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. *In*: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa. (orgs.). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 19. Ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 279 p.

SCHMIDT, Cristiane. Língua: na perspectiva da mudança e da diversidade. **Web Revista Sociodialeto**, Campo Grande, v. 5, n. 15, mai., p. 360-363, 2015.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva Social. 17. Ed., 2. impr., São Paulo, SP: Ática, 2000. (Série Fundamentos).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



PRECONCEITOS SOCIAIS E LINGÜÍSTICOS: DAS VIVÊNCIAS ÀS RESISTÊNCIAS DE INDÍGENAS TERENA DE MT

Nilce Alcântara Gabriel¹

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Neusa Inês Philippsen²

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

RESUMO

O presente artigo está embasado nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994, apud MONTEIRO, 2000) e algumas nuances da Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2011), considerando as variações da língua portuguesa brasileira falada por indígenas Terena e da língua Terena na Aldeia Kopenoty, objetivando demonstrar a importância da educação linguística consciente para refutar o preconceito linguístico (BAGNO, 2005) e suas ramificações. As entrevistas direcionadas com perguntas abertas levaram a narrativas, as quais evidenciaram diversas vertentes dos preconceitos sociais e linguísticos vivenciados pelos informantes da etnia Terena do Norte de Mato Grosso, destacando, dentre os resultados, seus sentimentos, crenças e percepções pessoais.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista e Educacional. Preconceitos sociais e linguísticos. Educação linguística. Indígenas Terena.

ABSTRACT

This article is based on the theoretical-methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 1994, apud MONTEIRO, 2000) and some nuances of Educational Sociolinguistics (BORTONI-RICARDO, 2011), considering the variations of the Brazilian Portuguese language spoken by indigenous Terena and variation of the Terena language in Aldeia Kopenoty, aiming to demonstrate the importance of conscious linguistic education to refute linguistic prejudice (BAGNO, 2005) and its ramifications. The interviews directed with open questions led to narratives which showed different aspects of social and linguistic preconception experienced by informants of the Terena ethnic group in northern Mato Grosso, highlighting, among the results, their feelings, beliefs and personal perceptions.

Keywords: Variationist and Educational Sociolinguistics; social and linguistic preconception. Language education. Indigenous Terena.

INTRODUÇÃO

¹ É professora da Escola Estadual Indígena Elio Turi Rondon Terena. É graduada em Licenciatura Intercultural Indígena pela UNEMAT e é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLetras na UNEMAT/Sinop. E-mail: nilce.alcantara@unemat.br

² É professora adjunta da UNEMAT e dos programas de pós-graduação stricto sensu do Mestrado Acadêmico em Letras (PPGLetras) e do PROFLETRAS, na UNEMAT/Sinop. É doutora em Letras pela Universidade de São Paulo - USP, pós-doutorado pela Universidade de São Paulo - USP e pós-doutorado pela Universität Augsburg – Alemanha. E-mail: neusa.philippsen@unemat.br



O presente artigo está embasado nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994, apud MONTEIRO, 2000), que enaltecem a importância de estudar empiricamente as comunidades de fala com o propósito de mostrar a relevância da correlação entre língua e sociedade. Ademais, a língua é dotada de “heterogeneidade sistemática”, fato que permite a identificação e demarcação de diferenças sociais na comunidade, sendo que o domínio de estruturas heterogêneas se constitui como parte da competência linguística dos indivíduos. Ainda segundo Monteiro (2000), os fatores condicionantes dessas diferenças sociais são aqueles ligados ao falante, ao destinatário, às suas identidades sociais e ao contexto em que se dá a comunicação.

Tais fatores também são centrais para a Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2011), sendo assim, considerou-se, para a presente pesquisa, as variações da língua portuguesa brasileira falada por indígenas e a importância da educação linguística para refutar o preconceito linguístico (BAGNO, 2005) e suas ramificações. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na língua, se projeta a cultura de um povo, compreendendo-se cultura no sentido mais amplo, ou seja, o conjunto dos padrões de comportamento, das crenças, instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade. Quando esses fatores não são respeitados ou são subvalorizados, surge o preconceito linguístico. Do mesmo modo, o preconceito social contra grupos étnicos é um problema muito comum no contexto histórico da humanidade, pois existiram e existem em todas as civilizações, nos mais diversos momentos de nossa história (ÂNGULO e BONIFÁCIO, 2013). Sendo assim, é imprescindível que tais questões sejam tratadas e trabalhadas no âmbito educacional.

O objetivo geral deste artigo consiste em evidenciar e registrar as percepções de indígenas Terena acerca das situações de preconceitos sociais e linguísticos, bem como demonstrar como o conhecimento da variação e mudança linguísticas pode auxiliar no combate a essas formas de preconceitos presentes na sociedade brasileira como um todo.

A metodologia abordou a pesquisa de campo com perguntas direcionadas em que os informantes expressaram, em forma de narrativas, suas vivências e percepções. Os informantes³ foram selecionados conforme a idade (faixa etária entre 18 a 45 anos); etnia (Terena); escolaridade (graduados ou graduandos); e núcleo familiar (organização das famílias por sobrenomes), sendo **INF1**: homem, graduado, professor na aldeia, idade 45; **INF2**: homem, graduando, líder cultural e professor, idade 25; **INF3**: homem, graduando, professor, idade 26. Justifica-se a pertinência desse trabalho a partir da necessidade urgente de debater sobre os aspectos da variação nas línguas indígena Terena e portuguesa brasileira (PB), assim como sobre o ensino bilíngue que combata o constrangimento linguístico em ambas as línguas.

1 TERENAS DA ALDEIA KOPENOTY: OS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO E QUESTÕES DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Os povos indígenas Terena, também chamados de *Terenoë*, pertencem ao grupo maior dos Guanás⁴. Demograficamente estão localizados no estado de Mato Grosso do Sul (Áreas Indígenas Aldeinha, Buriti, Dourados, Lalima, Limão Verde, Nioaque, Pilade Rebuá, Taunay/Ipegue e Terras

³ Para este artigo, utilizou-se um recorte de apenas três informantes, para não se exceder ao número de laudas obrigatório e por considerar-se que atenda ao objetivo proposto nesta produção.

⁴ Leitura de dados retirados do site: <https://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/povos-indigenas/terena/> (2022).



Indígenas Água Limpa e Cachoeirinha, a oeste da Reserva Indígena Kadiwéu, na Área Indígena Umutina e a leste do rio Miranda); também no interior de São Paulo (Áreas Indígenas Araribá, Avaí e Icatu) e à margem esquerda do alto rio Paraguai, no estado de Mato Grosso, mas com maior número vivendo ao norte deste estado, entre os municípios de Peixoto de Azevedo, Matupá e Garantã do Norte, na Terra Indígena Gleba Iriri Novo, às margens do rio Iriri, nas aldeias Kopenoty, Kuxonety Poke'é, Inamaty Poke'é e Turipuku, e dentre as atividades econômicas mais frequentes está a cultura do plantio.

A aldeia Kopenoty, locus desse trabalho de pesquisa, compreende uma área de aproximadamente 30 hectares, localizada próxima ao Distrito de União Norte, às margens da antiga BR 080. Sendo que a aldeia é ocupada por 21 famílias, originárias em sua maioria do estado de MS, que migraram em um processo de busca pela legalização de uma Terra Indígena, processo esse que ocorreu no ano de 2007 da Terra Indígena do Iriri Novo.

A língua materna Terena, considerada uma língua de memória e em situação de revitalização⁵, não é de fato a língua com maior uso na comunidade, sendo um fator preponderante para a boa relação dos Terena com a sociedade envolvente a fluidez linguística em português brasileiro e a pouca resistência aos bens culturais da sociedade não-indígena.

Entretanto, a proximidade da comunidade Kopenoty com o ambiente urbano (apenas 75 KM da cidade de Peixoto de Azevedo, MT) faz com que haja um distanciamento da cultura indígena Terena, especialmente na questão linguística. Esse fato se deve não só às agências reguladoras da língua PB presentes nas aldeias, como rádio, internet e TV, mas também às questões que envolvem as atitudes dos falantes indígenas no uso das línguas e suas variações.

O processo migratório dos Terena e a permanência na Aldeia Kopenoty foram variáveis que podem ser elencadas como influenciadoras no maior uso linguístico e cultural que hoje se apresenta na realidade da comunidade e o uso secundário da língua Terena.

2 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O BILINGUISMO: PONDERAÇÕES TEÓRICAS

O feixe de variedades de línguas faladas em todo o território nacional faz parte da riqueza cultural do país, sendo fundamental investigar, conhecer, valorizar e preservar as várias línguas faladas no Brasil. As línguas não são homogêneas, elas sofrem o fenômeno da variação, que ocorre influenciado por diversos fatores, podendo ser condicionado pela faixa etária de cada grupo social, profissão, gênero, classes sociais, região, localidade, com a identidade que cada grupo apresenta e reconhece, assim como é fortemente definido pela situação de uso da língua dentro da comunidade.

Como ocorre em todas as línguas, as línguas dos povos indígenas do Brasil também variam e se adequam à plena expressão social e identitária das comunidades. Da mesma forma que qualquer criança ou adulto, com maior ou menor esforço, pode aprender línguas diferentes da sua, também os povos indígenas do Brasil podem aprender o português e manter a sua língua materna, para tanto a educação linguística na escola é a peça primordial nesse processo.

Nesse contexto, bilinguismo é termo utilizado para designar um contexto onde um mesmo indivíduo ou sociedade é usuário de mais de uma língua. Essas línguas podem ter sido aprendidas ainda na infância, de forma simultânea - ou quase simultânea - ou em momentos distintos da vida

⁵ Conforme Luz (2020), a língua Terena falada no norte de Mato Grosso encontra-se classificada dessa maneira tendo em vista a existência de falantes da língua e a presença de estratégias de revitalização presentes na escola e em eventos da comunidade.



do indivíduo, neste caso, podendo ultrapassar o período da infância. Dessa forma, afirma-se que todas as pessoas que falam uma segunda língua, seja língua estrangeira ou não, são bilíngues (SANTOS, 2021).

Sendo assim, trazemos para a reflexão teórica a questão das variações em coexistência linguística, como ocorre em contextos interculturais plurilíngues e multilíngues, debate esse que pode ser influenciador no sentido de desconstruir preconceitos linguísticos colonialmente herdados.

A questão da variação linguística, segundo Rodrigues (2002), perpassa pela função das línguas no seio de cada comunidade. Ainda conforme o autor, quando é reduzido o contato entre comunidades de falantes mais tradicionais e ampliado com novas comunidades, há uma consequente maior variação linguística entre os grupos.

Nesse sentido, Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000) aponta que falantes de uma língua expostos aos meios de comunicação de massa podem ser afetados pela mudança ou mesmo substituição linguística, de tal modo que, com o passar do tempo, a linguagem que usam se torna cada vez mais diferenciada de falantes menos expostos, o que poderia explicar a fluência em PB e o distanciamento da língua materna devido a aproximação cada vez maior de indígenas Terena com os modos de vida urbanos, se comparados aos falantes de outras etnias mais isoladas geograficamente.

Dessa forma, o contato entre as línguas também resulta em variação. Para Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000), a linguagem reflete o local, a origem e a identidade a partir de fatores sociais que podem ser observados. Nessa premissa, referente à variação da língua Terena resultante do contato frequente com a língua portuguesa brasileira em sua variedade popular, ela pode ser observada na língua escrita quanto na língua falada.

Segue uma amostra com alguns exemplos trazidos por Belizário e Gomes (2015) e Luz (2020) em que a língua Terena recebeu influência da língua portuguesa: **aramusu** – almoço (hora do almoço); **axúka** – açúcar; **tarefa** - tarefa (qualquer trabalho que se faz por dever); **Cuiabá** - Cuiabá (capital do Estado de Mato Grosso); **Njelu** – Gelo; **Mbulu** – Bolo; **Orapa** – Abelha europa/abelha; **n'zapatuna** – meu sapato; **Koreta** – carro; **celular** – celular.

Belizário e Gomes (2015) afirmam ainda que as relações de trabalho estabelecidas entre a sociedade indígena Terena e a sociedade não-indígena, além de variação também resultaram em mudança na língua, acréscimo e perda de palavras do léxico Terena em sua variedade mais tradicional, corroborando com Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000) acerca da assimilação de novos traços pela comunidade de fala pela inovação e influência linguística.

Tal fato só ocorre mediante a assimilação dessas inovações por outros falantes, os quais empregam essas novas formas em suas interações sociais atribuindo-lhes sentidos no uso cotidiano, sendo que esse fenômeno também pode ser observado na comunidade indígena Terena Kopenoty.

Outro aspecto referente à mudança e variação, como já dito, se dá no campo diatópico, ou seja, na geografia da comunidade, considerando seus processos migratórios. Assim, a língua de antes, tratada como tradicional, vai dando o lugar às variações e mudanças influenciadas também pelo novo espaço físico da comunidade, conforme pode ser percebido entre os falantes terena da aldeia Kopenoty.

Outrossim, a mudança geográfica do cerrado característico do estado de MS para a região amazônica do norte de MT resultou em modificação no léxico, pois os indígenas foram alterando o seu modo de falar com o passar dos anos e por suas novas necessidades comunicativas locais.



Compreender esse processo de variação, tanto na língua portuguesa quanto na língua Terena, por falantes bilíngues Terena e demais falantes bilíngues indígenas, faz com que o preconceito linguístico seja combatido, tendo em vista que falar diferente não significa falar errado ou feio uma determinada língua, seja ela indígena ou não-indígena.

A educação linguística é um caminho para propostas de educação escolar mais humanizadas frente ao leque de diversidades que as línguas oferecem, as quais não podem ser transformados em estigmas e constrangimentos linguísticos que silenciam culturas e línguas inteiras.

3 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA PERCEPÇÃO DE INDÍGENAS TERENA DA ALDEIA KOPENOTY

Atribuímos os preconceitos sociais e linguísticos como sendo reflexos do abismo social cruel e injusto existente no país, conforme aponta Bagno:

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito -, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não padrão do português brasileiro – que são a maioria de nossa população – e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. (BAGNO, 2005, p. 16).

Esse prejulgamento é mais evidente no tratamento às variedades mais informais e populares de uma língua, com maior presença em comunidades de fala menos favorecidas ou desprestigiadas, as quais também possuem menor acesso à educação escolarizada, geralmente oriunda de um sistema educacional de qualidade deficitária aos padrões sociais das classes dominantes.

Assim, pode-se dizer que o conceito aludido de ‘padrão’ está ao lado do conceito de ‘preconceito’. As línguas, via de regra, sofrem variações naturalmente, entretanto, o padrão acompanha o preconceito à medida em que o ensino desconsidera as variedades populares como viáveis ao processo de comunicação e interação entre falantes, colocando, como central, a noção de certo e errado, porém, que não corresponde à realidade das línguas vivas e em movimento de transformação constante.

Como metodologia para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa de campo com entrevistas direcionadas aos 3 informantes (INF1, INF, 2 E INF3), gravadas em áudio e vídeo, em que foram lançadas aos informantes duas perguntas-chave para que discorressem em forma de narrativas, sendo a primeira relacionada a algum momento em que vivenciou preconceito social e/ou linguístico em língua portuguesa e depois a mesma situação em língua materna Terena. Os relatos foram gravados, transcritos e analisados à luz dos pressupostos teóricos que permeiam esse artigo. Segue o relato de um dos informantes INF1, homem, 45 anos, graduado em Ciências da Natureza e Matemática, pertencente ao núcleo familiar Jorge:

INF1: *Quando eu era aluno no ensino fundamental, eu sofri muito quando eu fui estudar fora da aldeia, mesmo porque na minha época não tinha escola (na aldeia) como tem hoje. Então na escola não-indígena eu sofri essa discriminação por ser indígena, tanto que, ao fazer um trabalho,*



principalmente em língua portuguesa, na hora de escolher os meus colegas, não tive com quem fazer, pois ninguém queria fazer comigo, então acabei por fazer o trabalho sozinho.

Neste primeiro momento, nos deparamos com a questão do preconceito social contra a figura simbólica do indígena que remete ao indígena selvagem da mesma época da colonização, o que gera o preconceito social acerca do indígena genérico, cristalizado em uma imagem que não corresponde à realidade do indígena na atualidade, pressupondo inclusive um atraso cognitivo associado à condição de ser indígena. Segue abaixo mais um trecho que evidencia a percepção do informante referente à situação de preconceito vivenciada:

INF1: *O professor até insistiu com alguns alunos, mas os alunos não aceitaram. Então eu fiquei fazendo o trabalho sozinho, mas eu cheguei em casa e decidi fazer um trabalho bem feito, consegui e daquele trabalho eu tirei uma nota máxima. No segundo trabalho, agora em matemática, foi da mesma forma, os alunos não quiseram fazer o trabalho comigo não. Mais uma vez eu decidi fazer o trabalho sozinho, eu fui atrás do professor, ele me auxiliou, e mais uma vez eu tirei a nota máxima novamente, então só a partir desse momento que os alunos (não-indígenas) passaram a prestar atenção em mim, passaram a me procurar quando foram fazer algum trabalho, mas eu tive que (pausa) mostrar para eles que eu tinha competência, que eu poderia fazer talvez melhor do que eles também aquele estudo. Então eu entendo que eu fui discriminado dessa forma. Eu tive que mostrar para eles que eu tinha capacidade de fazer o trabalho bom também. E aí eles começaram a me respeitar como indígena.*

Neste segundo trecho, o informante deixa clara a sua percepção quanto à vivência em sua situação que sofreu de preconceito por ser indígena, relacionado ao questionamento de sua capacidade intelectual, não necessariamente o preconceito linguístico em si, mas permeado por um julgamento negativo preconcebido da figura do indígena diante de sua interação em uma escola não-indígena.

A segunda pergunta feita ao informante INF1 refere-se à mesma situação, mas agora referente ao contexto indígena e no uso de sua língua materna. Nesse caso, um dos atributos do informante é ser bilíngue fluente nas duas línguas, o que possibilitou responder a essa segunda pergunta. Segue o trecho da resposta e posterior análise.

INF1: *Sobre a nossa língua Terena, como você sabe, a gente tem diferença de uma aldeia para outra aldeia, e eu tenho o meu jeito de falar a língua Terena e muitas vezes fui discriminado por isso, pois eu tenho uma forma de falar diferente, né?*

Nesse trecho, podemos destacar a consciência que o falante INF1 tem de variação da língua Terena em diferentes espaços e comunidades de fala, fator que também gera questionamento em relação a uma forma “correta” ou “melhor” de falar a língua. Outro aspecto que podemos destacar nesse momento da entrevista é a atitude do INF1 frente ao reconhecimento da escolha individual por um determinado modo de falar que está coerente com a sua comunidade, possivelmente fomentado pela convergência de sua rede de relações sociolinguísticas. (BORTONI-RICARDO, 2011).

Em relação à percepção do INF1 quanto aos motivos desses conflitos linguísticos, o mesmo relata que:

INF1: *Algumas pessoas me falam assim: “o seu linguajar Terena já parece português”, pois há muito tempo a gente vem falando com pessoas não-indígenas e, por falar muito em língua portuguesa, a gente acaba falando com um ritmo de língua portuguesa mesmo, mas não deixa de ser a língua*



Terena. Por muitas vezes eu fui em outras aldeias e fui discriminado por isso também. “Ah, mas o seu Terena (a língua), não é mais o Terena legítimo”, mas isso não me tira a vontade de falar a língua Terena, eu tenho sentido cada vez mais vontade de procurar isso (falar a língua Terena), mas ainda sofro com isso (o preconceito).

Neste trecho da entrevista, o informante demonstra que o preconceito linguístico existe tanto na variação da língua portuguesa brasileira, quanto na variação da língua indígena Terena, e que não há uma compreensão da diferença linguística a partir do prisma de falares que compõem as línguas e da naturalidade desse processo, mas há o viés da rejeição e, conseqüentemente, o desejo de um padrão “mais adequado” ou “melhor” de falar a língua Terena, que se aproxime do vernáculo falado sem a influência dos contatos com a língua portuguesa brasileira. Outro aspecto que merece destaque nesse trecho é a questão de identidade, conforme Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000), a qual é preservada pelo falante mesmo o reconhecimento da variação mais distante do vernáculo.

Passando agora para o informante INF2, homem, 25 anos, graduando em Ciências Sociais do núcleo familiar Rondon, professor e líder cultural, temos o seguinte relato:

INF2: *Ainda ocorre muita discriminação no nosso meio, de várias formas, uma delas é, a maioria do povo indígena, muitos falam, além do português, falam a língua materna, então ainda quando vai pronunciar a língua portuguesa, às vezes não pronuncia muito bem, pode sofrer a discriminação por não falar bem, corretamente, não saber falar direito, e o meu povo vem conhecendo aos poucos a língua portuguesa e a língua materna é um dos fatores de não falarem muito bem a língua portuguesa e acabam se confundindo.*

Nesse relato é possível identificar a clareza do informante sobre a necessidade de compreender a influência de uma língua sobre a outra para combater o preconceito linguístico, observando-se desde o ritmo empregado nas interações, o que também foi mencionado pelo informante INF1, até as palavras oriundas de empréstimos tanto na língua portuguesa quanto na língua materna, uma vez que nos atos de fala as duas línguas em um falante bilíngue podem se alternar. Outro aspecto que podemos destacar é a presença da noção do ‘bem falar’, possivelmente oriunda da educação escolarizada. No trecho seguinte, podemos observar outra forma de preconceito vivenciado pelo informante INF2:

INF2: *Uma outra forma de discriminação com o povo indígena é a questão da cor da pele, essa cor avermelhada, amarelada meio moreno, então ainda a sociedade não-indígena te olha com esse olhar de inferioridade, com esse olhar que eles têm sobre nós, por termos uma cor diferente, eles acham que não temos a mesma capacidade intelectual, também é uma forma de discriminação da sociedade lá fora. Outra forma de preconceito é em relação à palavra ‘índio’, usam essa palavra para discriminar, ela não se refere a mim como indígena do povo Terena, cada indígena tem o seu povo.*

Destacamos, nesse momento, a presença do preconceito social entrelaçado ao preconceito linguístico, tendo em vista que o relato foi feito de forma contínua, sem pausas. Voltamos à questão inicial, coadunando com Bagno (2005), acerca do viés do preconceito que se manifesta em diferentes vertentes e marca a história de vida da pessoa que o sofre e de uma comunidade inteira. Mesmo falando em terceira pessoa, o informante INF2 relata além de sua vivência própria, lançando um olhar de situações vivenciadas coletivamente pelo grupo Terena ao qual pertence.



O informante INF3, homem, 26 anos, graduando em Pedagogia Intercultural e do núcleo familiar Cruz, professor na aldeia Kopenoty, apresenta um relato voltado a um olhar interno da comunidade, tendo em vista que na Aldeia Kopenoty há a presença de uma escola estadual indígena bilíngue que, pela sua proximidade com o Distrito de União do Norte, em Peixoto de Azevedo, agrega em seu público alunos não-indígenas moradores dos arredores nas propriedades rurais da vila, como é chamado o ambiente mais urbano do Distrito. O INF3 relata o seguinte em relação à situação de preconceito:

INF3: *Em relação ao preconceito linguístico ou social, não me recordo de ter sofrido em nenhum momento, pelo menos que tenha me chamado a atenção. Sempre morei nas aldeias, com contato mais frequente com meus parentes indígenas, sempre fui amigo deles. Quanto aos não-indígenas, os que eu conheço estudaram comigo na escola da aldeia, ficamos amigos e nunca me trataram diferente, mesmo eu sendo indígena, sempre tivemos um bom convívio a meu ver.*

Entretanto, quando perguntado em relação ao preconceito referente ao uso de variações da língua indígena, o informante INF3 relata na entrevista a seguinte vivência e percepção:

INF3: *Eu vou contar sobre o que aconteceu na faculdade comigo e minha colega quando nós começamos a fazer Pedagogia na (Instituição) nas primeiras semanas de aula, na hora de fazermos a nossa apresentação, o próprio parente nosso, indígena, questionava porque nós não falávamos a nossa língua materna, aí no começo nós ficávamos com muita vergonha, sem jeito de falar para eles porque que nós não falávamos a nossa língua materna. Com o passar do tempo, eles foram entendendo que não era nossa culpa, mas talvez por nossos pais que não nos ensinaram a língua materna. Então, no começo da faculdade, quando nós estávamos estudando, eu vivenciei isso, para mim foi um preconceito que eu tive que passar, de não falar a língua materna, e sofremos muito, mas agora os meus colegas da faculdade, eles entendem e nem questionam mais nada, não só com o nosso povo, mas também com os outros povos que não fala a língua materna.*

O relato do INF3 revela outra face do preconceito, que é o preconceito interno de indígenas bilíngues, falantes de língua materna e língua portuguesa, com indígenas que adotaram somente a língua portuguesa como língua primeira ou a única língua que interagem socialmente, sendo que, nesse caso, a língua indígena manifesta-se na memória de algumas palavras de um léxico distante no tempo. (LUZ, 2020). Percebe-se, assim, um conflito linguístico identitário, de certo modo inevitável, pois muitos aspectos da vida em comunidade estão envolvidos – os sociais, os políticos e os econômicos (SANTOS, 2021). Em geral, como nesse caso, a língua “vencedora” é a de maior prestígio, a língua majoritária, a portuguesa, que assola e devasta a minoritária, a Terena.

Aproveitamos a pausa desse trecho da entrevista para perguntarmos sobre a relação do informante INF3 com a língua Terena e os motivos que o impediram de aprender a língua indígena. Segue o relato:

INF3: *Eu acredito que não aprendi a língua Terena porque meus avós não falavam frequente a língua Terena comigo, falavam em português, eles falam a língua materna, eu cresci com eles, eles que me criaram desde pequeno, a minha mãe me deixou com eles, eu cresci, morei com eles até os meus 13, 14 anos e por quê eu não falo a língua materna? Quando eu tinha mais ou menos uns 3 ou 4 anos de idade, nós viemos para Mato Grosso, junto com a caravana, viemos para Rondonópolis e isso foi um dos motivos que não me deixou aprender a língua materna, porque meus avós falavam, minha mãe não fala, mas ela entende algumas coisas da língua materna. Durante esse tempo ficamos na*



BR, eu cresci ao lado dos meus avós e eu não me lembro muito bem, mas eles não falavam a língua materna frequentemente, só de vez em quando, eles usavam mais o português, e o que levou eles a fazer isso foi que muitas pessoas ali não entendiam, mesmo sendo Terena, isso fez com que falássemos a língua portuguesa em casa. Algumas palavras eu conheço, mas entendo muito pouco, pois não consegui aprender, e também não tinha necessidade de eu aprender, porque todas as pessoas ao meu redor falavam português, acho que isso fez que eu não aprendesse a língua materna.

A vivência relatada pelo informante INF3 nos mostra a relação direta de substituição linguística. Nesse relato, é interessante destacar a questão da necessidade comunicativa que ocorre ao longo das interações e a influência da rede de relações sociais que se estabelecem nessas novas comunidades, conforme pontua Bortoni-Ricardo (2011), cada vez mais afastadas geograficamente das comunidades mais isoladas e tradicionais, também concordando com a visão já pontuada por Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000) neste artigo, especialmente a que trata sobre a correlação entre língua (comunidades linguísticas) e sociedade e aos fatores contextuais condicionantes que levam, necessariamente, à perda de identidades culturais e linguísticas.

Para que isso não aconteça, é necessário que a comunidade linguística assuma sua realidade bilíngue e que a escola, por meio de métodos que fixem e propaguem a língua materna Terena, no espaço e no tempo, possa realimentá-la para que não se perca esse patrimônio linguístico. Dessa forma, o ensino bilíngue possibilitará aos alunos maior participação nos diferentes grupos sociais, capacidade de inserção, desenvolvimento social, cultural e habilidade e proficiência linguística em mais de uma língua. (SANTOS, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se revisitarmos a linha do tempo que percorre a questão do preconceito linguístico no Brasil e suas variáveis históricas e sociais como um todo, mergulhamos no campo das relações de poder e de imposições elitizadas, transformadas em padrões “únicos” a serem seguidos, os quais se estabelecem ao longo dos anos, alimentando cada vez mais a assimetria entre uma cultura dominante e outra, dominada.

Ao abarcarem nas terras brasileiras durante a invasão colonizatória, o contato dos europeus com o plurilinguismo indígena foi imediato e, deveras, assustador aos olhos de quem esperava uma terra “virgem”, e os indígenas foram ‘classificados’ e registrados na história contada pelo colonizador como ‘selvagens’ a serem ensinados/educados pelo não-indígena, sendo que, por conta do movimento contrário que aconteceu, em que os indígenas os ensinaram a sobrevivência em terras brasileiras, é que houve possibilidade da permanência e domínio dos europeus.

O poder de uma unidade linguística pode ser observado em diversas realidades, para além do processo de colonização do Brasil, pois garantiu (e ainda persevera) o controle social unilateral, no qual há somente um “certo” e o que varia, difere, é percebido como “errado”, devendo ser silenciado, combatido.

Assim, a partir desses primeiros contatos, o conseqüente genocídio dos que não aceitaram ser subjugados, não fora apenas de corpos, mas de culturas inteiras que, pelo olhar do colonizador, ameaçavam o total domínio do território brasileiro pelos portugueses, restavam aos povos duas opções: adaptar-se ou lutar até a morte contra o domínio bélico e cultural português.

Especificamente em relação aos povos indígenas brasileiros, originários desta terra, isso significou a morte de etnias e/ou de línguas maternas que sequer tiveram registros, resultando em



uma anulação cultural e posterior substituição em muitos casos por outra língua, em especial, a língua portuguesa e outra cultura, a cultura europeia, imposta sem história nem tampouco significado para os indígenas.

Entretanto, passado o tempo do genocídio, passado o tempo da proibição em falar suas línguas maternas, as comunidades indígenas no Brasil se deparam com outra forma de silenciamento, agora provocado pelo preconceito linguístico contra indígenas que sobreviveram e se adaptaram à cultura dominante do não-indígena, na herança cultural do domínio pelo padrão, pelo certo e errado que novamente classificam as variedades da língua e seus falantes.

Apesar de todo esse percurso de perdas culturais irreparáveis, ainda há lugar para o preconceito. O maior deles ainda é a negação da realidade do plurilinguismo de diversas maneiras no Brasil. Línguas indígenas que ainda vivem no interior das comunidades, nas bocas e memórias de seus falantes, a maioria anciãos. A inserção da escola em comunidades indígenas a partir da Constituição de 1988 foi de fato uma grande conquista, mas esta, como instrumento regulatório cultural da sociedade não-indígena, encontra-se em uma linha tênue que nem sempre abraça a diversidade cultural, ocasionando o que podemos chamar de constrangimento linguístico, marginalização e exclusão, que podem apagar qualquer possibilidade de transformação social e coexistência entre as culturas indígenas e não-indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ÂNGULO, Ricardo Diego Cavalcante; BONIFÁCIO, Ligiane Pessoa dos Santos. Preconceito linguístico e diversidade cultural – um estudo feito com alunos do 7º período de Letras do Instituto de Natureza e Cultura. **Anais do SILEL**. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2005.

BELIZÁRIO, Inézia. GOMES, Nataniel dos Santos. A variação linguística na aldeia Cachoeirinha – Miranda, MS. **Revista Ave Palavra**. Ed. 20. Alto Araguaia, 2015.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LUZ, Jislaine da. **O caminhar indígena por uma pedagogia (Inter)culturalmente sensível: interações Sociolinguísticas na Escola Estadual Indígena Élio Turi Rondon “Terena”**. trabalho de conclusão de curso (Dissertação/ Mestrado) Mestrado acadêmico em Letras, Faculdade de Educação e Linguagem Campus de Sinop, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall’igna. **Língua brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas/ Aryon Dall’igna Rodrigues**. – São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SANTOS, Alessandra de Souza. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística**. Tese de Doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.



MÍDIA ALTERNATIVA DIGITAL AOS FATOS E A CHEGAGEM DE FATOS: UM FUNCIONAMENTO EM ANÁLISE

Lucas Andrey Rodrigues¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Márcia Vorpapel Serschön²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Pamera Francieli Corrêa Pereira³

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o funcionamento discursivo a partir do que é posto em circulação nas descrições metodológicas da mídia alternativa digital *Aos Fatos*, a fim de analisar o que ela escreve sobre si e o seu funcionamento a partir da materialidade selecionada. A pesquisa tem como *corpus* recortes da editoria *Nosso Método* da *Aos Fatos*, e como aporte teórico a Análise de Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux e sequenciada, no Brasil, por Eni P. Orlandi. Para a Análise de Discurso, o discurso jornalístico, como qualquer outro, não se enquadra apenas como um transmissor de informação menos desinteressado, ou seja, os discursos jornalísticos são, também, atravessados pela Ideologia e têm seus sentidos já estabelecidos ideologicamente. Portanto, a partir das sequências discursivas selecionadas e organizadas durante este artigo, analiso o funcionamento discursivo da *Aos Fatos*, contrapondo as sequências à desconstrução dos mitos de *verdade, neutralidade, imparcialidade e objetividade* (MARIANI, 1999, p. 120).

Palavras-chave: Mídia alternativa digital. *Aos Fatos*. Checagem de fatos. Funcionamento discursivo.

ABSTRACT

This research aims to analyze the discursive operation from what is put into circulation in the methodological descriptions of the alternative digital media *Aos Fatos*, in order to analyze what the media writes about itself and, from the selected materiality, its operation. The research has as its corpus clippings from the editorial section *Nosso Método* from *Aos Fatos*, and as theoretical contribution the French line Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux and followed, in Brazil, by Eni Orlandi. For Discourse Analysis, the journalistic discourse, like any other, does not fit only as a transmitter of information, nor less disinterested, that is, the journalistic discourses are also crossed and have their meanings guided. Therefore, from the discursive sequences selected and organized during this article, I analyze the discursive operation of *Aos Fatos*, counterposing the sequences to the deconstruction of the myths of truth, neutrality, impartiality and objectivity (MARIANI, 1999, p. 120).

Keywords: Digital alternative media. *Aos Fatos*. Fact-checking. Discursive functioning.

INTRODUÇÃO

¹ É mestrando em Letras/Linguagem e Sociedade na UNIOESTE. E-mail: lucasandrey02@gmail.com

² É doutoranda em Letras/Linguagem e Sociedade na UNIOESTE. E-mail: svm_th_s@hotmail.com

³ É doutoranda em Letras/Linguagem e Sociedade na UNIOESTE. E-mail: pamerapr@hotmail.com



No decorrer da última década, houve um desenvolvimento volumoso no que se refere aos serviços de checagem de fatos (*fact-checking*) nas plataformas jornalísticas digitais. Tal processo objetiva certificar que as atividades jornalísticas são isentas e imparciais, ou melhor, que o que é posto em circulação nos sites, está comprometido com a verdade e a neutralidade.

No Brasil, a existência das mídias voltadas às práticas de checagem de fatos tem influência da Aliança Internacional de Checagem de Fatos (em Inglês, *International Fact-Checking Network - IFCN* -), criada pelo Instituto Poynter (escola americana de jornalismo), a qual é a maior autoridade e certificadora das agências que adotam essa metodologia. A *IFCN* legitima as agências a realizarem o processo de checagem por seguirem seus princípios, os quais são: a) apartidarismo e imparcialidade; b) transparência das fontes; c) transparência do financiamento e da organização; d) transparência da metodologia; e) política de correções aberta e honesta (BOMFIM, 2020) e é a partir desses princípios que a *Aos Fatos*, *corpus* deste projeto, está certificada e desenvolve suas notícias nesse campo desde 2016.

A *Aos Fatos* é uma mídia alternativa digital que busca investigar campanhas de desinformação para realizar a checagem de fatos pautada nos princípios citados acima. A mídia foi criada em 2015 e suas publicações são focadas em verificar o que o que é *falso* e o que é *verdadeiro* em discursos políticos relevantes para o cenário. Enquadra-se como uma mídia alternativa independente, pois não recebe nenhum aporte financeiro de instituições governamentais, apenas é financiada por um programa de assinatura, nem mesmo há publicidade, pois, segundo a própria *Aos Fatos*, destoa dos seus princípios.

A checagem de fatos é um processo que busca verificar a origem das possíveis desinformações. O processo é fundamentado em provas, assim, a *Aos Fatos* condiciona suas publicações a partir de um processo interno de obtenção de informações acerca do discurso proferido por um sujeito que está em evidência pública. Dessa forma, a fim de tornar o processo de verificação confiável para os sujeitos que consomem suas notícias, a *Aos Fatos* utiliza as grandes mídias como aparato para a construção do processo de checagem, tomando-as como o nicho principal de coleta de informação para produzir suas notícias.

A partir disso, interessamo-nos nesta mídia alternativa digital, porque a metodologia de apuração é classificada como apartidária, assim, a partir dos conceitos mobilizados no decorrer deste trabalho, contrapomos as sequências presentes na sua descrição metodológica.

Propõe-se, valendo-se do aporte teórico e metodológico da Análise do Discurso formulada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, na França, e sequenciada, no Brasil, por Eni P. Orlandi, refletir acerca da descrição metodológica da mídia alternativa digital *Aos Fatos* e analisar o funcionamento do discurso jornalístico, especificamente o modo como produz um imaginário de estar fora do ideológico. A teoria nos proporciona compreender as Sequências Discursivas (SDs) a partir de um processo de metalinguagem, assim, analisando o reflexo que estes discursos veiculados nesse campo de mídias independentes objetivam ao colocar notícias em circulação no meio digital. Por isso, a partir do movimento pendular e do batimento construído entre teoria e análise, o qual agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus* selecionado (PETRI, 2013, p. 42), analisaremos discursivamente os discursos que são veiculados pela *Aos Fatos*.

Para Pêcheux (2014), o discurso é efeitos de sentido que significa na relação entre sujeitos, além disso, é o que constitui o sujeito e não constituído por ele. É uma amostra de um processo ideológico simbólico cujo seu funcionamento se dá a partir de um processo histórico. A partir dessa



relação, compreende-se em Pêcheux (2014, p. 146) que o “sentido (...) é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”, ou seja, se molda de acordo com a posição do sujeito que discursa. Logo, o funcionamento do discurso só é possível a partir da retomada de sentidos, o que faz com que não tenha literalidade, “não tem um sentido” (PÊCHEUX, 2014, p.147) mas, sim, efeitos dele a partir de cada posição, pois é uma *prática de linguagem* (ORLANDI, 2009, p. 15).

Sabendo, agora, que não há literalidade e os discursos são (re)produções, as práticas discursivas jornalísticas não deixam de ser produzidas à mercê das condições de produção, a literalidade “trata-se apenas de um efeito” (DELA-SILVA, 2018, p. 302), tornando os discursos jornalístico atravessados ideologicamente, também, como qualquer outro discurso.

1 GESTOS ANALÍTICOS

As mídias alternativas digitais que produzem notícias adotando o processo de checagem, se autodeclaram apartidárias e neutras em relação ao que é posto em circulação, entretanto, trata-se de estipulações determinadas pela *IFCN (International Fact-Checking Network)* para, ao atender aos preceitos, fazer parte do seletor grupo certificado para tal prática jornalística. Para Mariani (1998, p. 63), “cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado”, ou seja, a partir do que é noticiado, para o discurso jornalístico tem-se a verdade absoluta e nada destoia do que está relatado. Assim, os textos jornalísticos objetivam deixar os leitores bem informados, por meio da clareza textual e a objetividade ao noticiar, bem como a neutralidade buscada. Para Dela-Silva (2021, p. 5952), os termos relacionados a neutralidade que estão, inclusive, presentes nos princípios a serem seguidos pela *IFCN*, “são termos que concorrem para a sustentação da formação imaginária da grande mídia jornalística como isenta e objetiva, imaginariamente capaz de produzir relatos igualmente objetivos sobre os acontecimentos que elegem notícias”, portanto, as mídias, que realizam os serviços de checagem, se constituem nos atravessamentos da grande imprensa.

Nos últimos anos, considerando o último período eleitoral, fora evidenciado uma luta constante contra a veiculação de *fake news*, onde enquadram-se, principalmente, os serviços jornalísticos realizados pelas mídias que trabalham com o método de *fact-checking*. No que se refere a esta pesquisa, instiga-nos investigar o funcionamento discursivo da mídia alternativa digital *Aos Fatos* a partir do que é descrito como sua metodologia. Assim, a partir do movimento pendular “imperfeito (...) que se produz sobre a teoria e as análises de discursos” (PETRI, 2013, p. 43), analisaremos a respeito do apartidarismo e da ilusão da verdade declarada pela mídia.

Iniciaremos os gestos de análise a partir das sequências discursivas dispostas a seguir, as quais foram recortadas da editoria *Nosso Método* da mídia alternativa digital em questão.

Primeiramente, entendemos o discurso jornalístico a partir de Mariani (1999, p. 110) como uma prática que coloca em circulação alguns dizeres e, automaticamente, não outros. No caso da *Aos Fatos*, são colocados em circulação dizeres que produzem o imaginário de neutralidade, entretanto, promovem gestos interpretativos, logo, (re)produzem sempre outro sentido, pois trata-se, também, de um discurso “produzido em condições históricas de confrontos, alianças e adesões que gerenciam e constituem as interpretações produzidas” (MARIANI, 1999, p. 111).



Em relação ao posicionamento discursivo de autodeclarar-se fora do ideológico e apenas transmitir o que consideram verdadeiro, permeiam-se os mitos de verdade, de objetividade, de neutralidade e de imparcialidade, os quais

Trata-se (...) de uma prática discursiva que atua na construção e reprodução de sentidos, prática essa realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretense domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade (MARIANI, 2005, p. 7).

Dessa forma, reforça, além do já declarado pelo jornal alternativo digital, o interesse em se manter fora de qualquer ligação que indique um posicionamento, pensando a língua apenas como forma de comunicação e apagando as condições históricas que constituem os discursos e possibilitam as interpretações.

Para o desenvolvimento dos gestos de análise sobre o *corpus* desta pesquisa, nos basearemos nas sequências discursivas⁴ dispostas no **quadro 1**:

SD1: A principal virtude da checagem de fatos reside na capacidade desse tipo de jornalismo de ajudar as pessoas a tomarem decisões melhores e de monitorar políticas públicas baseadas em fatos e evidências.
SD2: Para verificar aquilo que tem chance de ser mentira, profissionais do Aos Fatos conferem a origem da desinformação, analisam seu conteúdo para entender o que há de errado, buscam em fontes confiáveis os fatos e dados para mostrar o que é factualmente correto sobre aquele assunto e, finalmente, publicam uma reportagem que traz a informação verdadeira.
SD3: Além disso, todos os jornalistas que integram a equipe do Aos Fatos estão sob escrutínio público, de modo que são expressamente orientados a não endossar formal ou informalmente qualquer discurso político-partidário. (...) Qual comportamento destoante da busca pela isenção e pluralidade não faz parte da filosofia do Aos Fatos , tampouco de sua linha editorial.
SD4: Embora Aos Fatos se esforce para investigar informações públicas identificadas com todos os lados do espectro político, seus jornalistas também acreditam que quem está no poder deve e merece estar sob escrutínio preferencial.

Inicialmente, destaca-se, na SD1, o foco da *Aos Fatos* em “ajudar as pessoas a tomarem decisões melhores e de monitorar políticas públicas baseadas em fatos e evidências”, ou seja, a partir do processo de checagem inserida na ordem do discurso jornalístico, a intenção que a mídia

⁴ Torna-se tocante a breve abordagem desse conceito, o qual, baseado em Courtine (1981, p. 25), é definido como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, ou seja, são as sequências discursivas que “representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso)” (MARIANI, 1996, p. 54) e carregam os efeitos de sentidos que surgem a partir do ato discursivo, sendo uma unidade de análise que refere-se a um conjunto de possíveis enunciados.



expressa ao produzir notícias, está posta e os “acontecimentos são transformados em fatos” (MARIANI, 1999, p. 105), assim objetiva influenciar os leitores a crerem que o que é dito ali, ordenará a “melhor” decisão, no caso, a decisão que corresponde ao que consideram socialmente aceitável e esteja filiado “às instâncias que os dominam” (p. 112).

Além disso, reforça a imposição de influência e verdade sobre seus discursos, os quais são, segundo eles próprios, *baseados em fatos e evidência*, assim, colocando-se em um movimento de univocidade acerca da verdade e retomando um discurso que ressoa à memória da prática jornalística como um modelo de discurso ideal: neutro e verdadeiro, sem espaços para pluralidade interpretativa. Ao leitor menos crítico, esse modelo de jornalismo que a *Aos Fatos* se autodescreve, soa como o ideal, visto que destoa do tradicionalismo, ou melhor, *desse tipo de jornalismo*, como dito na SD1, e sinaliza um distanciamento das grandes mídias, colocando-a em um espaço social sem influências, ocupando uma posição privilegiada no fazer jornalístico.

Na SD2, a *Aos Fatos* insere-se no imaginário discursivo da grande imprensa ao elencá-las como “fontes confiáveis”, as quais funcionam como fonte de informações para a *Aos Fatos* realizar as checagens. Logo, percebe-se que parte daí os princípios intencionais do discurso jornalístico trazidos por Mariani (1999), pois existe um porquê buscarem a grande imprensa para checar as (des)informações. Ao dizer que são “fontes confiáveis”, a *Aos Fatos* toma uma posição, contrariando a isenção que declara na sua disposição metodológica. Ademais, o objetivo das checagens, segundo a própria imprensa, é fornecer a “*informação verdadeira*”. Grifo *informação verdadeira*, pois a busca pela verdade aparece como fator primordial nas checagens realizadas, pois os discursos jornalísticos são associados “a um imaginário de verdade” (DELA-SILVA, 2021, p. 5955), bem como difundem um modelo de verdade. Ao significarem o próprio enunciado como isento e verdadeiro, a mídia produz um efeito de sentido que a desloca das possibilidades de erro, ou seja, busca isentar-se de um espaço que tenha falhas.

Entretanto, o modelo de linguagem objetiva seguido pelos discursos postos em circulação, como descrito na SD1, não são desinteressados, pois é um discurso proferido por um sujeito, tal qual, para a teoria pecheutiana, trata-se a partir da interpelação ideológica e lida com o sujeito constituído pelo discurso, logo o seu funcionamento emerge dentro de uma construção histórica e ideológica, não neutra, nem única. Não se pode dizer, deste modo, que a *Aos Fatos* está em um lugar privilegiado como acredita, no caso, fora do ideológico. O que é posto em circulação pela mídia, a partir do processo de *fact-checking*, é, também, parte de um processo interpretativo e seu funcionamento está ancorado no imaginário do discurso jornalístico das grandes imprensas.

Dessa forma, interpelado ideologicamente, o sujeito filia-se a Formações Discursivas (FD), o que, segundo Pêcheux (2014, p. 147), é “(...) aquilo que, numa formação ideológica, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada (...) determina o que pode e deve ser dito”. Há, na SD3, uma ordem a partir do recorte “expressamente orientados”, o qual é utilizado para indicar a conduta imposta pela *Aos Fatos* sobre seus colaboradores. Neste caso, nota-se que a mídia está inserida em uma formação discursiva que repreende, ou seja, uma mídia alternativa que busca destoar dos padrões jornalísticos, impondo aos seus colaboradores a tentativa de isenção. No entanto, os jornalistas responsáveis pelas checagens não produzem seus discursos num espaço vago que não se insere em nenhuma formação discursiva, apenas produzem a partir da região a qual está autorizado ideologicamente a produzir, sempre em detrimento a outra.

Neste caso, a submissão imposta, equivale-se, no fio do discurso, a um possível deslize entre “orientados” para “proibidos”, provendo um deslizamento de sentido e representando, por meio da linguagem, a Formação Ideológica (FI) que corresponde à *Aos Fatos*, que é, pois, segundo



Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 166 aspas e itálicos do autor) o “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas em relação às outras”, desse modo, por meio do condicionamento posto aos colaboradores, a tentar produzir e induzir discursos fora do ideológico, o que não é possível, tal deslizamento, inserido em uma FD, materializa a posição a qual a mídia se inscreve e é determinada ideologicamente.

A busca da *Aos Fatos* pela isenção é uma das regras a serem seguidas, ou melhor, ao menos declaradas, para fazer parte da *IFCN*. Posto isso, observa-se a SD3 fortemente marcada por discursos de (im)parcialidade. Ao dizer *que tudo que não aparenta ser isento ou imparcial, não faz parte da filosofia da mídia*, a imprensa busca um afastamento dos atravessamentos discursivos, porém

O ato de noticiar (...) não é neutro nem desinteressado: nele se encontram, entrecruzando-se, os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes bem como, ainda que indiretamente, dos leitores. Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento histórico em que se divulga um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas notícias (MARIANI, 1999, p. 102).

Logo, mesmo afirmando o posicionamento de isenção, há um atravessamento sócio-histórico nos discursos publicados. Ainda conforme Mariani (1999, p. 110), “(...) não estamos afirmando que haja necessariamente uma intenção enganosa - má fé - por parte daqueles que escrevem na imprensa em querer iludir o leitor”, isso, porque, o próprio jornal, de forma inconsciente, possa crer que seus discursos não estejam vinculados a formações ideológicas, o que nos remete aos *esquecimentos* de Pêcheux (2014): o *esquecimento nº 1* refere-se à ilusão do sujeito acreditar que tudo o que diz parte dele, ou seja, crê ser a fonte de seus discursos. Neste caso, há um apagamento de que o discurso já significa em uma outra formação discursiva que também é já constituída pela formação ideológica, sendo, então, apenas uma *retomada* dos dizeres.

Ainda segundo o filósofo francês, o *esquecimento nº 2* é o processo

pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (PÊCHEUX, 2014, p. 161).

Neste caso, é quando o sujeito se ilude com o poder de escolha sobre seus dizeres, por exemplo, achar que ele diz o que diz porque quer, mas é somente um processo ilusório: as palavras são escolhidas por ele, mas os sentidos, ideologicamente, já são pré-estabelecidos nas FDs. Assim, o sujeito desconsidera outros dizeres para atribuir o sentido e desconsiderar, num processo inconsciente, os outros possíveis efeitos de sentido.

Podemos notar, também, que a mídia em questão reproduz esse imaginário da neutralidade por caracterizar um interesse mercadológico a qual mantém a mesma sendo uma das principais a realizar o método de checagem. No Brasil, apenas três mídias são reconhecidas como checadoras confiáveis: *Aos Fatos*, *Lupa* e *Estadão Comprova*. Neste caso, alimentar o discurso da isenção torna-se uma condição para que a *Aos Fatos* faça parte do seleto grupo das mídias brasileiras que são reconhecidas pela *IFCN*, ou seja, declarar a busca pela neutralidade, reforça a credibilidade em nome dos princípios dispostos pela aliança internacional a qual os reconhece.

Percebe-se, indo à SD4, ao dizer que *quem está no poder, deve e merece ser alvo preferencial das checagens realizadas* pela mídia, que há uma prática destoante da imposição de neutralidade pregada, pois a *Aos Fatos* direciona seus discursos, preferencialmente, a um sujeito que está em



relevância social: o Presidente da República. Porém, questionamos: há a possibilidade de discursivização preferencialmente sobre um sujeito de notoriedade política mundial e ignorar os atravessamentos? Para tal questionamento, Mariani (1999, p. 104) salienta que “um olhar, portanto, nunca é imparcial”. Logo, o discurso proferido não é despretensioso, mas sim estabelecido a partir das relações do sujeito que o produz.

A busca objetiva da mídia, *corpus* deste artigo, é voltada para entregar ao seu leitor a verdade isenta de qualquer atravessamento. Dizer-se fora do ideológico, é uma prática necessária para os discursos jornalísticos, pois a imprensa compreende-se como fundadora do discurso posto em circulação. Além disso, a partir da padronização da língua, ignoram que a produção de uma notícia seja uma interpretação de um sujeito, mas apenas a definem como descrição dos fatos. Por mais que a *Aos Fatos* busque a isenção,

O que se escreve nos jornais são interpretações do mosaico que constitui historicamente uma formação social, mas não é do mosaico inteiro que se fala, apenas de sua parte hegemônica, i.e. da parte que se impõe a ler (MARIANI, 2005, p. 105).

Ou seja, os discursos ali publicados são banhados por interpretações distintas a partir do processo de checagem e, ao interpretar, tem-se o “assujeitamento, ou seja, para que o sujeito seja sujeito, é necessário que ele se submeta à língua” (PÊCHEUX, 1999, p. 60), isso é: a partir da interpretação, o sentido é atravessado pela história a qual o sujeito está submisso, não sendo considerado um sujeito empírico.

Contudo, a *Aos Fatos*, ao dizer que desconsidera tudo o que destoa da pluralidade pregada por ela, se coloca, novamente, em um lugar discursivo de univocidade discursiva, visto que ignora que os discursos ali veiculados constituem, também, uma pluralidade de sentidos. Logo, as formulações produzidas pela *Aos Fatos* não condizem com uma prática discursiva neutra, imparcial, que transmita apenas a verdade a partir da checagem de uma desinformação. Há interesses midiáticos e políticos levados em consideração, isso, pois, a própria inserção no imaginário da grande mídia resulta na seleção de determinadas mídias e não outras, portanto constituem atravessamentos e inferências ideológicas no processo de escolher o que eles elencam como fontes confiáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs analisar o funcionamento do discurso jornalístico a partir da descrição metodológica da mídia alternativa digital *Aos Fatos*. Para desenvolver os gestos analíticos, partimos dos pressupostos teóricos-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, os quais foram pendulados sobre as sequências discursivas dispostas no *site*, a fim de analisar os efeitos de sentidos que elas produzem.

Compreendemos que, a partir da proposta metodológica da mídia, ao enunciar, seus discursos são proferidos a partir de um olhar de um sujeito baseado no que circula na grande imprensa. Dessa forma, como qualquer outro discurso, o discurso jornalístico é, também, afetado pela história. A *Aos Fatos* insere-se num processo ideológico, em Formações Discursivas, logo, está inserida em um contexto histórico que produzirá sentido a partir de um dado momento, de uma condição de produção, tendo seus gestos interpretativos conduzidos para a produção da checagem, o que resultará em um outro efeito de sentido a partir de um discurso que já-existe.



Percebe-se ainda que, a partir do que a *Aos Fatos* descreve como método de checagem, reproduzem os discursos costumeiros da ordem do jornalístico, mas não atingem a neutralidade que objetivam, pois os discursos checados que partem do imaginário da grande imprensa são interpretações de sujeitos que resultam em outros efeitos de sentido, ou seja, novos sentidos são (re)produzidos, a partir de um sujeito constituído historicamente que descreve sobre as checagens dos *fatos*. Portanto, os discursos jornalísticos não são isentos, nem neutros, apenas trabalham com conceitos a que são impostos para pertencer ao que objetivam (no caso, *IFCN*), sendo, também, atravessados ideologicamente.

REFERÊNCIAS

- AOS FATOS. **Nosso Método**. (2016?). Disponível em: <https://www.aosfatos.org/nosso-m%C3%A9todo/>. Acesso em: 15 de jan. 2023
- BOMFIM, Emily. **IFCN**: entenda tudo sobre a Aliança Internacional de Checagem de Fatos. Politize. 24 dez. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/alianca-internacional-de-checagem-de-fatos-entenda/>. Acesso em: 22 de ago. 2022
- DELA-SILVA, Silmara. **“Checar fatos e desmentir boatos”**: *fake news* e discurso jornalístico no Brasil. Fórum Linguístico, v. 18, p. 5949-5961, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/72801>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **Para que(m) serve a psicanálise na imprensa?**. 2005. Disponível em: http://www.geocities.com/gt_ad/bethania.doc. Acesso em: 06 de jan. 2023.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico - a Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. Campinas-SP: UNICAMP, 1990. p. 61-161.
- PÊCHEUX, Michel.; FUCHS, C. “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.
- PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. IN: **Papel da Memória**. Pierre Achard et al. Tradução: José Horta Nunes. 1ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-50.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 5 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.
- PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: Petri V, Dias C, organizadoras. **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. UFSM; 2013.



A PRODUÇÃO DO SUJEITO-ODIOSO A PARTIR DA PUBLICIDADE DO NOVO POLO: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA

Eliézer Reis Vicente¹

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Ricardo Almeida de Melo²

Centro Universitário (UNIFATECIE)

RESUMO

Esse artigo objetiva analisar o discurso de ódio homofóbico como limitador do exercício da sexualidade, como manifestação de intolerância, preconceito e discriminação que se reveste de um abuso do direito à liberdade de expressão. As análises tomam *twittes* e memes veiculados em torno da publicidade do carro da marca Volkswagen, o novo Polo, e problematizam, a partir dos estudos teóricos do filósofo francês Michel Foucault, questões acerca do dispositivo da sexualidade, dispositivo da violência, dispositivo de ódio biopolítico, poder e masculinidade(s). Os resultados apontam que os discursos atuam como um instrumento de exteriorização da homofobia na fabricação de um sujeito-odioso.

Palavras-chave: Discurso de ódio. Dispositivo da violência. Masculinidades.

ABSTRACT

This article aims to analyze the homophobic hate speech as a limited to the exercise of sexuality, as a manifestation of intolerance, prejudice and discrimination that is an abuse of the right to freedom of expression. The analysis takes *twittes* and memes broadcasted around the advertising of the car brand Volkswagen, the new Polo and problematize, from the theoretical studies of the French philosopher Michel Foucault, issues about the device of sexuality, device of violence, biopolitical hate device, power and masculinity(s). The results point out that the discourses act as an instrument of exteriorization of homophobia in the manufacture of a subject-hate.

Keywords: Hate speech. Device of violence. Masculinities.

INTRODUÇÃO

Considerando o contexto de uma sociedade da informação, as mídias digitais estão presentes nas vidas de uma expressiva parte da população, conectando-as e gerando novas formas de se relacionar. Com a expansão dessas conexões sem fronteiras, surgem alguns problemas advindos da aproximação dos indivíduos e suas coletividades, como uma acentuação da intolerância às diferenças, vindas aos infinitos *gigabytes* das redes sociais. O fenômeno do Discurso de Ódio é uma dessas manifestações de intolerância que sorriem para nós. O ódio se vê na veia, o ódio se vê na voz, o ódio se vê nas vestes de entretenimento nas telas de *smartphones*, *tablets* e computadores de última geração.

O Discurso de Ódio vem como um bicho feroz, multifacetado, toma suas formas nos **negritos**, na mor-fos-sin-ta-xe, em CAIXAS ALTAS, chega também disfarçado por memes e textos, sem limites

¹ É doutorando em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/UFG). E-mail: eliezervicente@gmail.com

² É graduando em Pedagogia pela Unifatecie. E-mail: ricardoaufg@gmail.com



para a “zoeira”, sob a justificativa de ser apenas uma brincadeira, da qual sabemos que não se trata, na maioria das vezes. Pelo contrário, quando mencionamos a “zoeira”, referenciamos as dinâmicas da internet que surgem a partir das novas modalidades de interação, como destacado por Shirky (2012). Uma piada não é apenas uma piada, um meme não é apenas uma brincadeira, dessa forma, as criações não são obras ao acaso, elas integram os jogos da linguagem.

Diante disso, vimos movimentar as redes sociais digitais no início de maio deste ano, a publicidade do novo Volkswagen Polo em que um casal homoafetivo aparece em frente ao *hatch* (Imagem 1). Na postagem da página no *Instagram*, a legenda afirmava: “Sabe quem evoluiu junto com você? O Polo”. Em pouco tempo, a foto viralizou, tornando-se um dos assuntos mais comentados no *Twitter*.

Enquanto uma parcela comemorava a diversidade de uma marca culturalmente masculina, vários comentários disseminam preconceito e homofobia, declarando a venda de seus exemplares ou até mesmo pedindo o fechamento da empresa. Naquele momento, o *Twitter* virava uma zona de guerra. Por que a imagem de um casal homoafetivo incomodou tanto? A sociedade ainda não está preparada para sua extensa diversidade?

Na esteira desses questionamentos, chamou nossa atenção a grande circulação de comentários e memes com um acentuado Discurso de Ódio, disfarçados em zoeira no *Twitter*. Com isso, problematiza-se, a partir dos estudos teóricos do filósofo francês Michel Foucault, as questões acerca do dispositivo da sexualidade, dispositivo da violência, dispositivo de ódio biopolítico, poder e masculinidade(s). Nosso objetivo é analisar o discurso de ódio homofóbico como limitador do exercício da sexualidade, como manifestação de intolerância, preconceito e discriminação que se reveste como um abuso do direito à liberdade de expressão, atuando como um instrumento de exteriorização da homofobia na fabricação de um sujeito-odioso.

1 A RELAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO E AS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Para Michel Foucault (2008), o discurso não possui formação imediata sobre a manifestação de ideologias, princípios, valores ou conceitos vinculados pelas pessoas, tendo em vista que seu desenvolvimento ocorre geralmente devido aos procedimentos históricos que o antecedem e que, posteriormente, acabam por concluí-lo. Nesse horizonte, o autor pontua:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Dessa maneira, o discurso é inerente ao ser humano e ao exercício da evolução social. Em uma sociedade democrática, o discurso torna-se, portanto, um dos elementos fundamentais ao exercício da liberdade de expressão, proporcionando a livre manifestação de pensamento, seja pela fala, pela escrita ou por imagens. Para Azevedo (2013), em Foucault, a linguagem torna-se um conceito filosófico importante, pois se passa a considerá-la um elemento estruturador da relação



das pessoas com o real – uma vez que o indivíduo seria o sujeito de sua própria história – apesar das coerções sociais e das relações de poder. Para o filósofo,

Que civilização, aparentemente, teria sido mais respeitosa com o discurso que a nossa? Onde teria sido mais e melhor honrado? Onde, aparentemente, teria sido mais radicalmente libertado de suas coerções e universalizado? Ora, parece-me que sob essa aparente veneração do discurso, sob essa aparente logofilia, esconde-se uma espécie de temor. Tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso (FOUCAULT, 1999, p. 49-50).

Não obstante, o discurso de ódio tem por finalidade suscitar a violência, a discriminação e preconceitos em desfavor de um grupo ou classe de pessoas. Nesse sentido, salientamos que “[...] o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (BRUGGER, 2007, p 118).

Embora o discurso de ódio seja um dos grandes problemas da atualidade, considerando-se os vários fatores que o compõem, convém destacar que a Constituição brasileira entende a livre manifestação do pensamento como um dos direitos fundamentais do povo brasileiro, logo, o discurso seria irrestrito a qualquer manifestação de pensamento. Entretanto, no momento em que outros direitos garantidos começam a ser violados, vê-se a necessidade de estabelecer limitações.

Nesse sentido, Michel Foucault já defendia que a livre manifestação de pensamento deveria ser avaliada na sociedade. Para o autor, “em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão” (FOUCAULT, 1999, p. 9). E ainda, “o mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Sendo assim, quem profere um discurso de ódio acredita ser permitido falar tudo, sobre qualquer coisa, para qualquer pessoa, em qualquer situação.

Relacionando o discurso e as redes sociais, entendemos que o discurso é parte fundamental para a formação de um grupo, tendo em conta que, através do discurso, permite-se encontrar pessoas com pensamentos semelhantes, bem como propicia a criação de novos discursos, novos grupos, novas formas de pensamento ou a divergência deles. Contudo, as redes sociais têm se tornado um meio de formadores de opiniões odiosas e, local de internalização de preconceitos que cada indivíduo carrega consigo mesmo. Segundo Costa (2016, s.p), “[...] As redes sociais fazem nada mais que amplificar esse ódio, reafirmar os preconceitos que as pessoas já têm”. Com efeito, o discurso de ódio comprova que nossa sociedade é intolerante a determinadas ideologias, raça, gênero, condição sexual, dentre outros fatores que sejam diferentes ao modo de pensar heteronormativo.

As redes sociais têm se tornado um ambiente cada vez mais hostil, precedido pela ignorância e propício ao discurso de ódio. Um espaço nada inclusivo para as minorias sociais. Elas se configuram como um dos meios mais rápidos de disseminar ideologias e posicionamentos de determinados grupos sociais sobre outros e que se inserem, muitas vezes, como dominantes de suas condutas. Além do mais, as redes sociais ainda contam com *haters*, ou seja, “aqueles que odeiam”, como aliados para a disseminação de discursos de ódio e ainda protegidos pelo anonimato. Sobre essa questão, destaca-se: “Nesse espaço as pessoas conseguem, então, colocar a sua opinião de forma mais segura justamente pelas possibilidades oferecidas pelo meio, como os *fakes* (perfis falsos, que



ocultam a identidade "verdadeira")" (PINTO; RIBEIRO, 2016, p. 3) e ainda, "a "proteção física" (visto que a comunicação é mediada pelos computadores), a possibilidade de encontrar pessoas que pensem da mesma forma, etc" (*ibidem*).

Na maioria das vezes, as discussões ocorrem ferindo princípios, cometendo ilicitudes uns contra os outros, contra um coletivo. A propagação do discurso de ódio alarma e a sensação de impunidade, quando crimes e ofensas são cometidos pelos meios virtuais, parece proporcionar maior liberdade para que o ilícito continue a ocorrer.

2 DISCURSOS DOMINANTES: IMPERATIVO BIOLÓGICO E DUALISMO DE GÊNERO

Inicialmente, é importante trazermos uma reflexão sobre gênero, sexualidade e masculinidade, como esses conceitos têm se engendrado na sociedade, de que maneira circulam discursos normativos sobre ser homem e sobre a homossexualidade. Tais discursos, sustentados em uma macroestrutura, (re)produzem modos de viver tidos como adequados ao mesmo tempo em que infamam orientações e experiências afetivo-sexuais que fogem da heteronormatividade.

Historicamente, o imperativo biológico (WEEKS, 1998) tem atribuído o sexo dos sujeitos segundo suas genitais: o homem é definido como homem através do pênis e testículos, a mulher é uma mulher por meio da vagina e ovários. Esse imperativo eclode com força como um discurso disciplinar, o qual tem se valido de métodos e saberes consagrados da ciência, o que lhe dá credibilidade e estatuto de verdade (FOUCAULT, 1999). A este panorama está ligado o dualismo de gênero que é responsável pela união indissociável entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

O imperativo biológico (WEEKS, 1998), para além da sexualidade, orienta comportamentos e "qualidades" dos sujeitos, ao modo que naturaliza e hierarquiza diferenças entre homens e mulheres. A elas lhes cabem: passividade, sensibilidade, emoção, submissão, apropriadas ao ambiente privado; a eles: racionalidade, ativos, fortes, dominadores, apropriados ao ambiente público. Dessa maneira, falar de discurso a partir de Foucault (1999) é necessariamente tratar de poder, uma vez que a produção discursiva é controlada e organizada a partir de lógicas que estabelecem lugares de diferenças de sujeitos. Com isso, pelo prisma das questões de gênero, homens heterossexuais estariam mais próximos do topo de uma escala de privilégios do que mulheres e homens homossexuais, o que, conseqüentemente, ocasiona uma série de práticas de violência e dominação para com grupos minoritários socialmente. A hierarquia não está pautada apenas pelo gênero, mas é atravessada por questões de classe, etnia, corpo, entre outras, o que forma uma complexa trama de relações de poder.

Esse discurso dominante que se pauta pela polarização e, sobretudo, desigualdade de gênero foi e é reforçado em um processo de retroalimentação entre instâncias sociais: igreja, família, Estado, escola. Instâncias que têm papel regulador cingido por pressões e coerções que orientam autoritariamente as práticas dos sujeitos, incluindo as afetivo-sexuais. É importante salientar que os sistemas de produção discursiva, enquanto responsáveis pelo controle, reprodução e circulação dos discursos, também abrem espaços para a existência de sua negativa, possibilitando que atores sociais invertam sua lógica, de maneira que os discursos estão sujeitos a rupturas, por meio das quais afloram contradiscursos. E, mesmo que não tenhamos como colocar esses contradiscursos em igualdade com os próprios discursos, historicamente tidos como naturais e verdadeiros, tais movimentos inversos dão visibilidade ao que está fora dos ideais dominantes e propõem questionamentos.



3 MASCULINIDADES, UM CONCEITO [NO] PLURAL

Ao usar a palavra masculinidades, no plural, demonstra-se, para além da gramática, que há diferentes significados para “ser homem” (CONNELL, 2003). Soa como um ato epistemológico e político quando deixamos de usar masculinidade, no singular, que põe em xeque uma noção naturalizada e única de ser homem, principalmente no que tange a virilidade, bem longe de qualquer traço de feminilidade (HAROCHE, 2013). À vista disso, dispendo-se da célebre frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se”, Baubérot (2013), declara que “não se nasce viril, torna-se viril”, característica da masculinidade hegemônica que nos direciona a ideia de que aprendemos nosso gênero a partir dos discursos dominantes.

Como as vivências homossexuais se concatenam com a visão dominante de masculinidade? Uma das respostas encontra seu fundamento no horizonte de uma época medieval, cercada de preceitos religiosos, em que o sexo deveria acontecer para fins reprodutivos apenas, ou seja, o sexo era concebido como prática exclusiva aos casais heterossexuais que, alegados pelo discurso judaico-cristão, apresentava experiências homossexuais como sendo pecadoras pacíficas de punição. A essa maneira, quando o Estado participa, os corpos devem seguir leis, em que as práticas dos sujeitos são confiscadas, tendo os homens que se relacionam com outros homens como criminosos. E, ainda, no horizonte dessas discussões, é por meio do discurso médico-higienista e do dispositivo da sexualidade em propagação na Era Vitoriana que o homossexual passa a ser um doente, cobaia científica e objeto de estudos para que seu “desvio” de gênero tivesse explicação (FOUCAULT, 1999).

No cenário dessas discussões, vemos repercutir ainda o legado desses discursos na contemporaneidade. O homem que se relaciona com outro homem é visto como desviante, rebaixado na escala hierárquica social. Uma masculinidade dominante, masculinidade machista e heteronormativa que se apresenta até mesmo dentro da comunidade LGBTQIAP+, em que a relação afetivo-sexual entre dois homens deve ser viril, longe de traços da feminilidade.

4 O PODER E O DISCURSO DE ÓDIO BIOPOLÍTICO

Em várias de suas obras, Michel Foucault abordou as relações de poder. Para melhor aferir o funcionamento dessas relações de poder, o filósofo propõe uma análise histórica a partir do deslocamento das formas e domínios do poder. Com isso, ele atesta que ao longo dos séculos XVII e XVIII o poder soberano é substituído gradativamente pelo poder disciplinar e, a partir da segunda metade do século XVIII, esse poder disciplinar passa a ser pensado pela biopolítica.

A soberania era a maneira de poder que predominava na Idade Clássica. O soberano se apropriava dos bens e riquezas dos súditos e detinha o poder de “fazer morrer” ou “deixar viver”, operando poder sobre a vida e a morte de seus subordinados. Para certificar o controle dos corpos, a preservação da vida é inserida como problema do poder soberano dando origem a uma nova forma de poder, que se ocuparia em “fazer viver” e “deixar morrer”, o biopoder. Esse poder se exerce pelo destaque na proteção da vida e na regulação dos corpos e se manifesta por meio do poder disciplinar e da biopolítica (FOUCAULT, 1999).

O poder disciplinar é um dispositivo de poder que permite o controle cuidadoso das operações do corpo, produzindo seus comportamentos para uma melhor manutenção da sociedade. Esse poder age e se manifesta em dispositivos e instituições – hospitais, manicômios, prisões, escolas. Um conjunto de mecanismos que integram o que Foucault (2014) denomina de sociedade disciplinar. Mas a vida não se dá apenas no campo privado e dessa maneira quando



levamos em conta as epidemias, as migrações e os direitos reprodutivos, percebemos que a vida desponta com a esfera particular das fábricas e das prisões e se insere no contexto público, precisando de um gerenciamento político, nomeado por Foucault de biopolítica.

O poder da biopolítica acrescenta e perfaz o poder disciplinar, dado que a disciplina não daria conta da emergência das grandes massas populacionais. Em função disso, da mesma forma que o poder disciplinar agia sobre os corpos dos indivíduos com o intento de torná-los o mais útil e dócil possíveis, o poder biopolítico passa a agir sobre a vida da espécie, permitindo que qualquer crueza seja feita em nome da salvação dessa espécie.

O poder biopolítico atua como uma extensão da política, que se apoia, muitas vezes, num discurso biológico sustido pela ciência e/ou pela religião para estabelecer o que é bom ou ruim para a sociedade (FOUCAULT, 20180). O discurso de ódio (biopolítico) restringe os indivíduos aos seus aspectos biológicos, como a cor da pele, a etnia, seu caráter de gênero, ou sua orientação sexual e considera esses aspectos como inferiores. Ele é enunciado por um grupo que se julga dominante e exclui o que considera diferente em nome da sua perpetuação e da conservação de seus valores.

No que tange a essas questões, vemos o ódio biopolítico nas redes sociais digitais ter como alvo principal atingir os aspectos abalizadamente biológicos dos sujeitos envolvidos: a cor da sua pele, seu caráter de gênero, a natureza de suas práticas sexuais, ou seja, suas divergências em relação a um padrão consideradas o correto por aquele grupo em questão. A operação do ódio biopolítico não abre espaço para a dúvida, a pluralidade e para a divergência: aquele com o qual eu não concordo deve ser silenciado, rejeitado ou eliminado. Essa estratégia muitas vezes lança mão da liberdade de expressão como posição para disseminar seu ódio biopolítico.

5 DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA

As redes sociais digitais, particularmente, o *Twitter*, tem sido um poderoso meio circulação de ideologias e Discurso de Ódio. A *Internet* se transforma em plataforma de lutas. O ódio vai se pulverizando de maneira orquestrada entre a sociedade. A biopolítica aciona mecanismos violentos que passam a operar no cotidiano das pessoas. O ódio alimenta o dispositivo da violência e garante seu funcionamento, ordenando comportamentos, alinhando discursos e legitimando ações.

Foucault (2014), ao tratar das relações de poder, salienta que o termo conduta permite melhor apreender a especificidade nas relações de poder, uma vez que a conduta seja, ao mesmo tempo, o ato de conduzir os outros e a maneira de se comportar em um campo (mais ou menos) aberto de possibilidades. Compreender os mecanismos de poder para o autor tem o papel de “mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta” (FOUCAULT, 2008, p. 5).

O dispositivo da violência, bem como o dispositivo de segurança, inclui os fenômenos – o discurso de ódio, a intolerância, por exemplo – em uma série de acontecimentos prováveis, cujas relações de poder ante a esses fenômenos os inserem em um cálculo de custo. Para que o dispositivo se consolide, é necessário um conjunto de mecanismos e técnicas que o façam funcionar.

A emergência dos discursos de ódio, - e não de outros em seu lugar, - na contemporaneidade, inscreve-se em jogos de verdade, legitima tipos de racionalidades, faz uso de certos mecanismos de controle/condução das pessoas, ao mesmo tempo em que atua na produção de subjetividades, ao prescrever condutas e posturas “corretas”. Os discursos de ódio se inserem em um conjunto heterogêneo de elementos que visam garantir, paradoxalmente, uma sociedade de efeito moralizante e normalizador, fabricando memes disfarçados em tons de brincadeira.



Os efeitos desses discursos provocam medo, intolerância e violência, reforçando racionalidades discriminatórias. Os discursos de ódio não apenas traduzem uma indignação diante dos preconceitos, homofobia etc. O próprio discurso sofre interdições da sociedade, no intuito de controlar efeitos indesejáveis: não se pode dizer qualquer coisa, de qualquer maneira, para qualquer um e, enredado nessa disputa, o discurso é mecanismo de poder (FOUCAULT, 1999).

Pensar a violência enquanto dispositivo pressupõe analisar a rede de elementos que o integram, em sua multiplicidade heterogênea, capturando, momentaneamente, as linhas que o constituem e que se inscrevem em poderes e saberes que concorrem para a objetivação/subjetivação do sujeito. Falar de violência, a partir dos discursos de ódio produzidos pela imagem de dois homens em frente a um carro em uma publicidade, é enredar-se nas tramas de um dispositivo que engendra indivíduos a partir de determinadas formas de ser/estar, fruto dos saberes e poderes que lhes são inerentes.

É necessário inserir a complexidade e a singularidade das manifestações no interior de processos que são históricos, econômicos, políticos, culturais, e os efeitos de verdade produzidos pelos discursos de ódio, nesse cenário, na fabricação de comportamentos, na legitimação de ideias, regras e valores que têm dado o tom de disputa. A noção de poder, para Michel Foucault, ultrapassa concepções essencialistas. Os saberes e os mecanismos de poder que avançam na atualidade configuram processos de subjetivação, modos de ser e de estar em nosso tempo, que são transformáveis. Nas palavras de Foucault,

Não se trata evidentemente de interrogar o “poder” sobre sua origem, seus princípios ou seus limites legítimos, mas de estudar os procedimentos e técnicas utilizados nos diferentes contextos institucionais, para atuar sobre o comportamento dos indivíduos tomados isoladamente ou em grupo para formar, dirigir, modificar sua maneira de se conduzir, para impor finalidades à sua inação ou inscrevê-la nas estratégias de conjunto, conseqüentemente múltiplas em sua forma e em seu local de atuação (FOUCAULT, 1984, p. 238 -239, grifo do autor).

O discurso midiático impõe saberes, constrói regras, orienta práticas e legitima leis sobre as discussões, institucionalizando o todo como sendo a própria verdade. Sobre a relação entre saber e poder, Veyne (2008, p. 36) nos aponta: “(...) encontram-se num mesmo dispositivo onde se entrelaçam, sendo o poder sábio na sua área, o que confere poder a certos saberes.” O discurso é imanente ao dispositivo que se arquiteta nele. O dispositivo da violência é acionado por diferentes elementos, enredando-se em leis, práticas, instituições, normas, valores, palavras que impregnam uma dada formação histórica: os saberes produzidos sobre quem milita, os discursos de ódio endereçados ao outro, visto como inimigo, a intolerância, a insegurança, por exemplo. O discurso de ódio é uma verdade do seu tempo, com suas singularidades e bizarrices, encarnado em determinada sociedade. A verdade é, pois, um dos componentes do dispositivo.

Mais do que nomear quem disse o que e qual lado tem o domínio da verdade, o que leva as pessoas a expressarem, com tanta tranquilidade, esse ódio? Podemos pensar, aqui, nos comentários, *twittes* e memes que viralizaram por todos os cantos do mundo, e que dão visibilidade ao ódio. Esses modos de subjetividade que vêm sendo engendrados, e que têm ganhado cada vez mais visibilidade nas mídias, estão conectados às relações de poder em nossa sociedade. É sobre esse terreno movediço, minado e conflituoso, que pretendemos nos deslocar agora.

6 A PRODUÇÃO DO SUJEITO-ODIOSO



Imagem 1 – Casal homoafetivo em frente ao hatch Polo



Fonte: Reprodução/Instagram @vwbrasil

Nesta seção, iniciaremos com o intuito de descrever a formação de um dispositivo de violência, constituído pelos discursos de ódio, em torno de *twittes* e memes que circularam nas redes sociais digitais após a divulgação da propaganda do novo Polo. Nesse acontecimento, a emergência dos discursos de ódio – e não outros em seu lugar – é uma das vias que possibilitam a) descrever a prática discursiva midiática sobre este cenário; b) identificar elementos que configuram os discursos de ódio nas redes discursivas que constituem o dispositivo; c) realizar uma cartografia dos discursos de ódio como elementos que configuram e sustentam o dispositivo da violência. d) descrever como o funcionamento discursivo dos elementos que compõem o dispositivo constrói a identidade do sujeito-odioso; e) considerando as condições de emergência dos discursos de ódio e a tomada do indivíduo que *twitta* (e/ou comenta) enquanto objeto de saberes midiáticos, analisar como, nos discursos midiáticos, ocorrem os processos de objetivação/subjetivação desse sujeito. E, ainda, acreditamos que as práticas discursivas em torno de comentários, *twittes* e a produção de memes, consolidam determinadas técnicas de sujeitos-odiosos, já que “o modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios” (FOUCAULT, 1996, p. 207).

As discussões encampadas por Foucault e Deleuze (1990) sobre dispositivo nos orientam na tarefa de delinear as linhas que compõem e atravessam o dispositivo da violência, tendo em vista os enunciados produzidos e divulgados pelos internautas das redes sociais, em específico, no *Twitter*.

Por discursos de ódio, entendemos os discursos cujos conteúdos manifestam quaisquer formas de discriminação, preconceito e criminalização – social, econômica, cultural, de gênero, de



orientação sexual, de etnia, de raça, de religião – produzindo estereótipos, incitando práticas de violência e/ou justificando o ódio e a intolerância. Não há dispositivo fora do discurso (FOUCAULT, 1999).

Os discursos que circularam sobre a propaganda do novo Polo não são produzidos ao acaso. Vimos como determinadas urgências possibilitaram a produção e a circulação de uma pluralidade de discursos e memes, inclusive os discursos de ódio, uma das engrenagens do dispositivo da violência. Tais discursos produzem novas estéticas de existência e transformam identidades daqueles que discursam/comentam.

Inscrito em uma trama complexa e instável, o discurso é, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder: reforça-o, mas também limita; veicula-o e também o produz; é resistência e, também, ponto de partida (FOUCAULT, 2008). Os discursos de ódio produzem como efeitos condutas e contracondutas, a partir dos quais constatamos que, inscritos em uma rede de saber-poder-subjetividade e considerando seus efeitos, os discursos de ódio produzidos e proliferados em torno da publicidade no novo Polo constroem racionalidades cujas verdades sustentam (e são sustentadas) as discursividades produzidas pela mídia, no dispositivo.

No processo de construção discursiva das postagens no *Twitter*, várias são as posições de sujeito que falam sobre esse acontecimento e que, embora inscritos em uma multiplicidade heterogênea de outros dispositivos, conectam-se entre si e produzem saberes complementares sobre esse acontecimento.

Para tanto, abaixo segue um conjunto (Quadro 1) com três dos vários memes que circularam no *Twitter* a partir da imagem de um casal homoafetivo na publicidade do novo Polo, bem como vários comentários (*Twittes*) de internautas da rede (Quadro 2).

Quadro 1 – Conjunto de memes divulgados no *Twitter*



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Discursos de ódio produzidos pelos internautas do *Twitter*

1. A VolkSELVAGEM está lançando o novo Polo sem banco de carona na frente. Porque seus usuários até gostam de levar carona, mas gostam de levar só atrás.
2. Atenção: Novo Polo já é o maior vetor de transmissão da varíola do macaco no Brasil.



3. +++ CIENTISTAS BATIZAM O NOVO VÍRUS DE MONKEYPOLO NO BRASIL. DADOS INDICAM QUE O VÍRUS É MAIS COMUM ENTRE OS PROPRIETÁRIOS DE POLO.
4. O comercial do novo Polo da Volkswagen, na minha opinião, é #Desnecessário. Fico mais feliz porque havia desistido dessa marca e comprei uma marca japonesa. Se a intenção era atingir esse público, desculpem, mas não funcionou.
5. Patriotas! QUEREM REDUZIR A POPULAÇÃO A TODO CUSTO? Para isso não devemos apoiar o aborto! Esses métodos seriam seguros para não engravidar?
*ANTICONCEPCIONAL *DIU *PRESERVATIVO *NOVO POLO *INJEÇÃ *TABELINHA

O carro sempre foi um objeto de desejo masculino, como a “propaganda” do novo Polo irá alavancar as vendas do modelo? Que homem não quer comprar um carro para virar chacota da galera? Eis o resultado do marketing que viraram palanque de agenda política.

O menino do meu serviço disse que se sentiu ofendido com o comercial da Volkswagen do novo polo porque ele, simplesmente, é hétero.

Esses que pedem fora bozo, gritam quem matou Marielle e querem a morte do presidente, andam de novo polo e formam a 3ª via...

Vai chegar o dia em que não ser gay será crime. Ou mostra o comprovante: Novo Polo, coque samurai, signo na bio, filiado ao MBL, ou vai pra cadeia.

0. A questão é que uma propaganda absurda dessa prejudica o cidadão de bem, de família, que de alguma forma quer trocar de carro por um mais novo, ou mais moderno, ou qualquer outra coisa e agora vender o seu “polo” ficou inviável.
1. Casca, tu poderia fazer a review de um Test-Drive no novo Polo 2022? Dizem que ele só vem com marcha a ré de fábrica.
2. Sobre o Novo Polo? Este carro para poder sair do lugar, ele tem que fazer uma chupeta e ainda precisa ser empurrado por trás!
3. Sugestão a @vwbrasil: instala um consolo nos bancos, colore o carro com arco-íris e põe rendinhas no acabamento interno...
4. Por mim a @vwbrasil vai a falência.
5. Seeeee a bateria não pegar, você pode fazer uma “chupeta” ou o usar o cabo, que vem de cortesia, para fazer um Fio Terra. Tecnologia é TUDE.

Fonte: Elaborado pelos autores

Os enunciados possuem uma dinâmica de se repaginar e de permanecer o mesmo, mesmo não o sendo. Analisar a violência, através dos discursos de ódio proferidos e proliferados em torno dessa publicidade, não se trata apenas de analisar os discursos de ódio como produção descolada dos processos de subjetivação e objetivação do sujeito. Quando escolhemos os discursos de ódio e os memes, também como discursos de ódio, os produtores desses discursos (que se produzem por estes, também), se individualizam enquanto sujeitos odiosos, intolerantes, preconceituosos e violentos, e tais identidades marcam apenas os processos de subjetivação, bem como concorrem para os processos de subjetivação desses sujeitos, direcionando seus desejos, forjando estilos de vida, legitimando formas “politicamente corretas” de se pronunciarem nas redes, formatando valores e crenças sobre suas existências enquanto cidadãos.



Inscritos em um jogo de poder, o dispositivo da violência nas relações entre os elementos da realidade, através de articulações em redes específicas e heterogêneas. Os discursos de ódio são um dos elementos que integram essa complexa rede, capturados nessa publicidade, e que se conectam a outras práticas discursivas e não discursivas no movimento das engrenagens do dispositivo. São tecnologias inscritas em uma economia geral de poder que nos permite restaurar toda uma rede de alianças, de conexões e de pontos de sustentação.

Existe um descentramento da análise interna do funcionamento dessas instituições para uma análise externa das estratégias e táticas em que esse funcionamento se averba. Refere-se, como reitera Foucault (2008, p. 159), “(...) de apreender o movimento pelo qual se constituía através dessas tecnologias movediças um campo de verdade com os objetos do saber”. É reiterar a violência no domínio do saber dos campos, inscrita em jogos de poder-saber-verdade movendo-se por fora da análise das instituições para inseri-la no domínio externo das tecnologias e das táticas de poder.

Tais problematizações que exemplificamos aqui se movem nos terrenos do discurso e da mídia. A mídia representa o “reflexo” do mundo globalizado, criando novos espaços, construindo vaidades, impondo necessidades e lançando entendimentos sobre os acontecimentos ao atribuir significados aos temas do cotidiano. No caso da publicidade em questão, a intensa exploração dos discursos de ódio banalizam a violência e sua objetivação enquanto objeto de consumo que passa a fazer parte do cotidiano das pessoas. A mídia auxilia nas tensões com as formas de se perceber a realidade.

Analisar a fabricação desse sujeito-odioso implica falar em discurso e em resistência. Ao apresentar o pensamento foucaultiano, Morey (2008, p. 24, tradução livre), afirma que “o problema, ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico, que temos hoje não é tentar liberar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas, sim, nos liberarmos nós mesmos do Estado e do tipo de individualização que é próprio dele”.

Os pensamentos foucaultianos nos permitem expandir espaços de diálogos, produzir conexões, propor debates e embates nos mais variados contextos, dada a diversidade e dos efeitos que suas produções provocam. Com isso, brevemente, é importante caracterizar dois elementos que compõem os conceitos em questão: as linhas de visibilidade e as linhas de enunciação, produtoras dos discursos de ódio, assim como as linhas de força, na medida em que se encontram relacionadas às dimensões de poder, operando em todos os pontos do dispositivo.

A constituição do sujeito é um dos eixos principais dos estudos de Michel Foucault. A partir das obras do filósofo, Candiotti (2016) examina três possibilidades de constituição do sujeito. A primeira possibilidade se dá, principalmente, nas obras *Vigiar e Punir* (1975) e *História da Sexualidade: A vontade do saber* (1976) quando é vista como efeito das relações saber/poder. Os processos de objetivação que constituem o sujeito atuam em várias esferas (jurídica, médica, familiar, religiosa), operando cisões a partir da delimitação de fronteiras cada vez mais rígidas entre os “fora” da lei – lei de Deus, lei das práticas familiares tradicionais, lei dos códigos penais – e as pessoas impostas como modelos sociais e legitimadas dentro de uma dada ordem do discurso. Os processos de objetivação são acompanhados por processos de subjetivação, que constituem sujeitos obedientes, produtivos, úteis e sujeitados, efeitos do poder disciplinar. Um sujeito que é subjetivado e objetivado pela norma se movimenta dentro de espaços definidos. O poder é pensado como relações entre forças, através de práticas de controle sutis e quase imperceptíveis, que se espalham por todo o tecido social, mirando a possibilidade de resistências.



A segunda possibilidade emerge de mudanças no pensamento do filósofo francês, principalmente a partir do curso *Segurança, território e população* e a ideia de governamentalidade. Aqui, as relações de poder inexistem sem a possibilidade de resistências. Existe um jogo estratégico entre liberdades e lutas contra o governo de individualização, em uma agonística do sujeito. Nesse caso, a atitude do sujeito não é meramente reativa às políticas de controle, mas, inclui uma *contraconduta* nessas relações, entendida como “o enfrentamento estratégico a ser exercido livremente diante da tentativa de normalização disciplinar e da regulação do biopoder” (CANDIOTTO, 2016, p. 33).

A terceira possibilidade de constituição do sujeito vem do efeito da relação entre o conhecimento de si e cuidado de si, este último enquanto princípio de inquietação. Seriam, de um lado, o esforço do sujeito contra a colonização de si mesmo por parte de percepções naturalizadas advindas de um suposto autoconhecimento, do outro lado, as práticas de liberdade atuando como resistências às limitações de seus desejos e escolhas.

A proliferação dos discursos de ódio está relacionada aos processos de subjetivação e objetivação que experimentamos em nosso tempo: uma agonística que alimenta e reproduz o medo, a insegurança e as incertezas diante de mudanças de uma sociedade plural. Os discursos de ódio reforçam estereótipos que classificam o outro “estranho” de forma negativa, preconceituosa e pejorativa. Os efeitos do medo desse outro, que possui posicionamentos ideológicos diferentes, reforçam estratégias de anulação de sua presença em espaços públicos, como podemos observar nos comentários indicados no Quadro 2. Os discursos de ódio produzidos em torno da publicidade concorrem para a institucionalização de práticas moralizantes, estigmatizantes, normatizadoras e de submissão.

Nesta produção de verdades sobre os sujeitos que comentam e fomentam os discursos de ódio nas redes, suas condutas, seus prazeres e desejos, determinadas orientações ideológicas são legitimadas e reconhecidas como a única possibilidade ‘saúdável’ e, portanto, ‘normal’. Os discursos de ódio divulgados na mídia produzem saberes que qualificam determinados manifestantes como seres humanos de segunda categoria e, nesse contexto, as condições de vulnerabilidade e de exclusão se tornam cada vez mais profundas para essas pessoas consideradas “desviantes”.

Tais produtos midiáticos se constituem como lugares de visibilidade, como locais específicos de enunciação do dispositivo. Maneiras de ver, formas de dizer onde a mídia atua como aparato de visibilidade para aquelas formas de enunciação que dizem respeito tanto às diferentes categorias de manifestações, como aos modos específicos de fazer com que cada uma delas apareça, compondo parte dos saberes sobre as manifestações, já que “cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível” (DELEUZE, 1991, p. 1).

Trata-se, portanto, de modos como os indivíduos se tornam sujeitos, isto é, as linhas de visibilidade e de enunciação configuram as manifestações (e são por elas, configuradas), como algo visível, algo a conhecer – principalmente em suas diferenças – refere-se à processos de objetivação, de apreensão do acontecimento e de tecnologias de poder investidas sobre os corpos e sobre a forma mesma de ser manifestante. Visibilidade e enunciação são processos pelos quais os indivíduos se tornam alvo do poder, mas, pelos quais eles (os sujeitos) também podem manifestar resistência.

É necessário problematizar esses saberes/verdade e seus efeitos de normalização tão arraigados em nossa cultura. O dispositivo da violência é atualizado por discursos de ódio que produzem uma linha de inteligibilidade sobre os comentários e produção de memes e sobre aqueles que se comentam e postam e, como um de seus efeitos, uma linha de elegibilidade sobre o “cidadão



heteronormativo que defende sua norma”. Sabemos que os desdobramentos desses discursos são perigosos, pois as ações da norma é que irão determinar que vidas são dignas de serem vividas, em nossa sociedade, e que vidas não temos que nos importar.

No dispositivo, as formas de visibilidade e de enunciação sobre si mesmo (em oposição a um outro) fazem com que esses sujeitos se reconheçam como os principais responsáveis pelo exercício de práticas transformadoras das atuais condições de vida (por suas condutas, por suas posições políticas, por suas escolhas partidárias, por suas crenças), isto é: autores de seus ditos, de suas práticas, de si mesmo. A definição de si mesmo por oposição às crenças e valores que são forjadas do outro é internalizada em contraposição ao que esse outro é – gay, viadinho, afeminado –, operações de objetivação que concorrem para a subjetivação desse sujeito que é objetivado por aqueles que não o reconhecem como semelhantes, ao mesmo tempo em que se constituem ao dizer uma verdade sobre eles mesmos – cidadão honesto, pessoas de boa índole, com preceitos de moral enraizados, pais de família, cidadão de bem.

O dispositivo da violência se direciona para a produção de seus sujeitos, quais sejam, aqueles que efetivamente se instituem e/ou se orientam nas/pelas práticas violentas – dos discursos de ódio e das instituições que os sustentam – que são produzidas. No dispositivo da violência, a ausência do cuidado de si converge, em grande parte das vezes, para o enfrentamento do outro, isto é, um controle meticuloso de seus atos, e um conjunto, cuidadosa e violentamente elaborado, de suas práticas para se alcançar certo número de objetivos (todos eles articulados a experiências específicas de brasilidade do qual é sujeito). Nesse empreendimento, saberes são produzidos e positivados, pois os processos de subjetivação envolvem novas práticas de ação e de conhecimento.

Observa-se a produção de subjetividades *fascitoides* que alimentam uma cultura da violência, da intolerância, do ódio e do preconceito na busca de se garantir espaços de liberdade. É o que afirma Fernandes Junior (2016):

São as práticas discursivas de um dado momento histórico que apagam, constroem, legitimam ou dão visibilidades a dados saberes construídos. Vivemos em uma sociedade em movimento, cujas constantes mudanças promovem a constituição de sujeitos que buscam se constituir nesse contexto. Mudanças que geram medo, insegurança, para citar esses exemplos, que, por correspondência, estão vinculados a um paradoxo atual: o desejo de segurança e o exercício de liberdade. (FERNANDES JUNIOR, 2016, p. 212).

Os discursos de ódio são produções de sujeitos que, ao mesmo tempo, se produzem por tais discursos enquanto sujeitos odiosos. Mas, como nos esclarece Foucault (2004, p.8), “se há relações de poder em todo campo social, é porque há liberdade por todo lado. Mas há, efetivamente, estados de dominação”.

Do horizonte das discussões encampadas acima e diante dos memes e *twittes*, há outro ponto interessante de refletir a respeito dos estereótipos masculinos que são valorizados na sociedade moderna. Segundo Nolasco (1993, p. 53), “a esperteza, a prepotência e a dominação são agregadas ao padrão de comportamento de homens”, as determinações contemplam ainda:

Um homem normal é alguém jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Sul, heterossexual, católico, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com sucesso recente nos esportes. O capitalismo incentiva, por meio de diferentes mecanismos, a crença de que por meio do trabalho um homem pode rapidamente atender a estas especificações (NOLASCO, 1993, p. 53).



Foucault (2004, p. 270) sinaliza que “o *ethos* de alguém se traduz pelos seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos os acontecimentos etc.”. Nessa perspectiva, o trabalho de si sobre si mesmo se torna necessário para ser considerado um bom homem, digno de honra e respeito.

As representações do que é “ser homem” tendem a não contemplar a imagem de um homem afeito ao cuidado, que se cuida, que pode cuidar de alguém, que sofre, que adoece e que reconhece e admite publicamente ser vulnerável. Os estereótipos valorizados pelos homens jovens contemplam a imagem de um homem viril, dotado de um corpo forte, autônomo que é capaz de consumir, controlar, dominar e prover.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nosso objetivo foi o de cartografar o funcionamento de um dispositivo da violência, através dos discursos de ódio (memes e *twittes*) produzidos e proliferados em torno da publicidade do novo Polo, divulgadas na mídia em maio deste ano, e como esse dispositivo é operacionalizado nos discursos, de modo a instituir uma pluralidade de práticas e de forma a concorrer na produção de subjetividades. Investigamos os modos através dos quais os discursos nos campos da mídia valem-se de um dispositivo para classificar o outro.

Percebemos que os discursos produzidos, particularmente os discursos de ódio, não apenas reproduzem tal dispositivo, como também favorecem sua atualização, na medida em que operam e articulam saberes específicos, regras, normas, valores, instituições, comportamentos, fabricando, também, determinados sujeitos-odiosos. Em nossa sociedade, os efeitos dos discursos de ódio constroem estereótipos sobre o outro, classificando-o como estranho e, portanto, perigoso/ameaçador porque não pertence à mesma classe socioeconômica, porque não possui a mesma orientação sexual, a mesma cor de pele, o mesmo posicionamento político, as mesmas condições de vida etc. Os atributos são normalmente destinados a segregar e rotular pessoas pertencentes a grupos sociais diferentes, o que acaba por reforçar, também, a lógica da violência, da intolerância, da exclusão e do distanciamento, e “a segregação torna-se, assim, complementar à violência urbana.” (FERREIRA NETO, 2001, p. 70).

São necessárias transformações nas formas de ocuparmos e de circularmos no espaço coletivo capazes de produzir subjetividades que promovam rupturas nas engrenagens de opressão coletiva e de repressão, efeitos do dispositivo da violência. É necessário valorizarmos formas de existência que tensionem as imposições de uma estética aprisionada em corpos meticulosamente malhados e viris, impostos por uma heteronorma.

Michel Foucault não se dedicou a tratar do tema da violência, com exclusividade. Além disso, o autor não utiliza o termo violência com frequência em seus trabalhos. Entretanto, em suas pesquisas sobre as instituições totais, como a escola, o hospital psiquiátrico e a prisão, encontramos “brechas” que nos possibilitam pensar em diversas maneiras de violência institucional e de seu poder através da vigilância. Neste trabalho, nossos esforços caminharam em direção à descrição do que se poderia aqui chamar de um dispositivo da violência, na tentativa de se compreender tal fenômeno, na contemporaneidade.

Os discursos de ódio em torno das manifestações evidenciam a eclosão da violência em um cenário onde nada mais é digno de credibilidade, onde tudo falha, inclusive, a própria palavra. Não se trata apenas de denunciar a violência, ou de localizá-la sob a regra ou a lei; a jurisdição da violência extrapola tais discursos e busca se legitimar em racionalidades, em uma lógica de governamentalidade que não se restringe a instituições. Concentrar nossas leituras em instituições



historicamente centralizadoras da violência, como a polícia ou a prisão, é incorrer no erro de desconsiderar a potência de outras lógicas sutis e violentas de se governar.

Os discursos de ódio são mecanismos biopolíticos que revalidam práticas de gestão das pessoas, legitimam suas condutas, reforçam crenças, valores e opiniões, produzem subjetividades. O antigo domínio soberano do “poder matar para poder viver” é substituído por um fazer viver, rejeitar para a morte ou permiti-la, quando se trata de vida dos outros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sara Dionísia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault.

Revistas Eletrônicas Filogênese, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 148-162, 2013. Disponível

em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>.

Acesso em: 10 nov. 2022.

BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: COURTINE, COURTINE, Jean-François (Org.). **História da virilidade: a virilidade em crise?** Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 189-220.

BRUGGER, Winfried. **Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio?** Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Direito Público**, [S.l.], v. 4, n. 15, fev. 2007. ISSN 2236-1766.

Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418/884>.

Acesso em: 11 ago. 2022.

CANDIOTTO, César. Sujeito, agonística e seus desdobramentos políticos no pensamento de Michel Foucault. In. NALLI; M; MANSANO, S.R.V (orgs). **Michel Foucault: desdobramentos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

COSTA, Bob Vieira da. **Redes de intolerância: Brasil cultiva discurso de ódio nas redes sociais, mostra pesquisa**. 2016. Elaborado por Comunica que muda by nova/sb. Disponível em:

<https://www.comunicaquemuda.com.br/redes-da-intolerancia/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo**. Disponível em <http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-umdispositivo>. Acesso em 02 de ago. de 2022.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Discursos sobre a felicidade em práticas discursivas contemporâneas. In. SOUZA, K.M; PAIXÃO, H. P. **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. Ed. Intermeios: São Paulo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.



FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de 1970. 5. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HAROCHE, Claude. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: COURTINE, Jean-François et al (Org.). **História da virilidade**: a virilidade em crise? Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 15-34.

MOREY, Miguel. Introducción. in. FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

NOLASCO, S. A. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SHIRKY, C. **Lá vem todo mundo**: o poder de organizar sem organizações. Rio de Janeiro; Zahar, 2012.

PINTO, Letícia Eloj; RIBEIRO, Marislei. **A Disseminação de ódio no Facebook e a influência do hater na pauta jornalística**: Caso de racismo com a atriz Taís Araújo. In: CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL – CURITIBA - PR, 17, 2016, Curitiba/PR. **Congresso**. Pelotas: Intercom, 2016. p. 01 - 13. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0695-1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Lisboa: Edições Texto e Grafia Ltda, 2009.

WEEKS, Jeffrey. **Sexualidad**. México: Paidós-UnaMPUEG, 1998.



AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NÃO PADRÃO EM BACABAL-MA

João Vitor Cunha Lopes¹

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

RESUMO

Com o intuito de ampliar os estudos sobre o fenômeno de concordância nominal no português brasileiro, fundamentando-se nos pressupostos da Análise do Discurso francesa (PÊCHEUX, 1997 [1969]), a partir das noções de formações imaginárias, este artigo apresenta uma análise de dois discursos produzidos acerca da concordância não padrão em sequências discursivas extraídas de uma amostra de fala da cidade de Bacabal – MA. O objetivo central deste estudo é evidenciar quais as formações imaginárias presentes nos discursos metalinguísticos de bacabalenses sobre a concordância nominal de número não padrão. As análises discursivas explicitaram um jogo de imagens em torno do fenômeno abordado. Dos discursos analisados, sobressai-se a defesa de uma homogeneidade linguística. Isso decorre da não aceitação da concordância não padrão, considerada, por sua vez, um “erro” ou um “vício de linguagem”.

Palavras-chave: Concordância Nominal de Número; Análise do Discurso; Formações Imaginárias.

ABSTRACT

In order to expand the studies on the phenomenon of nominal agreement in Brazilian Portuguese, based on the assumptions of French Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1997 [1969]), based on the notions of imaginary formations, this article presents an analysis of two speeches produced about non-standard agreement in discursive sequences extracted from a speech sample from the city of Bacabal – MA. The main objective of this study is to show which imaginary formations are present in the metalinguistic discourses of Bacabalians about the nominal agreement of non-standard numbers. The discursive analyzes made explicit a game of images around the approached phenomenon. From the analyzed speeches, the defense of a linguistic homogeneity stands out. This results from the non-acceptance of non-standard agreement, considered, in turn, as an “error” or a “language addiction”.

Keywords: Nominal Number Agreement; Speech analysis; Imaginaries Formations.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A discussão sobre a variação linguística revela muitas posições distintas acerca de uma língua, seja na mídia, nas redes sociais, no meio acadêmico, ou mesmo no cotidiano das pessoas. Isso decorre, naturalmente, das diferenças sociais, culturais, bem como das hierarquizações estabelecidas nas sociedades. Geralmente, essas discussões enquadram-se na defesa de dois grandes eixos teóricos: de um lado, há aquelas que defendem a homogeneidade da língua; do outro, há aqueles se colocam na defesa da heterogeneidade.

¹ É mestrando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente, é professor substituto na UEMA (Campus Lago da Pedra/ Campus Pedreiras). E-mail: joaovitorcunhalopes@outlook.com



A partir dessa dualidade, surgem os mais diversos discursos acerca do que é aceitável ou não na língua, sobre o certo e o errado, sobre o preconceito linguístico, entre outros debates. Camacho (2013), ao tratar sobre o evento bíblico da torre de babel, apresenta a hipótese de que a dificuldade de se aceitar a existência da variação estaria diretamente ligada ao castigo divino imposto sobre os homens, causa da diversidade linguística. Dessa forma, um indivíduo ou um grupo, devido a essa memória, tenderia a promover a diminuição da diversidade linguística.

Na contramão desse ideal homogeneizador linguístico, presente tanto no imaginário popular quanto em teorias linguísticas, a Sociolinguística Variacionista surge para romper com o formalismo tradicional (SAUSSURE, 1969 [1916]; CHOMSKY, 1978 [1965]; 2018 [1957]), e, de forma sistemática, investigar as variações linguísticas com o intuito inicial de apresentar as regularidades linguísticas em situações reais de uso da língua – os padrões sociolinguísticos – considerando a atuação de aspectos linguísticos e sociais. Nessa perspectiva de análise, o conceito de variável linguística² é central nos estudos. Essa subárea da Linguística tem como maior representante o pesquisador William Labov, responsável por propor os principais pressupostos teórico-metodológicos (LABOV, 2008[1972]).

No Brasil, a variação na concordância nominal de número entre os elementos do sintagma nominal - como em “os ministros” vs. “os ministroØ” – é um dos fenômenos variáveis mais estudados. Essa variável linguística apresenta duas variantes: a concordância nominal padrão (marcação redundante de plural) e a concordância nominal não padrão (não marcação redundante de plural), conforme os exemplos citados acima.

Diversos estudos sociolinguísticos variacionistas³ têm mostrado que, na modalidade falada do português brasileiro, a concordância nominal de número não padrão, uma variante fortemente estigmatizada⁴, está presente na fala espontânea de todos os indivíduos, em maior ou menor frequência, independentemente de classe social ou escolaridade, caracterizando-se como um fenômeno intrínseco da variedade brasileira. Isso significa que nem sempre a marcação de plural ocorrerá em situações reais de fala, ainda que as gramáticas normativas (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011) apresentem a concordância nominal de número como um fenômeno de natureza redundante e obrigatória, em que os elementos dispostos dentro de um sintagma nominal (doravante SN) devem se harmonizar, mantendo uma relação de flexão com os elementos de que são dependentes, ou seja, no caso do plural, devem ter a marca explícita de plural em todos os elementos flexionáveis.

Ao proporem bases empíricas para o estudo da mudança linguística, Weinreich, Labov, Herzog (2006 [1968]) tratam sobre cinco⁵ problemas a serem resolvidos. Dentre eles, está o Problema da Avaliação, que diz respeito à investigação de correlatos subjetivos e níveis de consciência social que os falantes têm de variáveis linguísticas. Esse exame da avaliação linguística

² Segundo Labov (2008 [1972], p. 93), uma variável “indica um foco de distribuições significativas dentro da unidade, condicionando aquilo que, de outro modo, seria considerado variação livre ou não condicionada”

³ Ver, p. ex., Braga, 1977; Scherre, 1988; Carvalho, 1997; Fiamengui, 2011; Oushiro, 2015; Teixeira, 2017; Lopes, 2020, entre outros.

⁴ Scherre (2005, p. 20) afirma que “quem deixa de fazer concordância de número é normalmente chamado de burro, ignorante, porque, afirma-se, ‘não sabe falar’”.

⁵ O Problema dos Fatores Condicionantes, o Problema da Transição, o Problema do Encaixamento, o Problema da Avaliação e o Problema da Implementação. Ver Weinreich, Labov, Herzog (2006 [1968], p. 121-126).



permite observar, por exemplo, em que medida um falante é consciente da utilização de determinadas variantes linguísticas, bem como suas crenças, atitudes e opiniões acerca dessas variantes.

Recentemente, em um estudo preliminar sobre a fala bacabalense, Lopes (2020)⁶ investigou, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008[1972]), a restrição das variáveis linguísticas e sociais que se correlacionam à realização de concordância em sintagmas nominais simples na fala de 12 informantes dessa cidade. Neste estudo, o referido autor realizou o primeiro passo da investigação sobre a relação entre a variação linguística e sociedade quando correlacionou uma variável sociolinguística a outras variáveis de natureza linguística e social, o Problema do Encaixamento.

Com o intuito de ampliar os estudos sobre o fenômeno de concordância nominal no português brasileiro, sob outra perspectiva teórica, fundamentando-se nos pressupostos da Análise do Discurso francesa (PÊCHEUX, 1997 [1969]), o presente estudo tem o interesse central de analisar os discursos metalinguísticos produzidos por informantes bacabalenses nas entrevistas sociolinguísticas coletadas por Lopes (2020), especificamente os discursos produzidos na parte final das entrevistas, momento em que o pesquisador trata sobre avaliação de algumas variantes linguísticas, entre elas, a concordância nominal, a fim de responder à seguinte questão: quais as formações imaginárias presentes nos discursos metalinguísticos de bacabalenses sobre a concordância nominal de número não padrão?

Este artigo está organizado da seguinte maneira: além desta introdução, a seção seguinte faz uma brevíssima apresentação da Análise do Discurso e das noções de formações imaginárias. Em seguida, o corpus e os métodos são apresentados. Na seção subsequente, apresenta-se a análise dos discursos bacabalenses. Este artigo se encerra com algumas considerações finais e com a apresentação das referências que subsidiaram a pesquisa.

1 A ANÁLISE DO DISCURSO E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

No século passado, especificamente nos anos 60, a perspectiva francesa da Análise do Discurso se constitui, de uma forma interdisciplinar, dentro de uma relação que preconiza a união entre aspectos linguísticos e sociais. Os pressupostos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise foram essenciais para a implementação desse campo de estudo (BRANDÃO, 2006; ORLANDI, 2020). No entanto, a Análise do Discurso não se rende às noções estabelecidas nesses campos de conhecimento, mas evidencia algumas lacunas com o intuito de estabelecer, desse modo, os próprios pressupostos teóricos e definir o seu objeto de estudo, o discurso. Por isso, esse campo de estudo “interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia [...]” (ORLANDI, 2020, p. 18).

Em outras palavras, a Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa, através da convergência entre esses campos, desenvolve uma nova perspectiva de estudos cujo objeto é o discurso. Essa nova perspectiva entende que, diferentemente da perspectiva clássica de comunicação que pressupõe a transmissão de informação, o funcionamento da linguagem

⁶ Nesse estudo de produção linguística, o autor se propõe a analisar quantitativamente as realizações variáveis de concordância nominal obtidas por meio de entrevistas sociolinguísticas. Lopes (2020) constatou a existência da variação na realização da concordância nominal de número, com um favorecimento maior da concordância não padrão entre os informantes mais velhos e os menos escolarizados.



pressupõe uma correlação de sujeitos e sentidos construídos pelos processos linguísticos e históricos (ORLANDI, 2020). Pêcheux (1997 [1969]), um dos expoentes da AD de linha francesa, foi o primeiro que elaborou, a partir do esquema “informacional” desenvolvido por Jakobson, o conceito de condições de produção do discurso⁷, um dos pressupostos centrais da AD. Esse esquema pressupõe a existência de fatores integrantes (destinador, destinatário, mensagem, referente, código e canal) de todos os processos linguísticos (PÊCHEUX, 1997 [1969]):

O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamamos também, em uma terminologia um pouco ambígua, o ‘referente’, contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um código, comum, ou ao menos em parte, ao destinador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem. A mensagem requer, enfim, um contacto, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contacto que permite estabelecer e manter a comunicação (JAKOBSON, 1963, p. 213-214 *apud* PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 81)

Ao pensar a noção de discurso e as condições de produção do discurso, Pêcheux (1997 [1969], p. 82) compreende que aquilo que é veiculado entre os elementos A (destinador) e B (destinatário) do esquema descrita acima não se trata “de uma transmissão de informação”, mas sim “de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B. Além disso, Pêcheux (1997 [1969]) deixa claro que os elementos A e B não são representações físicas de pessoas, mas sim representações de lugares estabelecidos dentro de uma estrutura social. Nessa acepção, nas palavras de Orlandi, entende-se as relações de linguagem como sendo as “relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2020, p. 20).

Com base nessa reformulação, Pêcheux (1997 [1969]) desenvolve ainda o conceito de formações imaginárias. Para ele, o que acontece nos processos discursivos “é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82). A implementação desse pressuposto revela que há, em qualquer estrutura social, regras que estabelecem correlações entre situações objetivas e lugares que representam essas situações. As imagens dizem respeito às projeções realizadas no discurso.

Nas palavras de Orlandi (2020, p. 38), “são essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição”. Desse modo, por meio dessa reformulação teórica, Pêcheux (1997 [1969]) conclui que todo processo discursivo pressupõe a existência das seguintes formações imaginárias:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
--	---------------------------	---

⁷ Segundo Orlandi (2020, p. 38), as condições de produção do discurso, “implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário”.



A	IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	IA (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Adaptado de Pêcheux (1997 [1969], p. 83)

Esse quadro apresenta uma descrição da posição dos sujeitos no discurso. Pêcheux (1997 [1969]) acrescenta ainda o papel que o referente (contexto) tem nos processos discursivos. Para ele, o referente (R) é “um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 83).

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	IA (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	IB (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Adaptado de Pêcheux (1997 [1969], p. 84)

Diante do exposto até aqui, depreende-se dessas relações entre os sujeitos e as posições ocupadas na sociedade um jogo de imagens que produz diversos discursos (realizados, imaginados, possíveis). As formações imaginárias, por sua vez, manifestam-se no discurso por meio de alguns mecanismos de funcionamento, a saber: a relação de sentidos, a antecipação e a relação de forças. O primeiro mecanismo diz respeito ao fato de não existir um discurso que não mantenha relação com outros. Em outros termos, é um processo contínuo de produção de sentidos, pois “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2020, p. 37). Exemplificando, um professor, ao ministrar uma aula, ainda que não cite os autores que embasam a sua fala, entende-se que o seu discurso é perpassado por outros discursos.

Em relação à antecipação, entende-se que, como o próprio termo sugere, o locutor A antecipa-se ao interlocutor B quanto aos sentidos que as suas palavras podem produzir, fundamentando, desse modo, a sua argumentação. Segundo Pêcheux (1997 [1969], p. 83), “como se trata, por hipótese, de antecipações, deve-se observar que esses valores precedem eventuais ‘respostas’ de B, vindo sancionar as decisões antecipadoras de A”. A título de exemplo, ao preparar



uma aula, um professor pode projetar os efeitos de sentido que as suas aulas poderão produzir em seus alunos.

Por fim, a noção de relação de forças está diretamente ligada ao lugar de onde um sujeito produz o seu discurso. “Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2020, p. 37). Dessa maneira, a ideia que subjaz esse mecanismo sustenta que o discurso produzido por um sujeito depende do lugar em que ele está (a posição que ele ocupa na sociedade), ou seja, em relação ao discurso, um sujeito que exerce a função de professor terá uma determinada autoridade sobre os alunos, por outro lado, esses alunos, ocupando um outro lugar na sala de aula, não têm tal autoridade.

Em face do exposto, pode-se afirmar que, conforme Pêcheux (1997 [1969]), o imaginário é um elemento constitutivo dos processos discursivos. Além disso, reconhece-se que as imagens não se constroem sem haver relações entre os protagonistas do discurso e os processos linguísticos, sociais e históricos. Assim, ancorado nas noções de formações imaginárias de Pêcheux (1997 [1969]), este trabalho se propõe a analisar as formações imaginárias acerca da concordância nominal não padrão que emergem dos discursos de bacabalenses. Na seção seguinte, o corpus e os métodos são apresentados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos procedimentos metodológicos, empreendeu-se uma análise qualitativa, bibliográfica e discursiva. No que tange à materialidade discursiva, constitui-se o *corpus* a partir de uma amostra de fala de entrevistas sociolinguísticas. A amostra construída por Lopes (2020) é constituída por 12 entrevistas com informantes que nasceram em Bacabal, ou que se mudaram para a cidade com até 3 anos de idade. Os informantes dessa amostra foram estratificados de acordo com o seu sexo/gênero, três faixas etárias (18 a 30 anos; 31 a 49 anos e 50 anos ou +) e sua escolaridade (ensino médio e ensino superior). O roteiro utilizado nas entrevistas segue o modelo tradicional da Sociolinguística Variacionista LABOV, 2008[1972]). Na primeira parte do roteiro, encontram-se perguntas sobre assuntos gerais, como o bairro em que o falante reside, sua infância, sua família, entre outros.

A segunda parte do roteiro compreende perguntas relacionadas especificamente à cidade de Bacabal, bem como avaliações sobre algumas variantes linguísticas, como a concordância nominal de número não padrão. Após a audição das 12 entrevistas, duas entrevistas foram selecionadas, em seguida, para compor o *corpus* deste estudo, foram extraídas as sequências discursivas suscitadas a partir da seguinte pergunta: “O que você acha desse modo de falar: ‘me dá dois pão’?”. Como critério de seleção, estabeleceu-se a escolha das entrevistas que mais apresentaram material linguístico, desse modo, foram selecionadas as entrevistas em que os informantes realizaram mais comentários acerca do fenômeno linguístico. Em seguida, apresenta-se a análise dos discursos bacabalenses.

3 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS PROJETADAS ACERCA DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NÃO PADRÃO

O trecho transcrito a seguir foi retirado da primeira entrevista selecionada, conforme o critério descrito acima. O informante AndersonF (pseudônimo) tem ensino superior completo (Administração) e se enquadra na faixa etária de 18 a 30 anos. A escolha se deu, conforme explicado



anteriormente, pela quantidade de materialidade linguística que se refere à concordância nominal não padrão.

EXCERTO 1 – ANDERSONF

01 **D1**⁸: [...] o que você acha desse modo de falar eh “me dá dois pão”?
02 **S1**: aí é assim eh ah aí varia muito né hum então eh às vezes é... às vezes o cara está com
03 preguiça de de falar o correto ou ou pela localidade que ele está ele acha que eh a maneira mais
04 fácil da pessoa entender e varia também às vezes porque o cara não teve uma oportunidade de
05 realmente saber eh a a maneira correta de falar... né às vezes eu eu mesmo até no no serviço
06 eu evito utilizar algumas palavras porque eu sei que as pessoas não vão entender... né então eu
07 procuro um um linguajar mais coloquial uma coisa mais para o momento
08 certo que esse é um erro é um erro de de de português bem... bem típico né
09 **D1**: como você acha assim que deveria ser?
10 **S1**: ah isso cara va/varia muito da educação eh... principalmente do ensino de base né... por
11 que se tu não aprende no/na base tu vai vai levando aquilo até até o final e hoje cara infelizmente
12 humhum na maioria das escolas pelos menos uma ou outra que eu tenho contato às vezes o
13 aluno passa sem aprender... num eh ele passa de ano mas acaba não aprendendo nada e
14 principalmente a a as disciplina que mais acaba afetando é português e matemática num é eu
15 acho que é um dos problemas também que que acaba repercutindo nisso aí
16 **D1**: então você acha errado “me dá dois pão”?
17 **S1**: “me dá dois pão” é é errado
18 **D1**: como você acha que seria o correto?
19 **S1**: “me dê dois pães”
20 **D1**: eh A eh assim... eh você fala desse modo?
21 **S1**: não não eu procuro evitar esse esse tipo de erro apesar de de como eu falei existem algumas
22 palavras que eu evito utilizar né em em determinado determinado local justamente porque eu sei
23 que as pessoas não irão eh consegui entender mas esse tipo de de erro eu não costumo cometer não

Na linha 02, ao responder à pergunta do entrevistador, há uma clara tentativa de não indicar, de imediato, quem poderia utilizar a expressão linguística em destaque “*me dá dois pão*” por meio da palavra “*varia*” (dando a entender que os motivos são diversos), embora a pergunta não questionasse quem poderia utilizar tal expressão, pelo contrário, a pergunta se refere à expressão, à forma, colocada de forma implícita, concordância nominal não padrão. Aqui, percebe-se a utilização do mecanismo de antecipação por parte do informante (destinador A), por meio do imaginário, “*Quem é ele para que eu lhe fale assim?*” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 83), antecipando os efeitos de sentido que o seu discurso poderia produzir no entrevistador (destinatário B), percebendo o teor das perguntas, bem como a posição do entrevistador dentro da universidade.

Na linha 03, ele apresenta uma justificativa para o uso da expressão, evidenciando que é uma forma incorreta de falar “*preguiça de de falar o correto*”, sendo assim, talvez, uma suposta indisposição do falante ou uma forma apropriada para determinados contextos, definidos “*pela localidade*”, pois seria uma “*maneira mais fácil / da pessoa entender*”, linha 04. Ainda na linha 04, ele utiliza mais uma vez o termo “*varia*” e coloca que a falta de oportunidade talvez seja o motivo para o falante produzir a expressão sem a concordância, uma oportunidade de “*realmente saber eh a a maneira correta de falar*”, linha 05.

⁸ O documentador (entrevistador) é representado pela sigla **D1** e o informante é representado pela sigla **S1**.



Como se percebe, nesse trecho, em momento algum, o entrevistador pergunta sobre a possibilidade ou impossibilidade de uso da expressão *“me dá dois pão”*, muito menos se essa forma linguística seria utilizada por indivíduo A ou B, escolarizado ou não. Nota-se que o referente estabelecido pelo entrevistador é a expressão, no entanto, a imagem que o informante (destinatário B) produz do referente enunciado pelo entrevistador (destinador A) é diferente. A pergunta de Pêcheux (1997 [1969], p. 84), *“De que ele me fala assim”* evidencia o efeito de sentido que a imagem estabelecida por AndersonF produziu em relação ao referente enunciado pelo entrevistador, a saber: um falante não escolarizado ou com uma má formação escolar.

Em seguida, nas linhas 05, 06 e 07, ele relata que, *“no serviço”*, abstém-se de utilizar algumas palavras que podem não ser compreendidas. Por isso, ele procura um *“linguajar mais coloquial”* que se adeque ao momento. Supõe-se, aqui, que ele esteja se referindo a termos técnicos da Administração. Esses trechos revelam a imagem que o informante tem dele mesmo, nos termos de Pêcheux (1997 [1969], p. 83), *“Quem sou eu para lhe falar assim?”*. Ele deixa bem evidente que, de certa forma, é consciente dos processos linguísticos, por isso consegue adequar os seus usos linguísticos a depender da situação comunicativa. Em seguida, na linha 08, AndersonF afirma que, de forma remissiva, *“me dá dois pão”* é um erro bem típico de português. Um erro que ele não cometeria, conforme será explorado mais adiante.

Ao ser perguntado sobre como deveria ser a expressão, ele desvia do propósito da pergunta. Dá-se a entender que ele não sabia como responder. Na linha 10, mais uma vez, ele utiliza o termo *“varia”* e a sua resposta se direciona às possíveis causas para a realização da concordância não padrão. Segundo ele, o problema está na educação, especificamente na base, nos anos iniciais. Continuando, nas linhas 11, 12 e 13, o informante é enfático ao afirmar que, pelos menos nas escolas que ele conhece, o aluno progride no sistema educacional sem aprender de fato, *“ele passa de ano mas acaba não aprendendo nada”*, linha 13.

Nas linhas 14 e 15, ele focaliza ainda mais o problema e diz que os alunos ficam mais prejudicados nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Diante dessas respostas do informante, fica nítida a atribuição do que para ele seria problema, não realizar a concordância padrão (implícito), ao fato de uma pessoa não ter uma escolaridade adequada, além de considerar a educação atual muito falha.

Mais adiante, na linha 16, o entrevistador pergunta: *“então você acha errado “me dá dois pão”?* Na linha 17, o informante responde repetindo o fenômeno *“me dá dois pão”*(como se estivesse dando uma pausa para pensar) e afirma que é errado. Então, na linha 18, o entrevistador pergunta *“como você acha que seria o correto?”*. AndersonF responde colocando a marca do plural e modificando a conjugação do verbo (talvez tenha sido o motivo da demora, a dúvida com o verbo): *“me dê dois pães”*. Nas últimas linhas do excerto, o informante responde à última pergunta do entrevistador: *“eh A eh assim... eh você fala desse modo?”*. De imediato, ele responde de forma repetida *“não não”*, pois ele procura evitar *“esse tipo de erro”*, justamente por entender que a adequação dos usos linguísticos é importante. Nota-se, no entanto, que ele não se exime do uso da concordância não padrão, mas ressalta que não faz uso dessa variante de forma costumeira.

Além disso, AndersonF enfatiza que não tem o costume de cometer esse tipo *“erro”* (concordância não padrão). Mais uma vez, pode-se depreender do imaginário do informante enquanto sujeito do discurso a sua própria imagem, deixando mais evidente a resposta da pergunta *“Quem sou eu para lhe falar assim?”* (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 83). Dessa maneira, supõe-se que, diferentemente do falante indicado, o não escolarizado ou com uma má formação escolar, o informante estaria em um lugar social ocupado pelas pessoas que não cometem esse tipo de *“erro”*



de forma recorrente, “os letrados”, ou seja, hipoteticamente, estes são os efeitos de sentido produzidos: “é o outro que comete esse tipo de erro recorrentemente”, “eu não pertencço ao grupo que comete tal erro recorrentemente”.

Presume-se ainda dessa análise, a presença do mecanismo de relação de forças, preconizado pela imagem que um sujeito com uma alta escolarização faz de um sujeito com pouca escolarização. O excerto a seguir foi retirado da segunda entrevista selecionada. A informante DanielaF (pseudônimo) tem ensino superior completo (Matemática) e se enquadra na faixa etária de 50 anos ou mais.

EXCERTO 2 – DANIELAF

1 **D1:** eh e assim o que a senhora acha desse modo de falar por exemplo... “me dá dois pão”?

2 **S1:** pois é eh isso é chamado são vícios de linguagens né

3 **D1:** hum

4 **S1:** é isso que eu te falei ainda agora as pessoas que eu convivo mais no meio educacional mas isso

5 também acontece no meio eu então eu já ia dizer “dois pães” né tudo que tiveram oportunidade mas

6 nem sempre todos aqueles que tem a oportunidade eles conseguiram se desvincular desses vícios

7 de linguagem porque eu conheço colega professora que ao invés de dizer “outro dia” chama “isturdia”...

8 **D1:** hum rum

9 **S1:** infelizmente num é então se torna um vício que precisa ser trabalhado mais mas acontece muito... 10

ele não é correto ma/mas faz entender

11 **D1:** hum

12 **S1:** o senhor da padaria vai entender

13 **D1:** entendi

14 **S1:** vai haver uma comunicação a linguagem não é correta... num é isso mas que vai haver uma

15 comunicação e a gente observa muito isso principalmente nos bairros e exatamente por causa né

16 desse êxodo

Na linha 02, ao responder à pergunta realizada pelo entrevistador na linha 01, DanielaF assevera que “me dá dois pão” se enquadra na categoria de “vícios de linguagens”. Dessa maneira, entende-se que ela trata a concordância não padrão como um desvio da norma padrão ou culta, tendo em vista que o sentido atribuído à expressão vício de linguagem está diretamente relacionado a um desvio da norma, seja padrão ou culta. Nas linhas 4, 5, 6 e 7, a informante ressalta que a concordância não padrão também “acontece” no meio educacional. Ainda relata que ela diria “dois pães” e afirma que todos aqueles que tiveram a “oportunidade” também produziram, entende-se, oportunidade de estudar. Todavia, ela comenta que nem “todos aqueles que tem a oportunidade eles conseguiram se desvincular desses vícios de linguagem”.

Nesses trechos, ela apresenta a sua própria imagem como sujeito do discurso, em uma posição social, se coloca dentro do contexto educacional, resposta dada que subentende a pergunta “Quem sou eu para lhe falar assim?” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 83). Além disso, também relata que já ouviu uma professora falar “isturdia” em vez de “outro dia”. Essa afirmação também indica a sua posição enquanto sujeito do discurso, na medida em que enfatiza que o outro, colega de profissão, produz tais vícios, não ela.

Tais informações carregam alguns efeitos de sentido em relação à concordância não padrão. O primeiro destaque a ser feito é em relação à imagem que a informante (destinatário B) produziu



do referente enunciado pelo entrevistador (destinador A). Assim como na outra entrevista, a pergunta de Pêcheux (1997 [1969], p. 84) *“De que ele me fala assim”*, auxilia na identificação do efeito de sentido que a imagem estabelecida por DanielaF produziu em relação ao referente enunciado pelo entrevistador, a saber: um falante escolarizado que comete vícios de linguagem. Dessa maneira, pode-se depreender alguns sujeitos por meio do discurso de DanielaF.

Primeiramente, o sujeito, o falante escolarizado que ela destaca pode cometer esses *“vícios de linguagem”*, como a própria informante coloca, por talvez ter tido uma má formação escolar, assim como acredita o informante AndersonF. Por outro lado, acredita-se, o sujeito apresentado pela informante pode ter tido uma boa formação, mas ainda sim continuar a usar tais vícios de linguagem. Na linha 09, ela lamenta o fato de esses vícios de linguagem serem recorrentes e, ainda, diz que eles precisam ser trabalhados. Nas linhas 10 e 12, a informante evidencia que a expressão *“me dá dois pão”* (expressão subentendida) não é correta, mas é entendida pelo interlocutor, *“o senhor da padaria vai entender”*. A informante, mesmo considerando a concordância não padrão errada, reconhece que a expressão cumpre a sua função comunicativa. Haverá, portanto, comunicação entre o cliente e o padeiro: *“vai haver uma comunicação a linguagem não é correta”*, linha 14.

Nas linhas 15 e 16, DanielaF traz uma informação, uma justificativa para a recorrente utilização dos vícios de linguagem apontados por ela, a ideia do *“êxodo”* rural. Em uma pergunta anterior à pergunta sobre a concordância nominal, o entrevistador a questiona se havia algum jeito de falar específico do bacabalense, ou seja, um modo de falar característico dos moradores da cidade de Bacabal. Ela disse que os bacabalenses têm *“o jeito de falar é diferente procura se explicar mais”*. Em seguida, ao ser questionada se havia diferença entre os bairros, a informante responde o seguinte:

01 **S1**: eu/eu vejo o seguinte porque principalmente nos temos em Bacabal uma população muito
02 que veio do êxodo rural...

03 **D1**: humrum

04 **S1**: há de convir comigo né (88 UDR) conflitos de terra então fez com que as pessoas

05 migrassem para a cidade então veio pessoas com sotaques diferentes modo de ser diferente

06 modo de agir diferente... aqueles que tiveram mais oportunidade de ir para a escola e tudo

07 eles foram se aprimorando

08 **D1**: entendi

09 **S1**: mas os outros que não infelizmente a gente observa isso... há uma diferenciação

Nas linhas 01 e 02, a informante afirma que muitas pessoas que compõem a população da zona urbana de Bacabal vieram da zona rural, houve *“conflitos de terra”*, linha 04, migração de pessoas com *“sotaques diferentes”*, *“modo de ser diferente”*, linha 05. Nas linhas 06 e 07, ela ressalta que aqueles que puderam ir à escola *“foram se aprimorando”*. Por outro lado, na linha 08, infere-se que, as pessoas que não tiveram acesso à escola não conseguiram tal aprimoramento. Interpreta-se então que *“há uma diferenciação”* nos bairros devido ao *“êxodo rural”*. Desse modo, retomando a discussão levantada em torno do excerto anterior sobre uma suposta justificativa para o uso da expressão *“me dá dois pão”*, DanielaF entende que a concordância não padrão pertence a um falar característico de pessoas que moram na zona rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A análise realizada ao longo deste artigo, a partir das noções de formações imaginárias de Pêcheux, permitiu responder à pergunta suscitada no início deste estudo: quais são as formações imaginárias nos discursos metalinguísticos de bacabalenses sobre a concordância nominal de número não padrão? Assim, ao se realizar essa análise discursiva, evidenciou-se um jogo de imagens, as formações imaginárias e os seus efeitos de sentido no discurso dos dois bacabalenses.

Por fim, em ambas as entrevistas, percebe-se a presença do mecanismo da relação de sentidos. Essas imagens acerca da concordância nominal não padrão não surgiram do nada, há todo um contexto social, histórico e político que garante a produção e a replicação dessas imagens que causam os mais diversos efeitos de sentido entre sujeitos.

Em síntese, as formações imaginárias fazem parte das condições de produção do discurso linguístico, da diversidade linguística. Dos discursos analisados, sobressai-se a defesa de uma homogeneidade linguística. A não aceitação da concordância não padrão, considerada, por sua vez, um “erro” ou um “vício de linguagem”, comprova essa afirmação subentendida nos dois discursos analisados. Essa constatação mostra que os sentidos são produzidos por meio do imaginário, uma parte necessária do “funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2020, p. 38).

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. –37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRAGA, M. L. **A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro**. 1977. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -PUC/RJ, Rio de Janeiro,1977.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- CARVALHO, R. C. **A concordância de número no sintagma nominal na fala urbana de Rio Branco**. 1997. 182f. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem -UNICAMP, Campinas, 1997.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Trad. de J.A. Meireles, E. Raposo. Coimbra: Armênio-Amado Editor, 1978.
- CHOMSKY, Noam. **Estruturas sintáticas**. Tradução e comentários de Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. – (Coleção de Linguística) Título original: Syntactic structures, 1957.
- FIAMENGUI, Ana Helena Rufo. **A marcação de pluralidade no SN na fala e na escrita de adolescentes da região de São José do Rio Preto**. 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) –Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LOPES, João Vitor Cunha. Considerações sobre a realização variável da concordância nominal em Bacabal-MA. **Entrepalavras**, [S.l.], v. 10, n. 3, nov. 2020. ISSN 2237-6321. Disponível em:



<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2008>. Acesso em: 07 jun. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-32008>.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na pluralidade**: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. 372 f. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. ed. 13. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, Michel. 'Análise automática do discurso'. Tradução de Eni Orlandi. p. 61-161. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. 555f. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

TEIXEIRA, V. P. **Variação linguística e fluxos migratórios**: a concordância nominal de número na fala dos moradores do bairro Campo de Belém do município de Caxias –MA.2017. 124f. Dissertação –Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.



A ARGUMENTAÇÃO EM “A QUEDA” DE GLORIA GROOVE E A CULTURA DO CANCELAMENTO

Carlos Eduardo do Vale Ortiz¹

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Sorhaya Chediak²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise sobre a construção da argumentação e do *ethos* das personagens criadas pela “a queda”, bem como uma reflexão sobre a cultura do cancelamento. O objetivo é compreender de que maneira a argumentação é elaborada e como o *ethos* é apresentado ao considerar os aspectos discursivos, imagéticos e a musicalidade que caracterizam o gênero. Como recurso metodológico elegeu-se a pesquisa documental de abordagem qualitativa. Para responder às questões, apoiamos-nos na Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts Tyteca (2014) e nos estudos de Amossy (2005, 2016) em relação à argumentação no discurso e à construção do *ethos*; em Maingueneau (1993, 2005, 2011, 2016), o conceito de cenografia. Os resultados apontam que o orador utiliza estratégias argumentativas baseadas na estrutura do real e de ligação e destaca a superação. Além disso, revela a pessoa e seus atos e a ligação simbólica, por meio do raciocínio por analogia e metáforas, e evidencia que a marionete, na verdade, é quem assiste ao espetáculo e os outros fazem besteiras.

Palavras-chave: Discurso. Argumentação. Cenário. *Ethos*.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the construction of the argumentation and the ethos of the characters created by “the fall”, as well as a reflection on the culture of cancellation. The objective is to understand how the argument is elaborated and how the ethos is presented when considering the discursive, imagery and musical aspects that characterize the genre. As a methodological resource, documentary research with a qualitative approach was chosen. To answer the questions, we rely on Perelman and Olbrechts Tyteca's Theory of Argumentation (2014) and on studies by Amossy (2005, 2016) in relation to argumentation in discourse and the construction of ethos; in Maingueneau (1993, 2005, 2011, 2016), the concept of scenography. The results point out that the speaker uses argumentative strategies based on the structure of the real and of connection and highlights the overcoming. In addition, it reveals the person and his actions and the symbolic connection, through reasoning by analogy and metaphors, and shows that the puppet, in fact, is the one who watches the show and the others do stupid things.

Keywords: Discourse. Argumentation. Scenario. Ethos.

INTRODUÇÃO

¹ É mestre pela UNIR e professor de língua portuguesa. E-mail: carloseduardodovaleortiz5@gmail.com

² É mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e doutoranda em Língua Portuguesa pela PUC/SP. chediaksorhaya@gmail.com



Notícias, reuniões, lazer, encontros amorosos, debates políticos, aulas e entre outras estão disponíveis e mais acessíveis com apenas um ‘deslizar’³ de dedos. Por meio desse gesto, temos acesso ao mais vasto conteúdo existente na internet. Percebe-se que essa multiplicidade de materiais, recursos e conteúdos são disponibilizados de forma mais acentuada quando o foco é a monetização⁴. Para que o lucro seja alcançado dentro de determinado espaço na internet, seja nas redes sociais, blogs, sites e afins, a imagem passou a ser determinante. Com isso, o cuidado com o que é exposto, para quem é exposto, para quem e o porquê precisa ser redobrado.

Dessa forma, tom de voz, gestos, roupas, cores e demais elementos começaram a ser pensados para causar impacto no público-alvo. Toda a atenção com a imagem que será apresentada pode ser observada em redes sociais, nos anúncios publicitários e no meio musical que musical ficou fortalecido com o advento da internet e das redes sociais. O *Instagram*, o *Facebook*, o *TikTok* e o próprio *WhatsApp* são moldados durante as suas atualizações para que vídeos curtos como os *stories*⁵ e *reels*⁶, possam por meio de danças, refrões de músicas, filtros e demais elementos, capturar a atenção do público, a fim de monetizar com esses recursos.

No entanto, além das redes sociais, outras plataformas, como o *YouTube*, destacam-se por disponibilizar videoclipes mais elaborados, extensos e múltiplos quanto ao estilo de música e proposta de cada artista. Nesse sentido, Valdellós (2007) afirma que o videoclipe é um gênero audiovisual que apresenta características variadas e específicas que propaga uma orientação recente de inserção de um vasto número de meios e “estratégias multissemióticos – ainda pouco explorados pela Linguística –, tendo por finalidade captar e manter a atenção do espectador” (VALDELLÓS, 2007, p.498).

A partir disso, propomos para este estudo uma análise sobre a construção da argumentação no videoclipe “a queda”, de Gloria Groove, bem como uma reflexão sobre a cultura do cancelamento, com o objetivo de compreender de que maneira a argumentação é elaborada e como o *ethos* é apresentado ao considerar os aspectos discursivos, imagéticos e a musicalidade que caracterizam o gênero videoclipe e como acontece a cultura do cancelamento. Schneider (2015) menciona que, em tempos mais remotos, a arte devia ser expressa conforme um conjunto de regras que eram determinadas pelos seus governantes. No entanto, na contemporaneidade as redes sociais possibilitam maior liberdade, o que permite aos artistas, dos mais variados gêneros, divulgarem suas letras e atuações com mensagens distintas e, algumas vezes, polêmicas.

De acordo com Amossy (2005, p.9), “[...] a apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais.” Partindo disso, somos levados ao seguinte questionamento: Partindo disso, somos levados ao seguinte questionamento: Como a argumentação e o *ethos* é construído no videoclipe “a queda”, de Gloria Groove, considerando os aspectos discursivos, imagéticos e a musicalidade que caracterizam o gênero? Como ocorre a cultura do cancelamento?

Assim, empregamos os estudos teóricos sobre argumentação de Perelman e Olbrechts Tyteca (2014) para analisar as técnicas argumentativas usadas no discurso musical.

Como caminho metodológico optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com base no método descritivo, documental e interpretativo, procurando entender como

³Alusão a tecnologia *Touch Screen*.

⁴Tornar rentável e lucrativo qualquer bem ou serviço.

⁵Recurso que tem como objetivo melhorar a interação entre os usuários.

⁶Formato de vídeos curtos que podem combinar áudio, imagens, textos e efeitos visuais.



a argumentação é construída e como o *ethos* é projetado e de que maneira ocorre a cultura do cancelamento, com base na pesquisa bibliográfica.

Consideramos os conceitos sobre a construção do *ethos* utilizados por Amossy (2005) e os de Maingueneau (1993, 2005, 2011, 2016) em relação à concepção de cenografia. Como resultado, nossas análises apontaram que o orador empregou estratégias argumentativas baseadas na estrutura do real e de ligação e destacou a superação. Além disso, mostrou a pessoa e seus atos e a ligação simbólica, por meio do raciocínio por analogia e metáforas, e evidenciou que a marionete, na verdade, é quem assiste ao espetáculo e os outros fazem besteiras.

Inicialmente, apresentamos o conceito de argumentação e as técnicas argumentativas empregadas no gênero musical seguida de análises. A partir disso, abordamos as noções de *ethos* e cenografia e de que maneira acontece a cultura do cancelamento com base no texto musical. Nas considerações finais fazemos algumas traçamos algumas reflexões sobre a argumentação em “A queda” de Gloria Groove e a cultura do cancelamento.

1 A ARGUMENTAÇÃO EM “A QUEDA”

Os argumentos são ações lógicas discursivas e mentais, em que a cognição utiliza um ou mais para que sejam capazes de orientar as respostas verdadeiras, falsas ou improváveis. São adequados, conforme a situação, e podem ser compreendidos com base em oposição com outra totalidade: a demonstração.

[...] a argumentação distingue da demonstração por cinco características essenciais: 1) dirige-se a um auditório; 2) expressa-se em linguagem natural; 3) suas premissas são verossímeis; 4) sua progressão depende do orador; 5) suas conclusões são sempre contestáveis. (REBOUL, 2004, p.92)

Aplicar a razão para chegar ao acordo sobre determinado assunto, confirma o “verossímil”, o “plausível” e o “provável” e atribui esses termos como meios de provas, para atingir a adesão do auditório e afastar a violência, mesmo que simbólica, da ação argumentativa. Desse modo, a efetividade está associada a forma lógica, ou seja, a maneira como as premissas se relacionam com a conclusão, em uma produção que permite repetir aquilo que já foi afirmado. Ao expor a respeito do ato de argumentar é viável referir que quem argumenta tem objetivo de revelar algo ou ainda, persuadir alguém para alguma coisa. As técnicas argumentativas, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), manifestadas em um discurso ou texto escrito, podem desencadear a adesão do auditório ao orador mediante os argumentos apresentados.

[...] é possível, ademais, que esses esquemas atuem sem ser claramente percebidos e que apenas um trabalho de explicitação, raramente efetuado, permita ao orador e, mormente, aos seus ouvintes ficarem conscientes dos esquemas intelectuais que utilizam[...]. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2020, p.214)

As técnicas argumentativas propostas por esses estudiosos mostram as principais características de cada uma delas. Para obter a adesão do auditório, o discurso do orador precisa construir argumentos lógicos, ocasião em que demonstra a organização das ideias por meio das técnicas argumentativas. Dentre as técnicas vistas no videoclipe “A queda”, é possível reconhecer os argumentos baseados na estrutura do real de ligação de sucessão e de coexistência, as ligações que fundamentam a estrutura do real, fundamento pelo caso particular e o raciocínio por analogia e a dissociação das noções. A partir do quadro 1, apresentamos e discutimos esses tipos de argumentos.



Quadro 1- Argumentos em “A queda”

Argumentos baseados na estrutura do real	As ligações que fundamentam a estrutura do real	As dissociações das noções
<p>São aquelas elaboradas a partir do que o auditório considera como real. Dividem-se em: ligação de sucessão e ligação de coexistência.</p> <p>a) Ligação de sucessão: -os fins e o meio ; -argumentos da superação.</p> <p>b) Ligação de Coexistência: -a pessoa e seus atos; -interação entre ato e pessoa; - ligação simbólica.</p>	<p>a) O fundamento pelo caso particular [...] pode desempenhar papéis muito variados [...] (PERELMAN E TYTECA, 2014, p.399).</p> <p>Destaca-se no videoclipe: -argumentação pelo exemplo; - a Ilustração.</p> <p>b) o raciocínio por analogia: [...] seu valor argumentativo será posto em evidência com maior clareza se encararmos a analogia como similitude de estruturas [...] (PERELMAN E TYTECA, 2014, p.424)</p> <p>Destaca-se no videoclipe a) raciocínio por analogia e b) metáfora</p>	<p>No argumento de dissociação, há sempre um par estruturador, que são dois polos que orientam a tarefa de separação.</p> <p>Dessa forma, "símbolo/coisa", a aparência é o termo I, enquanto a realidade constitui-se no termo II.</p> <p>O símbolo reflete a consistência, a verdade, a substância, a essência profunda de todas as coisas.</p> <p>Ao passo que a coisa reflete a ideia de imperfeição, conceito incompleto, visão parcial e superficial das coisas.</p> <p><u>Símbolo</u> coisa</p>

Fonte: elaborado pelos autores a partir da leitura de Perelman e Tyteca (2014)

Conforme Mateus (2018), os argumentos fundamentados na estrutura do real são aqueles que não se apoiam em acontecimentos reais, mas criam o real atendendo a apresentação de acontecimentos não vistos antes. Já os de dissociação das noções, em conformidade com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), validam a recomposição em torno de dados conceituais utilizados como fundamentos para a argumentação.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), os argumentos baseados na estrutura do real sustentam o desenvolvimento da argumentação, ou seja, não precisa ser uma descrição objetiva do real, “[...] mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, serem tratadas, quer como fatos, quer como verdade, quer como presunções” (PERELMAN; TYTECA, 2020, p.297).

Assim, os argumentos baseados na estrutura do real destacam-se no videoclipe e são divididos em ligação de sucessão e de coexistência, esse último se desdobra em: a pessoa e seus atos, interação entre atos e pessoas, e ligação simbólica. A interação entre ato e pessoa desenvolve o valor atribuído a cada pessoa.



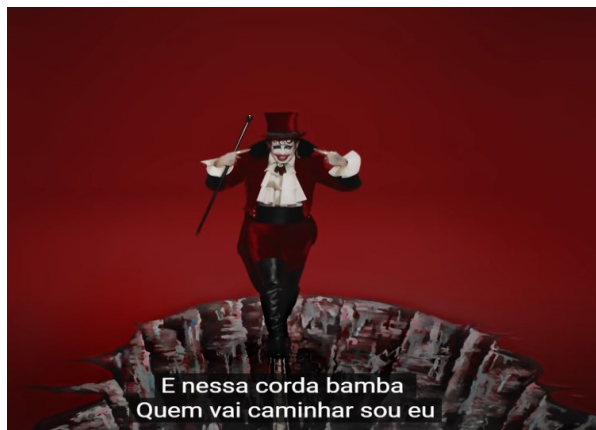
Se por acaso um ato acarreta uma transferência de valor, essa é correlativa a um remanejamento de nossa concepção da pessoa, à qual atribuímos, de um modo explícito ou implícito, certas tendências, aptidões, instintos ou sentimentos novos” (PERELMAN E TYTECA, 2020, p. 339).

No videoclipe é possível notar os valores atribuídos a cada personagem graças a interação entre atos e pessoas.

Figura 1- Chamada para o show



Figura 2- O apresentador na corda



Videoclipe “A queda” de Gloria Groove (2023)

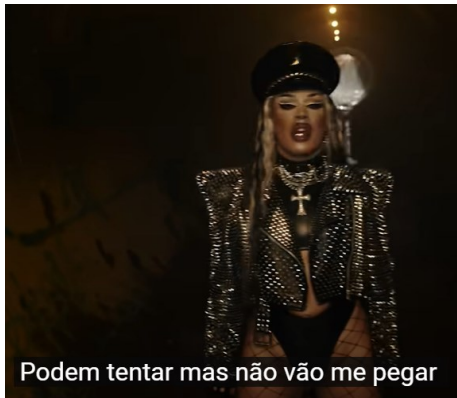
O apresentador circense convida o público para o show que acontecerá em breve. O fundo vermelho contrasta com as cores escuras que ilustram o abismo em que ele está conversando com o seu auditório e, ao mesmo tempo, tenta equilibrar na corda e convidar o auditório “[...] respeitável público, um show tão maluco, essa noite, vai acontecer aqui, a gente vai armar um circo, um drama com perigo, e nessa corda bamba, quem vai caminhar sou eu [...]”.

Nesse contexto, o esforço para atingir os fins, muitas vezes o próprio objetivo da luta se modifica, os fins se transformam em meios e esses por sua vez em fins, como um jogo de interações dialéticas que parece não terminar, “[...] é útil mostrar que, se até agora não se obteve sucesso, é que se haviam ignorado os bons meios, ou o que se havia descurado de servir-se deles.” (PERELMAN E TYTECA, 2014, p.312).

Em sequência, observamos o argumento da superação, em que a cantora menciona: “[...] podem tentar, mas não vão me pegar”, esse argumento demonstra ser possível ir mais longe na direção almejada, visto que não há limites para o objetivo desejado e, uma vez alcançado, podem ser substituídos por outros. Essa técnica recorre a força de vontade sem limite que é empregada para modificar “[...] os argumentos contra e pró, para mostrar que o que até então era considerado um obstáculo é, na realidade, um meio para chegar a um estágio superior.” (PERELMAN E TYTECA, 2014, p. 329).

Figura 3- A superação da “queda”.

Figura 4- A vida.



Podem tentar mas não vão me pegar



Curiosidade matou o gatinho
Mas essa gatona tá viva demais

Fonte: recorte do videoclipe “A queda” de Gloria Groove (2023)

Na argumentação de ligação de coexistência os elementos podem se colocar simultaneamente, ou seja, não há ideia de ordenação temporal. O essencial nessa técnica é a pessoa e a parte secundária, os atos, que são observados como origens da pessoa, atributos que explicam e a caracterizam. A palavra "atos" contém tudo o que procede de uma pessoa, ou seja, sua forma de agir, expressar, atitudes e gestos. Essa técnica qualifica a pessoa a partir de seus atos, ou ainda, um ato com base no que a pessoa pratica.

Figura 5- O velório- “a queda”



Extra! Extra!
Não fique de fora dessa

Figura 6- A ascensão



Daqui do alto não tô te escutando
Cê vai falando, eu vou faturando

Fonte: recorte do videoclipe “A queda” de Gloria Groove (2023)

O símbolo diferencia o signo, pois tem uma validade normatizada que indica para o significado um plano indexical e aponta o significado, já o símbolo retrata o simbolizado. Nesse contexto, representar é mais significativo, visto que há a magia do circo, símbolo que no imaginário social representa diversão e encantamento. Dessa forma, estabelece um elemento abstrato ou concreto da realidade usando essa ligação por uma conexão mística, de magia, de fluido e encantamento. Ao mesmo tempo, significa que duas realidades se relacionam e que uma serve de explicação para a outra.

Observa-se que na argumentação, pelo exemplo, o caso particular como matéria prima no sentido de elaborar uma regra abrangente. Com base no caso concreto, que é o espetáculo, é



proclamado o acontecimento como indicador de diversão. Já a ilustração, não objetiva demonstrar nada. Enquanto a ilustração refere-se ao caso concreto para fortalecer a convicção de todos, atestar a sua aceitação explica e detalha alguma particularidade não explicitada. Assim, o exemplo serve de prova ao passo que a ilustração é somente uma testemunha.

Figura 7- Polissemia em “faixa”



Figura 8- Extra:extrapolação/extraordinário



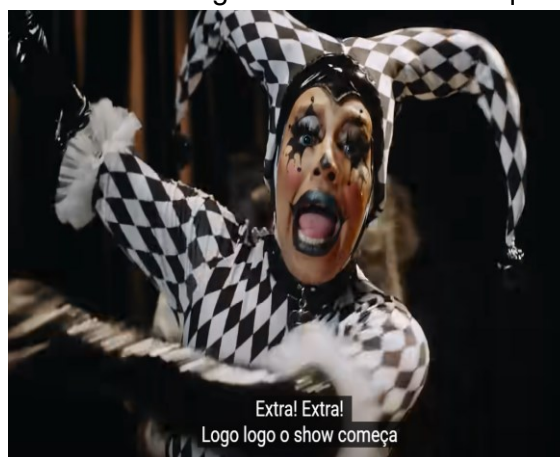
Fonte: recorte do videoclipe “A queda” de Gloria Groove (2023)

A analogia é o espetáculo “a queda”, “um show tão maluco”, “a gente vai armar um circo, um drama com perigo” que está associado ao circo. O espetáculo faz analogia com o circo, e é possível observar que os dois são harmônicos quando um é o contradomínio do outro, no momento em que possuem em comum a qualidade de serem contrários um do outro. Tendo em vista que, no circo, o espetáculo não é para ver “desgraça”.

Imagem 9- A marionete



Imagem 10- Pierrot = Alerquim



Fonte: recorte do videoclipe “A queda” de Gloria Groove (2023)

A metáfora recria o jogo simbólico da técnica argumentativa, “respeitável público”, tem a função de chamar a atenção do auditório e ao mesmo tempo exerce o papel de mediação entre o espetáculo e o “show tão maluco”. Embora fundamente-se em metáforas, em imagens de “queda” e “marionete”, o argumento é um recurso linguístico que produz a ressemantização das palavras e



expressões como: “armar um circo, corda bamba, show na faixa, extra-extra, melhor do que a subida só mesmo assistir a queda.”

Perelman e Tyteca (2014), entende a metáfora como analogia condensada, ou seja, uma maneira de mostrá-la. Assim, podemos observar “a queda” como metáfora e a marionete como a manipulação. A fantasia da marionete lembra o “Pierrot” com roupa branca com detalhes em preto no entanto, não há no rosto a pintura triste e a roupa se destaca por lembrar a de Arlequim que tinha formas losangulares, porém coloridas.

Figura: 11 - O marionetista

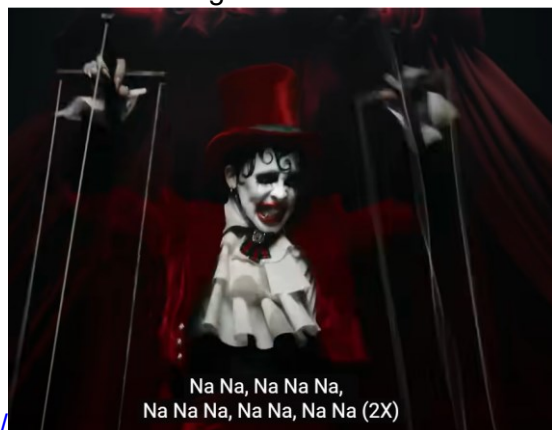
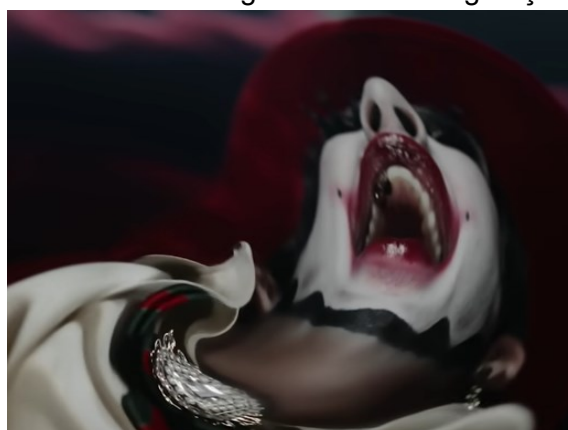


Figura: 12 - Transfiguração



Fonte: recorte do videoclipe “A queda” de Gloria Groove (2023)

É possível observar também a referenciação ao auditório. O discurso é proferido para um público “x” e essa orientação discursiva evidencia o conhecimento do orador sobre o perfil dos seus ouvintes, que poderão ser adeptos, ou não, ao enunciado. Na imagem 1 e 2, há a ilustração do início da canção que anuncia um fenômeno: “Respeitável público, um show tão maluco, essa noite, vai acontecer aqui, a gente vai armar um circo, um drama com perigo, e nessa corda bamba, quem vai caminhar sou eu [...]”. Já na imagem 5, percebemos o reforço do convite para que o auditório (ouvintes) possa interagir com a apresentação: “Extra! Extra! Não fique de fora dessa [...]” e na imagem 7 verifica-se a sentença: “[...] Não tô cobrando entrada, vem ver o show na faixa, hoje tem *open bar* pra ver minha desgraça[...]”.

Ao refletirmos sobre essas declarações, consideramos a óptica de Tadeu (2001) em relação ao endereçamento. Essa percepção está pautada na premissa de que o discurso presente, em um material audiovisual, terá um recebimento efetivo por parte do auditório/público, se o espectador conseguir construir uma relação de proximidade/experiência com a mensagem. Com advento da *internet*, um número incontável de pessoas ganhou palco para expor seus posicionamentos e uma plateia para validá-los ou não. Com isso, tivemos o refinamento das noções do que era bom, atrativo, interessante, digno de atenção de um grande auditório. Temos então a gênese do que é conhecido como cancelamento.

A cultura do cancelamento apresenta características marcantes. Chiari (2020) menciona a tirania discursiva em que o enunciador se coloca como superior, o ego de se achar um ser moralmente íntegro, a capacidade de segregar uma pessoa de determinado espaço o emprego da hostilidade e do ódio contra alguém, além de propagar julgamentos infundados que são aceitos, sem verificação prévia das informações. Conforme Silva (2021), há uma falácia existente no



imaginário social de que o cancelamento acontece para que haja correção do que foi dito ou feito de forma inadequada, levando em consideração o tempo e o espaço em questão.

Portanto, com os avanços das redes sociais, a internet virou uma espécie de tribunal, do qual não existem normas e nem princípios pré-estabelecidos, ou seja, não há padrão e nem sequer processo nos “julgamentos” proferidos, sendo assim, produz-se injustiça em larga escala. O chamado “cancelamento” nada mais é do que um ato desrespeitoso para com as leis, a Constituição e o convívio social democrático. (CHIARI, 2020, p.6)

Assim, a ideia moralizante que esse evento apresenta para a sociedade, alimenta outros indícios no imaginário comunitário, ao mesmo tempo fortalece e legitima ações opressoras contra um grupo, uma fala, uma ação ou outros fatores afins que não tenham sido proveitosos para uma parcela com mais visibilidade. Dessa maneira, fomenta o cancelamento. Ao convidar o público para o grande espetáculo, como vimos nos recortes das imagens 1, 2, 5 e 7, o orador tem ciência, por meio da noção do endereçamento, que o auditório comprará a mensagem de “desgraça e queda”. Afinal, esses têm sido os valores que permeiam o conjunto de crenças e que despertam interesse quando o assunto é o “Outro”.

No próximo tópico, trataremos sobre o conceito de *ethos* e como ele é construído a partir dos aspectos discursivos, imagéticos e de musicalidade e de que maneira ocorre a cultura do cancelamento.

2 EXTRA! EXTRA! NÃO FIQUE DE FORA DESSA...”: NOÇÕES SOBRE ETHOS E CENOGRAFIA

O *ethos* retórico é constituído por um conjunto de valores, que podem ou não estar vinculados com a verdade. Segundo Barthes (1970) quando o orador elucida um assunto ele manifesta quem é e o que não é, já que “[...] seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, [...] efetua em seu discurso uma apresentação de si” (AMOSSY, 2005, p. 9). Dessa forma, não há a necessidade do orador pontuar quem ele é, o que faz, o que acredita, visto que seu discurso revela isso.

De acordo com Maingueneau (1993) a ideia de *ethos* significa compreender a disciplina do corpo por intermédio do comportamento global. O caráter e a corporalidade do fiador derivam de um conjunto disperso de representações sociais valiosas ou desvalorizadas que fundamentam as declarações e que, por sua vez, podem confirmá-las ou modificá-las. Esses estereótipos culturais são propagados nos mais diversos campos: literatura, fotografias, filmes, propagandas. O orador precisa conquistar o auditório e garantir a adesão mediante o discurso. Da mesma maneira, um videoclipe precisa comprovar que sua mensagem seja aceita pelo público. Por isso, ao considerar o corpus do trabalho, precisamos conceituar a cenografia.

De acordo com Maingueneau (1993, p.127) “[...] a cena de enunciação de um gênero de discurso não é um bloco compacto. Ela faz interagir três cenas: a cena englobante, genérica e a cenografia.” Para conceituar esses recortes, recorreremos ao conceito de Baronas (2014) que menciona que a cena englobante corresponde ao tipo do discurso religioso, político. Já a cena genérica, está vinculada literalmente ao gênero em que se pode verificar o discurso como panfleto, notícia, carta e outros e a cenografia efetiva um enunciado que, por outro lado, precisa validá-la, tem que instituir que essa cenografia “[...] de onde vem o discurso é precisamente a cenografia necessária para enunciar como convém neste ou naquele gênero de discurso [...]” (BARONAS, 2014, p.10).



Em conformidade com os conceitos de cenas de enunciação, compreendemos que alguns gêneros contemplam apenas a cena englobante ou a cena genérica.⁷ “E outros gêneros, porém, é o recurso a determinada cenografia que valida progressivamente a enunciação, construindo um dispositivo de fala que possibilite, ou busque possibilitar, maior adesão junto ao enunciatário” (KHALIL, 2022, p.15).

Para Maingueneau (2011), a cenografia é essencialmente a enunciação que, ao se desenvolver, está lutando para estabelecer constantemente o dispositivo de fala. Dentro da análise, desse videoclipe, temos uma cenografia mais heterogênea. A partir do quadro 2, discutimos o conceito de cenografia e apontamos seus elementos.

Quadro 2- Cenografia e seus elementos

Cenografia	Elementos da cenografia
[...] ela não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto. (MAINGUENEAU, 2016, p.75)	circo, <i>cabaretier</i> que anuncia o espetáculo e faz também o equilibrista na corda bamba, marionetista, máscaras, picadeiro,

Fonte: elaborado pelos autores a partir da leitura de Maingueneau (2016).

A cenografia do videoclipe é confirmada pela própria enunciação e por interferência dos elementos apresentados reforçam a ideia de um “show dos horrores”. Ao convidar o auditório (ouvintes/telespectadores) para participarem do evento reforça a ideia de que todos podem fazer parte do fenômeno, como apresentadores ou como plateia. Em sequência, no quadro 3, abordamos como o *ethos* é apresentado.

Quadro 3- *Ethos* na cultura do cancelamento

Campo lexical e semântico	<i>Ethos</i> do apresentador	<i>Ethos</i> da noiva cadáver	<i>Ethos</i> da mulher no esgoto	<i>Ethos</i> do Pierrot
	- <i>Cabaretier</i> anuncia que vai armar um circo, um drama com perigo, não vai cobrar entrada e que o show é na faixa. - O equilibrista e marionetista: “ <i>Extra, extra, não fique de fora dessa garanta seu ingresso <u>pra me ver fazendo merda.</u></i> ”	- Sai de um caixão que indica um funeral. “ <i>Extra, extra, não fique de fora dessa garanta seu ingresso <u>pra me ver fazendo merda.</u></i> ”	-Anuncia que terror nenhum irá pegar e que com o poder derrubou um por um. “ <i>Tô dominando o Brasil</i> ” Demonstra superação.	-Personagem atacado por outros seres fantasiados e sendo amarrado por eles e controlado pelo apresentador. “ <i>Extra, extra, não fico de fora dessa, já tenho o meu ingresso <u>pra te ver fazendo merda</u></i> ”

Fonte: os autores (2023).

⁷ Conforme Maingueneau (1993, p.120) “é o pesquisador, em função de seus objetivos, que é levado a decidir em que nível vai situar a cena englobante pertinente”.



Concordamos com Domènech, Tirado e Gómez (2001, p. 113) que o orador constrói um *ethos* “[...] de subjetividade distribuída, socialmente construída, dialógica, descentrada, múltipla, nômade, situada, de subjetividade inscrita na superfície do corpo, produzida pela linguagem.” O *ethos* do apresentador se impõe e atua de maneira persuasiva e estabelece acordo com o auditório que é convocado para assistir ao show e não ficar de fora. Assim, o auditório fica em uma posição de assembleia para verificar se é um show agradável ou não, e ao mesmo tempo descobrir por meio de uma avaliação racional aquilo que é mencionado como “show tão maluco”. A cenografia que contribui com a constituição do *ethos* da noiva é rica em detalhes e evidenciam aspectos distintos quanto ao enunciado. Por exemplo, a presença dela dentro de um caixão, reforça a afirmação do apresentador em relação ao show: “[...] um drama com perigo [...]”. As cores da maquiagem usadas por ela, assim como os seus acessórios - véu e um buquê - revelam que a morte é algo possível dentro da cena de enunciação, seja ela metafórica ou literal, expondo o poder do cancelamento na vida de todos os agentes desse fenômeno.

Em relação à construção do *ethos* da mulher no esgoto, temos uma cenografia que ilustra uma outra faceta. “[...] Daqui do alto não 'tô te escutando/ 'Cê vai falando, eu vou faturando/ Sei que 'cê gosta de ouvir os aplausos/ Mas gosta muito mais de me ver sangrando, oh/ A carapuça serviu, cadê você ninguém viu, hã/ 'Tô dominando o Brasil, hã [...]”. Podemos observar o discurso do que seria uma pessoa que foi cancelada, mas que ‘sobrevive’ aos ataques e/ou acusações. Conforme Guimarães (2020), as consequências do cancelamento para as pessoas, sejam elas públicas ou não, geram perdas que vão desde questões econômicas até problemas psicossomáticos. Logo, a reação possível do cancelado pode ser uma postura ativa/agressiva diante aos ataques sofridos, ou passiva, por estar sofrendo psicologicamente. Nesse mesmo sentido, o “Pierrot” tem seu *ethos* construído por meio de uma cenografia que aponta que há pessoas que são interpoladas discursivamente e reverberam mensagens, sendo comum não verificar a veracidade das informações, fazendo assim com que esses apontamentos sejam naturalizados sem uma devida fundamentação. Assim, em problemas socioculturais como o cancelamento, é comum haver estereótipos circulando sobre coisas e pessoas que agiram de forma errônea, de acordo com a concepção ética e moral de um determinado grupo, e isso intensifica os problemas sociopolíticos, socioeconômicos e psicológicos sobre o sujeito cancelado.

Podemos observar a sentença do quadro 3, que mostra a fala da personagem Pierrot: “[...] Extra! Extra!/ Não fico de fora dessa/ Já tenho o meu ingresso **pra te ver fazendo merda**[...]”. O discurso dele é influenciado pelas enunciações feitas anteriormente pelo apresentador e pela noiva que convidaram várias vezes o auditório para participar de um show dizendo: “[...] Extra! Extra!/ Não fique de fora dessa/ Garanta seu ingresso **pra me ver fazendo merda**[...]”. Ao compararmos os enunciados das três personagens podemos perceber a atuação da reverberação.

Bosi (2010, p. 14) nos ensina que “[...] os períodos de crise cultural engendraram a suspeita de que pode não ser verdadeiro ou justo o sistema de valores que “toda gente” admite sem maiores dúvidas”. Com as redes sociais, temos o compartilhamento massivo de informações e isso faz com que os sujeitos sejam bombardeados com o excesso de dados. A facilidade que existe para compartilhar essas informações acabam afrouxando e, até mesmo, desconsiderando a análise para verificação e validação dos dados. Nesse sentido, Foucault (1996, p. 20) assevera que “[...] o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder”. Dessa maneira, durante as interações sociodiscursivas, as informações que são válidas e verdadeiras para os interlocutores serão absorvidas e compartilhadas, mas não serão



averiguadas. Afinal, a legitimidade do discurso está pautada na familiaridade da mensagem com a realidade do indivíduo e isso o faz tomar a enunciação como sua verdade e reproduzi-la como tal, mesmo quando não é.

Partindo dessa premissa, percebe-se a volatilidade do discurso, ou melhor, fluidez, pois este se adapta a diferentes tipos de canais, para difundir a ideologia mascarada direcionada aqueles que compactuam da mesma linha estrutural de escala ideológica, onde os indivíduos não irão confrontar a veracidade informativa, até mesmo provocada pela instantaneidade dos canais que circulam as notícias, sendo mais fácil continuar compartilhando, mesmo sem pensar no efeito que pode ser desencadeado. (BARROS, 2020, p. 7)

O *ethos* de “Pierrot” é a representação dos sujeitos que acatam discursos distorcidos e os reproduzem sem a devida verificação dos dados. Também é o espelho do quão poderoso podem ser as palavras de ódio, proferidas pelos agentes do cancelamento. A repetição de informações infundadas, legitima um ódio irracional e o cristaliza, como uma verdade incontestável, amenizando o poder de criticidade e racionalidade do sujeito. Com isso, a cólera coletiva passa a ser comum dentro de uma comunidade fluida com sujeitos reverberando ideias, emoções, estereótipos que, na maioria das vezes, são instituídos pelas redes sociais e meios de comunicação.

CONCLUSÃO

O *ethos* e a posição social do *cabaretier*, que anuncia o espetáculo de horrores, impõem sua presença ao convidar o auditório. A atenção é voltada para o *ethos* do apresentador equilibrista, que também é marionetista. Ele relaciona ao ser “X” o poder, visto que tem o controle do espetáculo e apresenta o argumento pautado pelo exemplo, ilustração, superação, ligação simbólica. Isso pode ser visto nas expressões “[...]e venha ver os deslizos que eu vou cometer [...] a gente vai armar um circo” que denota também confusão.

Ao selecionar os argumentos, o orador expõe o porquê do espetáculo de horrores e organiza o discurso ilustrando com imagens que sobrepõem o apresentador e a noiva cadáver, mas também com duas que se complementam como o apresentador, que é equilibrista e marionetista, e do “Pierrot” que é o fantoche. No entanto, os acontecimentos demonstram que, ao final do espetáculo, o auditório é envolvido pela superação da mulher no esgoto e também pelo fantoche que altera a expressão “[...] garanta seu ingresso pra me ver fazendo merda” para “já tenho meu ingresso pra te ver fazendo merda”.

Esse recorte exemplifica processos sociodiscursivos que anulam pessoas por meio da argumentação. As expressões linguísticas: “corda bamba”, “show de horrores”, “armar um circo”, “vem ver o show na faixa”, “podem tentar mas não vão me pegar”, “terror nenhum” fazem parte da argumentação como um jogo de linguagem. Porque algumas palavras ganham valores polissêmicos como “estar na corda bamba”, “show na faixa”, “aqui a gente vai armar um circo, um drama com perigo”.

Assim, o auditório (público) pode assumir aquilo que achar mais conveniente ou ainda não dar credibilidade ao que é apresentado. Ao mesmo tempo, a mulher no esgoto deslegitima o “show de horror”, ao afirmar que “[...] podem tentar, mas não vão me pegar, terror nenhum”, “com meu poder derrubei um por um”, “vivem fazendo de tudo pra te atingir”, “Daqui do alto não 'tô te escutando”, “Cê vai falando, eu vou faturando”.

A consistência dos argumentos consolida a força da superação tanto da mulher no esgoto, como do “Pierrot” que acaba por ser o auditório do acontecimento. Dessa maneira, o boicote para



cancelar a mulher do esgoto e, até mesmo o Pierrot, não acontece de maneira total, uma vez que ela supera, porque já “[...] conquistou o Brasil e derrubou um por um”, e ele, mesmo sendo fantoche na mão do apresentador, desconstrói a tradição de ser manipulado, visto que também afirma “[...] Já tenho o meu ingresso pra te ver fazendo merda”. Observa-se, desse modo, que as expressões “pra te fazer” e “pra me fazer” comportam múltiplos campos de significação e indicam diferentes significados.

Por meio do discurso, podemos criar realidades, nomear coisas, garantir a paz e salvar vidas. Mas, também é possível destruir toda uma sociedade com algumas poucas palavras, principalmente com a fluidez da internet. Em um espaço em que as redes sociais determinam o que é certo, bom e adequado, com base nas vontades e desejos de uma pequena parcela da comunidade, com maior visibilidade e poder econômico, presenciamos a ascensão ou, na maioria das vezes, a queda de muitos sujeitos que foram segregados em virtude de algum comportamento ou falas definidas como errôneas. Essa dinâmica em que a estrutura social está organizada, nos ajuda a compreender que a essência de Narciso está em voga quando o assunto gira em torno dos likes e da exposição entre postagens e filtros. Afinal, *“Narciso acha feio aquilo que não é espelho”*.

Tudo o que não está em sintonia com o que alguns grupos sociais determinam, acaba por ser silenciado, sob a prerrogativa de que o cancelamento vai ensinar esse sujeito a ser melhor. Contudo, o que vemos é um reflexo distorcido da intenção que é apresentada. Prejuízos financeiros, perseguição pessoal e profissional e problemas psicológicos são apenas alguns dos resultados do cancelamento.

A música “A queda”, de Glória Groove, não evidencia apenas o circo de horrores que é o cancelamento, ela também mostra como nosso senso de humanidade, solidariedade, compaixão, tolerância está em queda quando nos defrontamos com as diferenças e com os deslizes daqueles que estão ao nosso redor. A necessidade de repensarmos a forma de ensinar as pessoas, sem julgá-las, urge em nossa sociedade, o julgamento abre portas para a efetivação da condenação. Talvez, a possível solução de parte desse problema esteja no ideal que o psiquiatra e psicoterapeuta suíço, Carl Gustav Jung (1942, p.84) eternizou: “Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.”

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Da noção retórica de ethos à análise do discurso**. Imagens de si no discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2005.
- A QUEDA. [S.l]: Sb Music, 2021. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpxrvcYDnf4>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- BARTHES, Roland. **L’ancienne rhétorique. Aide-mémoire**. In: Communications, n. 16, 1970
- BARROS, Maria de Fátima dos Santos. **Os efeitos discursivos presentes em fake news: a manipulação de informações sobre a covid-19**. Anais do COGITE-Colóquio sobre Gêneros & Textos, 2020.
- BARONAS, Roberto Leiser; COX, Maria Inês Pagliarini. **Discurso, argumentação e cenografia em "iconotextos"**. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 9, p. 4-18, 2014.
- BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações** / Alfredo Bosi. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.
- CHIARI, Breno da Silva et al. **A cultura do cancelamento, seus efeitos sociais negativos e injustiças**. ETIC-Encontro de Iniciação Científica -ISSN 21-76-8498, v. 16, n. 16, 2020.



- DOMÈNECH, Miguel; TIRADO, Francisco; GÓMEZ, Lúcia. **A dobra: psicologia e subjetivação**. in: *Nunca Fomos humanos nos rastros do sujeito*. Tradução e organização SILVA, Tomaz Tadeu da. Autêntica: Belo Horizonte, 2001.
- FOUCALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GUIMARÃES, Patricia Specimille; BARBOSA, Otavio Luis. **A Internet nunca esquece: Consequências da " Cultura do Cancelamento" no debate público**. Revista Pet Economia UFES, v. 1, n. 2, p. 13-17, 2020.
- JUNG, Carl Gustav. **Analytical Psychology and Education” in Collected Works (CW)**, vol. 17: The Development of Personality, 1942.
- KHALIL, L. M. G. **Ethos de empreendedor e cenografia de coaching em uma peça publicitária**. Signótica, Goiânia, v. 34, 2022. DOI: 10.5216/sig.v34.70062. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/70062>. Acesso em: 24 set. 2022.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**.(trad. Sírio Possenti) Curitiba. Criar Edições, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Le Contexte de l’oeuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société**. Paris: Dunod, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos da comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.
- PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie Olbrechts. **Tratado da Argumentação**. tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução Eduardo Brandão. 3ªed. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 2014.
- SCHNEIDER, Paulo Gilberto Pereira. **Arte polêmica**. 2015.
- SEDEÑO VALDELLÓS, A.M. 2007. **El videoclip como mecanarrativa**. Signa, n. 16, 2007, p. 493-504.
- SILVA, Alessandro Ferreira da. **Cultura do cancelamento: cancelar para mudar?** Eis a questão. Revista Argentina de Investigación Narrativa, v. 1, n. 1, p. 93-107, 2021.
- TADEU, Tomaz. **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Autentica: Belo Horizonte, 2001.



A CONSTRUÇÃO TEMPORAL DA NÃO-PERTENÇA EM *OS MEUS SENTIMENTOS*, DE DULCE MARIA CARDOSO

Gabriela Cristina Borborema Bozzo¹
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

O sentimento de não-pertença constitui o tema do presente estudo, no qual infere-se que ela seja, também, o tema central do romance que constitui o nosso *corpus*, *Os meus sentimentos*, de Dulce Maria Cardoso. O romance português contemporâneo apresenta, de forma inusitada, a história de Violeta, uma mulher obesa rejeitada pela mãe que vive na tentativa de corrigir o passado. Assim, busca-se definir a não-pertença, discursar sobre o tempo na narrativa e, por fim, identificar como a não-pertença é construída no romance, como tema principal, pela categoria narrativa tempo. Assim, embasa-se nas teorias de Axel Honneth, George H. Mead, Gérard Genette, Roland Bourneuf, e Réal Ouellet, Benedito Nunes, Nefatalin Gonçalves Neto e Angela Gama. Conclui-se, portanto, que a instância temporal corrobora a construção do sentimento de não-pertença como tema principal no romance *Os meus sentimentos*, de Dulce Maria Cardoso.

Palavras-chave: Não-pertença. Tempo. *Os meus sentimentos*. Dulce Maria Cardoso.

ABSTRACT

The sense of not belonging is the theme of the present study, in which it is inferred that it is also the central theme of the novel, *Os meus sentimentos*, by Dulce Maria Cardoso. Thus, the paper seeks to define the sense of not belonging, to talk about time in the narrative and, finally, to identify how the sense of not belonging is constructed in the novel by the narrative category time. Therefore, this study is based on the theories of Axel Honneth, George Mead, Gérard Genette, Roland Bourneuf, and Réal Ouellet, Benedito Nunes, Nefatalin Gonçalves Neto and Angela Gama. It is concluded, therefore, that the temporal instance corroborates the construction of the sense of not belonging in the novel in question.

Keywords: Sense of not belonging; time. *Os meus sentimentos*. Dulce Maria Cardoso.

INTRODUÇÃO

A não-pertença, tema do presente artigo, é por nós definida como o resultado de uma conduta extremada na fase do *self* “eu” em detrimento daquela chamada de “mim”. Tais fases são apresentadas e definidas no estudo de George Mead organizado por Charles Morris em *Mente, self e sociedade* (2010). No romance que compõe nosso *corpus* – *Os meus sentimentos* (2012), de Dulce Maria Cardoso –, inferimos que ela constitui o tema central da narrativa.

Os meus sentimentos conta a história da narradora-protagonista Violeta, utilizando-se de uma forma pouco tradicional: o texto é pontuado unicamente por vírgulas e composto por uma

¹ É professora bolsista na graduação da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP), câmpus de Araraquara -SP, e doutoranda em Estudos Literários no programa da mesma instituição. E-mail: gabrielaborborema@live.com



intensa desordem temporal. A narradora-protagonista narra todo o discurso de cabeça para baixo, presa pelo cinto de segurança após um acidente automobilístico na estrada durante a madrugada. Toda a narrativa parece uma tentativa desordenada de contar o filme que se passa na cabeça dela (cuja temática é sua vida) num momento em que ela imagina que pode morrer – e inclusive narra seu suposto velório, interrompido diversas vezes pela história do velório empírico de sua mãe. Interpretamos, em nossa leitura do romance, que Violeta está viva durante todo o discurso, e pautamo-nos nas menções a elementos do carro, denunciando que ainda está lá presa, enquanto narra seu velório e no final da narrativa, já nas páginas finais.

Procuramos entender, nesse estudo, o que é o sentimento de não-pertença, compreender como funciona a instância narrativa tempo e verificar como o tema da não-pertença é construído – dentre outras categorias narrativas – pelo tempo em *Os meus sentimentos*.

Para atingir tais objetivos, embasamo-nos em *Luta por reconhecimento* (1993), de Axel Honneth; *Mente, self e sociedade* (2010), em que as teorias de Mead foram organizadas por Charles Morris; *O tempo da narrativa* (1986), de Gérard Genette; *O universo do romance* (1976), de Roland Bourneuf, e Réal Ouellet; *O tempo na narrativa* (2013), de Benedito Nunes; e “Liquidez, reconfigurações e pluralidades: a representação identitária da sociedade portuguesa em Chão dos pardais, de Dulce Maria Cardoso” (2012), de Nefatalin Gonçalves Neto e Angela Gama.

1 A NÃO-PERTENÇA

A não-pertença consiste no sentimento experienciado pelo indivíduo que não se sente parte do meio em que está inserido. A produção literária de Dulce Maria Cardoso apresenta diferentes abordagens dessa temática. Como exemplo, narradora-personagem de *Os meus sentimentos* apresenta a perspectiva da não-pertença: Violeta é uma mulher obesa, vendedora de ceras em época de depilação a *laser*, considerada promíscua e mãe solteira. Nesse sentido, a não-pertença é experienciada pela personagem em diferentes contextos. A história de Violeta e sua perspectiva sobre aqueles que vivem em função de pertencer constroem a denúncia de experiências de vida pautadas nos extremos. Ademais, Cardoso (2014) menciona a não-pertença em entrevista, quando aborda sua infância e adolescência: “[...] foi uma aprendizagem de coisas que talvez devesse ter aprendido mais tarde: a não pertença, a injustiça... [...] apesar do nosso instinto da pertença, não há mal nenhum em não pertencer. E é uma triagem, passa-se a pertencer aos certos.”

O instinto da pertença mencionado pela escritora – e tematizado em sua produção literária – se aproxima da necessidade de reconhecimento intersubjetivo da própria identidade, estudada por Hegel. Buscando atualizar a teoria hegeliana, Axel Honneth (2003, p. 125), propõe:

Em nenhuma outra teoria, a ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo foi desenvolvida de maneira tão consequente sob os pressupostos conceituais naturalistas como na psicologia social de George Hebert Mead; seus escritos contém até hoje os meios mais apropriados para reconstruir as intuições da teoria da intersubjetividade do jovem Hegel num quadro teórico pós-metafísico.

A aspiração ao reconhecimento intersubjetivo do indivíduo é inerente à vida social para Hegel, na apresentação de Honneth (2003, p. 29). O pertencimento é, justamente, o sentimento resultante do reconhecimento intersubjetivo. Da ausência desse reconhecimento surge a não-pertença: ela advém, pois, de um embate entre o sujeito e a sociedade. Esse é o conflito moral,



resultado do atrito interno – discrepância entre o eu e o mim –, segundo Mead (2010, p. 151-245). A sua psicologia social se faz de nosso interesse para investigar a origem da não-pertença experienciada pelo indivíduo, cuja alusão na produção literária de Dulce Maria Cardoso, mais especificamente em *Os meus sentimentos*, nos propomos a averiguar.

O processo social em que a personalidade do sujeito se desenvolve é nomeado *self* por Mead (2010, p. 151-245). Não é o organismo fisiológico em si, não está presente desde o nascimento. É a mente autoconsciente que se desenvolve no sujeito a partir das suas experiências e atividades sociais, ou seja, de sua relação com o processo social e os demais membros da sociedade nele envolvidos. O *self* é o processo de interação entre o indivíduo e os outros, realizando-se na conduta do sujeito, no diálogo entre o “eu” e o “mim”. Em síntese, o “eu” é a fase do *self* que constitui o que há de peculiar no indivíduo: impulsos, desejos, características únicas, sua essência. Ele é moldado para as interações sociais pelo “mim”, que é a internalização dos valores, expectativas e atitudes da sociedade em que o sujeito está inserido. Por sua vez, o “mim” é a fase do *self* constituída pela internalização das atitudes do outro generalizado, ou seja, as atitudes da comunidade inteira. O outro generalizado constitui a resposta comum e a atitude organizada quanto às instituições de uma sociedade. As instituições são assimiladas pelo sujeito em sua conduta, e é isso e o pertencimento à comunidade que possibilitam-no ser uma personalidade. É através desse outro generalizado que a comunidade influencia largamente o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, o *self* desenvolve-se por completo na medida em que se torna um reflexo individual dos padrões comportamentais de uma sociedade ou grupo.

Desse modo, a era dos extremos, proposta por Hobsbawm (1995) para definir o século XX e discutida por Bosi (2002, p. 248) na literatura, pode relacionar-se também com os indivíduos dos extremos. Embasando-nos na era dos extremos e nas fases do *self* de Mead (2010, p. 212), acreditamos que há duas condutas extremas do “eu” e do “mim” que geram a não-pertença na interação social. Apoiamo-nos na afirmação de Mead (2010, p. 212) para propor as condutas extremadas no “eu” e “mim”:

[...] é uma questão de adotar as atitudes dos outros e de se ajustar a isso ou combater a situação. É esse reconhecimento do indivíduo como *self* no processo de usar sua autoconsciência que lhe confere ou a atitude de autoafirmação ou de devoção à comunidade.

Por trás dos extremos, temos a necessidade de pertencimento inerente ao ser humano. A prevalência do mim na experiência do indivíduo resulta, muitas vezes, do instinto da pertença. Exemplificando, a religião é uma instituição que supre esse instinto, pois através dela, o sujeito experimenta a sensação de pertencimento a uma comunidade, como salienta Mead (2010, p. 237), que explica “essa é a experiência por trás dos extremos às vezes histéricos que pertencem às convenções.” Há predominância do “mim” nessa conduta pela devoção a tal comunidade e por ajustar-se a ela. Acreditamos que quando o ajuste à comunidade mutila a individualidade do sujeito, ele tem uma conduta extremada no “mim”, gerando um pertencimento não genuíno e infelicidade.

A conduta extremada no “eu”, por sua vez, resulta na sensação da não-pertença. Levada ao extremo, a predominância do “eu” não resulta, no combate dos valores e na autoafirmação, propostos por Mead (2010, p. 212). É uma existência que não se ajusta excessivamente à sociedade, diferente do “mim”, mas que pratica consigo a exclusão que sente da sociedade. O indivíduo, nesse caso, internaliza as expectativas sociais também, mas essas são excludentes com relação a ele, seja por pertencer a um grupo de minorias ou por simplesmente pensar diferente. Em resposta a isso, o



indivíduo concorda em não pertencer e se exclui. Contudo, ele não deixa de assumir a atitude do outro. Quando se exclui por sentir-se excluído, a não-pertença não gera mudança, mas sim, faz com que o indivíduo aja consigo como a sociedade age com ele. Apoiamo-nos, em nossa proposição do extremo “eu”, na afirmação de Mead (2010, p. 211):

Talvez a pessoa diga que não faz questão de se vestir de certo modo, que prefere ser diferente. Então, está adotando em sua conduta a mesma atitude que os outros demonstram em relação a si. Quando uma formiga alheia é introduzida numa comunidade com outras formas, estas se voltam contra a intrusa e a destroçam. Na comunidade humana, a atitude pode ser tomada pela própria pessoa que se recusa a se submeter porque ela mesma adota a atitude comum.

Acreditamos que o equilíbrio entre o “eu” e o “mim” – valorizando o eu o suficiente para manter seus ideais e sua perspectiva individual do processo social, mas mantendo o mim em ação o suficiente para preservar relações interpessoais dependentes do pensamento conjunto – resulta no combate aos valores sociais e na autoafirmação mencionados por Mead (2010, p. 212), os quais, por sua vez, geram modificações na sociedade na relação mútua de mudança apresentada por Mead (2010, p. 186). Desenvolver pensamento crítico não diz respeito a simplesmente aplicar a atitude comum para consigo, excluindo-se, por exemplo, de uma moda, um gosto musical, um pensamento comum. O equilíbrio está na preservação da própria individualidade, cuja definição proposta por Mead (2010, p. 240) complementa a ideia do sujeito peculiar e único, visível na mudança que ele causa na comunidade: “[...] a individualidade é [...] constituída por uma atitude distanciada ou por uma realização modificada, de qualquer tipo social dado e não por uma adesão conformista ao mesmo, e tende a ser algo [...] distintivo, singular e peculiar [...].” A expressão do indivíduo é essencial para a mudança, como afirma Mead (2010, p. 239): “o valor de uma sociedade organizada é essencial à nossa existência, mas também é preciso que haja espaço para a manifestação do indivíduo, a fim de que haja uma sociedade satisfatoriamente desenvolvida.” O pensamento crítico que gera mudanças não se exclui na não-pertença, mas sim a torna ferramenta de modificação social.

Uma vez que a linguagem é o meio de desenvolvimento da personalidade do indivíduo, de acordo com Mead (2010, p. 178), acreditamos que ela constitui o meio para alcançar o almejado equilíbrio entre as fases do *self*. O indivíduo se experiencia como “mim”, reage ineditamente como “eu”, se ajusta às expectativas o suficiente para manter relações interpessoais saudáveis e expressa a própria individualidade o suficiente para manter sua originalidade e propor mudanças à comunidade. As duas atitudes ocorrem na interação social, cujo mecanismo é a linguagem. Assim, sendo a literatura linguagem, ela constitui, nesse caso, o meio através do qual o equilíbrio entre as fases do *self* descrito é alcançado.

2 TEMPO

O tempo é a categoria narrativa que permite o discurso tente reproduzir o fluxo de consciência da personagem, pois a ordem – ou a desordem – temporal constrói o vaivém do pensamento no que diz respeito à temporalidade. Assim, cabe salientar que a ordem é a relação entre o tempo da história e o tempo da narrativa, de acordo com Genette (1986, p. 33):



Estudar a ordem temporal de uma narrativa é confrontar a ordem de disposição dos acontecimentos ou segmentos temporais no discurso narrativo com a ordem de sucessão desses mesmos acontecimentos ou segmentos temporais na história, na medida em que é indicada explicitamente pela própria narrativa ou pode ser inferida deste ou aquele indício indireto.

A narrativa primeira é a história que está sendo contada em primeiro plano no romance: “passaremos a chamar ‘narrativa primeira’ ao nível temporal de narrativa em relação ao qual uma anacronia se define enquanto tal.” (GENETTE, 1986, p. 47). A anacronia é definida pelo autor como “diferentes formas de discordância entre a ordem da história e a ordem da narrativa.” (GENETTE, 1986, p. 34). A analepse é o tipo de anacronia que nos interessa.

Nesse sentido, analepse, segundo Genette (1986, p. 47-49), é a evocação posterior de um elemento anterior ao ponto de partida da história em que se está. Já o alcance das anacronias é a distância entre o tempo da história (narrativa primeira) e quando se deu o evento narrado na anacronia. A duração da anacronia, por sua vez, compreende a quantidade de tempo que ela abrange.

Ainda, a analepse externa tem amplitude exterior à narrativa primeira, ou seja, o fato se deu totalmente antes do ponto de partida da narrativa primeira do romance. A analepse interna tem amplitude interior, ou seja, entre o ponto de partida temporal do romance e o ponto em que se está. A analepse interna pode ser homodiegética, quando seu conteúdo é o mesmo da narrativa primeira, e heterodiegética, quando aborda um conteúdo que difere da narrativa primeira. A analepse mista inicia-se antes do ponto de partida da narrativa primeira e termina entre ele e o ponto da história no qual se está.

Além disso, a função dos tempos na narrativa também é discutida por Bourneuf e Ouellet (1976, p. 178) e, de acordo com os autores, o presente conta o passado para atualizar um problema; o futuro coloca em paralelo o que ainda está por vir com o presente, ressaltando a continuidade ou a ruptura e o passado, por sua vez, fixa a história na perspectiva histórica.

A oposição entre os tempos na narrativa é apreensível no discurso de *Madame Bovary*, segundo Bourneuf e Ouellet (1976, p. 180-181): o discurso apresenta a oposição entre o presente imediato (vida cotidiana de Emma) e o futuro (possibilidade de romper o ciclo temporal em que vive). Logo, a protagonista de Flaubert vive, no romance, a oposição entre o tempo cíclico vivido e o tempo imaginário projetado.

Ademais, a medida objetiva de tempo também é discutida pelos autores. A forma mais simples de exprimir a relação entre a narrativa e o tempo empírico é datar os eventos romanescos. O escritor pode referenciar o tempo de outras formas, como aludindo a acontecimentos históricos, estabelecendo relação entre eventos da narrativa e mencionando estações climáticas. O tempo objetivo e exterior pode dar origem a outro tempo, aquele subjetivo e interior das personagens. A medida subjetiva de tempo – que pode se dar na sucessão de fatos em uma cena, dando a impressão de passagem do tempo a partir da sensação das personagens – produz “um efeito sobre as personagens e, desse modo, visa[m] interiorizar a experiência do tempo.” (BOURNEUF; OUELLET, 1976, p. 183).

Outrossim, o tempo da escrita, de acordo com Bourneuf e Ouellet (1976, p. 190), também diz respeito à técnica romanesca, a qual não se dissocia do momento da escrita, uma vez que o escritor decide, no momento da escrita, seguir os moldes artísticos de sua época ou recusá-los. Além



disso, a duração da composição também importa: se o autor escreve em três dias ou três anos o seu romance. A duração do narrador, por sua vez, é detectável em todo romance.

Já o tempo da leitura, para Bourneuf e Ouellet (1976, p. 192-195), demonstra que a obra não envelhece, mas se modifica. A distância crescente entre as experiências de leitura e escrita é agravada pela evolução vocabular e mudanças de pensamento e de estilo de vida de uma época para outra. Logo, a leitura não se resume a coincidir as consciências do leitor e das personagens, mas também a do leitor e do romancista. Contudo, a coincidência entre leitor e escritor é difícil, uma vez que não temos conhecimento das particularidades do escritor e, principalmente, porque a obra tem caráter autônomo.

A relação aventura, escrita e leitura apresentada por Bourneuf e Ouellet (1976, p. 198) é evocada por Sterne, que deseja, em *Tristram Shandy*, um leitor lúcido e atento, que recebe o testemunho de seu narrador e inventa por si mesmo a obra. Diferentemente do romancista de evasão, o escritor não pretendia retirar o leitor do seu tempo real para levá-lo a um tempo imaginário, pois via a leitura não mais como passatempo para o tédio, mas sim uma experiência de criação e um exercício do intelecto.

Cabe salientar, ainda, que o leitor é ativo na dimensão temporal narrativa, segundo Nunes (2013, p. 71):

[...] a dinâmica dos atos de preenchimento, que corre pelas trilhas do discurso, ajusta o tempo vivido, extratextual do leitor, com a suma de sua experiência cultural e social, em que se incluem as convenções literárias, as oscilações temporais do texto entre presente, passado e futuro. É o leitor que abre essa rede temporal do discurso, malha de muitos fios reais, no plano do imaginário, efetuando, com o mundo da obra que reconfigurou o mundo real, a dimensão do tempo fictício.

A desenvoltura do tempo no romance é influenciada pelo tempo do cinema, capaz de fundir espaços devido ao caráter pictórico. A ilusão de simultaneidade, no romance, terá que ser criada partindo de artifícios ou convenções, tanto a simultaneidade quando há tempos simultâneos no espaço (desdobramento do tempo no espaço), quanto quando temos diferentes histórias em unidades espaço-temporais divergentes. Entre os artifícios para exprimir simultaneidade na forma romanesca, destaca-se a técnica do salto temporal, que gera anacronias na forma romanesca, que não preenche os períodos vazios. As anacronias tornam-se ainda mais complexas “[...] em decorrência do recorte do tempo cronológico pelo tempo vivido, que contrasta, por sua vez, com o tempo do ato de escrita, que contrasta com o presente da narração, que contrasta com a temporalidade do leitor...” (NUNES, 2013, p. 53).

O romance de fluxo de consciência, segundo Nunes (2013, p. 55), é aquele em que características de duração interior da personagem são incorporadas à narrativa. Esse romance adentra a intimidade da personagem, narrando as mudanças mínimas de pensamento. As atitudes e coisas do mundo externo são interpretadas pela perspectiva imprecisa e oscilante da experiência interna. A ordenação das situações objetivas externas no romance de fluxo de consciência se dá pela experiência interior e íntima da personagem.

A desenvoltura da associação livre de ideias da personagem encadeadas no discurso romanesco é mencionada por Nunes (2013, p. 59) sobre a ficção proustiana. A lembrança viva desencadeada espontaneamente por uma sensação atual presentifica o passado da personagem e o respectivo espaço físico onde ocorreu o evento da lembrança. A duração interior da personagem,



de acordo com Nunes (2013, p. 60), desperta em si o encontro com sua essência, seu eu profundo e se realiza na intemporalidade. Ao reviver o passado, o presente é retirado do fluxo do tempo. O reencontro do tempo cronológico com a duração psicológica interrompe o fluxo de consciência, que paralisa o tempo num instante de êxtase. A intemporalidade do presente imóvel liberta a personagem do conflito entre o tempo vivido e o tempo cronológico.

A história pode ser contada na ordem reversa através do deslocamento dos planos temporais, de acordo com Nunes (2013, p. 67). A manipulação da história, além de alcançar o tempo da ficção, alterando a ordem temporal, também pode visar “a relação dos dois tempos – o da história e o do discurso –, convertida no tema principal da narrativa.”

3 O TEMPO NA CONSTRUÇÃO DA NÃO-PERTENÇA EM *OS MEUS SENTIMENTOS*

Para tratar da questão do tempo no romance *Os meus sentimentos*, é preciso lembrar que a narrativa é constituída por um único fluxo de consciência lançado ao leitor num jorro de palavras. Como fluxo de consciência, constitui a expressão do pensamento da protagonista sem interrupção. Como é comum nesse tipo de narrativa, os tempos presente, passado e futuro são misturados.

Já para examinar a ordem num romance ou conto qualquer é necessário, antes de tudo, verificar qual é a narrativa primeira. Em *Os meus sentimentos*, pode-se considerar, para fins de análise, o acidente. Poder-se-ia também considerar a narrativa da vida da protagonista, pois é isso que importa, mas ela é relatada, aos poucos e em ordem inversa em meio à narração do acidente. Em termos técnicos, informações sobre o acidente estão em primeiro lugar.

A descrição do vaivém temporal no discurso de *Os meus sentimentos*, entremeando a narrativa primeira com a história da vida de Violeta por meio de analepses, tem por finalidade demonstrar como, tecnicamente, o fluxo de consciência amarra tempos, espaços e eventos dispares.

O tempo da narrativa cardosiana se desenrola a partir de analepses externas heterodieéticas e homodieéticas cujas narrativas primeiras são os eventos do dia do acidente – narrados inversamente do capítulo dois ao seis –, e, a partir delas, a personagem narra sua história de vida. Esse movimento se dá pelo discurso narrativo todo, ou seja, a divagação sobre a suposta morte enquanto a personagem se encontra ainda no carro também é narrativa primeira das analepses sobre a história da vida da protagonista.

A história de vida de Violeta compartilhada em sua narração através de analepses gira em torno dos eixos família, trabalho e vida amorosa.

A relação de Violeta com a família se desenrola em duas gerações diferentes: a relação com os pais, já mortos no tempo da narrativa primeira, e a relação com a filha e o meio-irmão, que constituem a geração atual. A mãe de Violeta, Maria Celeste, era muito rígida com a filha por essa não corresponder aos padrões estéticos e comportamentais femininos. A relação entre elas é marcada pelo desprezo da mãe pela filha, constantemente humilhada por Celeste, que elogiou a filha uma única vez. O episódio é narrado tendo a venda da casa, no banco, como narrativa primeira:

[...] a minha mãe, para acentuar a estranheza do dia, elogiou, foi a primeira vez que a minha mãe me disse que uma roupa me assentava bem, naquela tarde recebi o primeiro e único elogio da minha mãe / fica-te muito bem, não há nada como as linhas clássicas, ma chérie / devíamos parecer uma família, quando passámos o jardim a minha mãe deteve-se numa roseira, tenho de a mandar cortar, disse, está cheia de bicho, olhei para a roseira doente, para as outras roseiras, as que a Dora foi hoje podar pela última vez, não valia a pena, não está nas mãos dela salvar o



jardim, os compradores vão acimentar tudo, olhei novamente para a roseira doente quando a minha mãe disse, amanhã telefono ao jardineiro para vir cortar, e saímos para a nossa volta [...] (CARDOSO, 2012, p. 133).

A lembrança do jardim traz à memória a ação de podar de Dora na manhã do dia do acidente. O elogio da mãe relatado nessa longa analepse demonstra mais uma vez que a relação entre ela e a filha era conflituosa. A filha, para Celeste, era obesa e promíscua: “[...] a minha mãe insistia com o meu pai, / tens de ter uma conversa com a tua filha, Baltazar / alguém na tua família se portava assim, alguém tinha esse aspecto [...]” (CARDOSO, 2012, p. 240), como se lê no capítulo seis. Já no capítulo cinco tem-se, com o relato do passeio no dia que foram cercados, a visão da desunião familiar:

[...] é por isso que não sei exatamente o que se passou na tarde do cerco, a história do cerco, tínhamos saído de casa juntos, íamos dar um passeio, / e se fôssemos até a uma explanada, Baltazar, há muito tempo que não vamos, o que te parece, Baltazar / tenho a certeza de que a minha mãe não esperava que o meu pai aceitasse o convite, há tanto tempo que não saíam juntos, é assim que me recordo da conversa mas não garanto que os factos não sejam outros [...] não sei como concordámos sair juntos naquela tarde, ainda hoje não percebo, há muito que tínhamos vergonha uns dos outros, não percebo como naquela tarde saímos juntos, [...] (CARDOSO, 2012, p. 132).

A vergonha que sentiam mostra como era o seio familiar da personagem. Ainda tendo o episódio do banco como narrativa primeira, temos conhecimento da postura de Baltazar nessa família e reitera-se o modo de ser da mãe. A criação obsessiva de pássaros no quintal torna-se a sua fuga, o que agravou o sentimento de não-pertença da filha àquela estrutura familiar:

[...] o meu pai todo o dia a olhar para os pássaros, à noite vestia o casaco que lhe ficava grande, estava tão magro, a barba por fazer, os sapatos mal engraxados, mas nos olhos um brilho inexplicável, quando saía à noite sempre aquele brilho inexplicável, a única coisa que não tinha mudado, o mesmo brilho dos primeiros tempos de casado / vou espaiar / quando passava pela minha mãe, uma rapariguita sentada no sofá a fingir que não sabia aonde ele ia, uma rapariguita que aceitava o até já dito entredentes sem fazer perguntas e que fazia por não reparar no brilho dos olhos do marido, e tornava a fazer por não reparar que o brilho se apagava quando o marido regressava, o que acontecia cada vez mais tarde, [...] durante muito tempo não desconfiei de nada, a minha mãe tratou o assunto como tratou os outros assuntos desagradáveis, / não há nada que o silêncio não mate / a minha má fama, a paixão da Maria da Guia por um comunista, a tonta da Clarissa a dar-se ares porque o filho ocupava um cargo na revolução, a minha gravidez, tratou todos os assuntos desagradáveis da mesma maneira, o silêncio, não há nada que sobreviva ao silêncio, nada, vou espaiar, apetece-me dizer para o funcionário que preenche formulários, pouse a revista no tampo de vidro da mesa [...] (CARDOSO, 2012, p. 147-148).

O pai, como dito, ia visitar, todas as noites, a amante, mãe de Ângelo que morava no final da rua. O desejo da personagem de dizer ao funcionário a frase da mãe demonstra o desprezo pelo modelo de família que teve.

O trabalho da protagonista é vender cera depilatória. Quando sofre o acidente, na madrugada do temporal, estava viajando para vender ceras às suas clientes Betty e Denise em outra



cidade, como vemos enquanto narra a viagem antes do acidente: “[...] sigo o meu caminho, não posso desistir da minha luta, todos os dias os meus inimigos me vencem no meu próprio corpo, [...] sou uma boa vendedora, a melhor, amanhã estou de volta, [...]” (CARDOSO, 2012, p. 18). Todavia, ela vende ceras na época do surgimento da depilação a *laser*, como vemos na narração do jantar:

[...] tudo que tu tocas morre / sem ouvir o disparate que leu num livro qualquer, sublinha nos livros frases idiotas a que dá vida neste tom de tragédia, pobre criança, este golpe não me atinge, a minha adversária perdeu uma oportunidade, gracejo, / quem me dera, vencia o laser / se assim fosse competia com os centros espanhóis que estão por todo lado a prometer, pelos supérfluos nunca mais, que exortam, vá à raiz do problema, [...] (CARDOSO, 2012, p. 95).

Na frase “vá à raiz do problema”, a ocupação da personagem pode ser interpretada simbolicamente: o produto que vende não é solução definitiva para os pelos, apenas os arranca. É a mesma atitude que ela tem com relação ao passado até então: ao invés de ressignificar, ela busca corrigir o passado com a venda da casa. Ademais, a venda de um produto relacionado à coerção de padrões sobre as mulheres – que devem se depilar para serem consideradas higiênicas – por Violeta, que não corresponde a esse padrão feminino, é contraditória. Seu modo de ganhar a vida vai contra a aceitação da própria singularidade.

O trabalho de Violeta é mais bem descrito na lembrança, relatada por meio das analepses das conversas com suas clientes, entremeada ao encontro com o caminhoneiro:

[...] tenho frio, o corpo do homem é insuficiente para cobrir o excesso do meu que espreita por todo o lado, [...] se o homem falasse era mais fácil, [...] o homem continua calado, tenho de me afastar do que está a acontecer, pensar noutra coisa, numa estratégia para vender a cera ecológica à Denise que me espera amanhã antes da abertura do cabelereiro [...] o ucraniano, o Serguei, penso que se chama Serguei, diz com o sotaque que quase todos os órfãos de línguas têm, Denise, dórmirr mal, estar poca bem, pronuncia corretamente a palavra bem e a palavra mal e isso não significa nada, é apenas uma curiosidade [...] a Denise está convencida de que é uma pessoa sensível, [...] dá como prova o facto de continuar a comprar-me ceras / isto vai de caixão à cova, o mês passado nem para a renda deu / apesar de o negócio lhe correr mal, menospreza o facto de comprar sempre as mais baratas, tenho de me esforçar para lhe vender a cera ecológica, nunca mais aceito esta cera, não posso perder tempo com uma cera tão cara por ser amiga do ambiente, [...] (CARDOSO, 2012, p. 50-52).

As falas de Denise, do ajudante ucraniano evocam outra cliente:

[...] a Betty leva-me para um quatinho a que chama o gabinete de estética e pede-me que me sente enquanto vai buscar o caderno onde tem apontado o que necessita, é muito organizada, quando regressa bate levemente com a ponta da caneta na testa, tem frequentemente os gestos de quem matuta, surpreende-me sempre com um pormenor científico / sabia que a pele é o maior órgão do corpo humano, que representa cerca de dez por cento do nosso peso / de que invariavelmente duvida, ainda há poucos dias ouviu na televisão mais não tem a certeza, dez por cento parece muito, cinco por cento, talvez seja cinco por cento, afinal Betty tem uma opinião sobre quanto deve pesar a pele, fala do programa, muito bom com aquela jornalista muito boa, não se lembra o nome, [...] (CARDOSO, 2012, p. 55).



Apesar do relato com verbos no presente do indicativo, como na maior parte da narrativa, o evento em que Betty fala sobre a pele se deu no passado e é evocado na digressão que a personagem faz para distrair-se do silêncio após a relação sexual com o caminhoneiro.

O amor é um terreno desconhecido pela personagem, que repete diversas vezes o bordão “conheço o amor de ouvir falar” (CARDOSO, 2012, p. 48). Enquanto narra a relação com o caminhoneiro, esse bordão constitui o elo com o relato analéptico da relação de Violeta com os rapazes na adolescência:

[...] deito-me no chão sujo da casa de banho, puxo-o, peço, mata-me, mata-me o desejo que em mim cresce com a mesma força, ainda com mais força com que as ervas crescem nos baldios, / conheço o amor de ouvir falar / um corpo a repousar sobre o outro [...] pode o amor ser isto, pode o amor / os rapazes gostavam de mim nas matinées / ser essa paz da carne saciada, [...] os meus olhos fixos no teto, veem-nos abraçados, olham para a luz incerta, / quando as luzes do cinema se apagavam os rapazes vinham ter comigo, / desistem, fecham-se, se o homem falasse era mais fácil, [...] depois da carne saciada tanto me faz o que eles dizem, / quando o filme acabava e os rapazes deixavam de me conhecer eu não me importava / o homem continua calado, tenho de me afastar do que está a acontecer, [...] (CARDOSO, 2012, p. 48-51).

O bordão resulta de vivências do passado que levaram ao comportamento sexual da personagem, que se resume a encontros efêmeros com homens estranhos com os quais, num jogo perigoso, encena ser vítima. O relato da conduta do extremo “eu” – uma das fases do *self* proposto por Mead (2010, p. 151-245) – de Violeta é iniciado no discurso por esse recurso. Além disso, os encontros com os rapazes são retomados posteriormente, tendo a última visita à casa dos pais como entremeio:

[...] vou vender esta casa, o hábito de me desmornar no passado é perigoso, se me distraio posso nunca mais sair daqui, a partir de hoje vai ser tudo diferente, estou livre, hoje acerto as contas com a vida e nunca mais o passado me faz mal, [...] não quero ficar presa ao passado, [...] a memória é a tortura pior, a memória que não me deixa descansar mesmo se já não sinto o corpo, suspensa pelo cinto de segurança, [...] ao princípio ainda perguntei, a que horas vais me buscar, estás parva, não te vês ao espelho, portanto ia sozinha ter com os rapazes / não sabíamos que gostavas tanto de cinema, Violeta / que se riam de mim, com o passar do tempo a minha mãe tratou desse assunto como de todos os assuntos desagradáveis com que lidou, / não há nada que o silêncio não mate / portanto ao contrário das outras raparigas, as decentes, chegava ao cinema sozinha [...] (CARDOSO, 2012, p. 227-229)

A menção ao cinto de segurança retoma a narrativa primeira, ou seja, o acidente.

O tipo de amor que a personagem conhece em vida é o de mãe, e isso é mostrado na divagação sobre sua suposta morte, enquanto narra o reconhecimento do seu corpo feito por Dora:

[...] se nem os homens que ajudam Dora eu consigo distinguir, [...] se esses homens não colaborarem é muito difícil convencerem-me a voltar à vida, a Dora pensa nos segredos que ficam para sempre escondidos no corpo que deixa para trás, / o meu pai / detalhes irrelevantes da nossa história, na nossa história só há um fato verdadeiramente importante, ouves-me Dora, consegues ouvir-me, nasceste para



que eu pudesse experimentar o amor, nasceste para me salvares de mim, esse é o único segredo que deves descobrir [...] (CARDOSO, 2012, p. 308-309).

A escolha de um amor diferente do convencionalmente destacado parece ser uma chamada da escritora ao leitor sobre a existência de diversos tipos de amor além do comumente retratado, tema da antologia *Tudo são histórias de amor* (2017).

O desenvolvimento da narrativa por meio de fluxo de consciência constrói a não-pertença de maneira bastante peculiar como apontado.

Violeta vive a oposição temporal de Emma Bovary – mencionada por Bourneuf e Ouellet (1976, p. 180-181) –, entre o tempo cíclico e o imaginário projetado. A não-pertença é construída por essa oposição temporal. O tempo de sua vida é cíclico: a não-pertença acompanha a personagem desde a infância e perpassa, além da sua geração, a dos pais e a da filha. A ruptura do sentimento de não-pertença aconteceria, segundo a expectativa da personagem, com a venda da casa, momento em que Violeta deixaria de pertencer ao ambiente que sempre a sufocou. A casa é personagem – é nela que Violeta vai projetar seus sentimentos tristes:

[...] é a última vez que entro nessa casa, as paredes que se aproximavam para me sufocarem, os tetos que se baixavam para me esmagarem nunca mais podem me fazer mal, daqui a pouco, às duas horas para ser mais precisa, assino a escritura e estou livre, nunca mais pertenço a esta casa, [...] (CARDOSO, 2012, p. 182).

A ideia de que tudo vai ser diferente após a venda é o desejo projetado no imaginário de Violeta: “estou satisfeita, vendi a casa, nunca mais lhe pertenço, finalmente livre, a partir de hoje vai ser tudo diferente” (CARDOSO, 2012, p. 27). O acidente rompe essa possibilidade também, como se a vida enviasse a mensagem de que não é tão simples assim mudar e que a mudança vem de dentro, ou seja, da conduta do indivíduo, e não de algo externo a ele.

A medida objetiva de tempo – apresentada, juntamente com a medida subjetiva, por Bourneuf e Ouellet (1976, p. 183) – não aparece em *Os meus sentimentos*, mas inferimos que a história se desenrola na segunda metade de 1997, data referenciada no romance seguinte de Dulce Maria Cardoso, *O chão dos pardais*. Nesse romance, Violeta aparece no metrô e interage brevemente com uma personagem, há referência direta ao ano de 1997 e à morte da Princesa Diana no primeiro capítulo:

Faltavam duas estações para o destino deles, quando uma mulher se sentou ao lado de Sofia, uma mulher muito gorda, com o cabelo molhado, apesar do dia bonito de fim de Verão. Cheirava a tabaco e a cerveja e carregava dois sacos. Sofia espreitou para os sacos, com a mania de olhar para dentro de tudo, e viu várias amostras de ceras depilatórias. Sofia calou-se. Não queria que a mulher os ouvisse. Apesar do calor a mulher vestia *collants* e Sofia reparou que tinham uma malha caída. A mulher atenta ao olhar de Sofia disse, Foi por causa do acidente. (CARDOSO, 2014, p. 92).

Além disso, a única marca temporal de *Os meus sentimentos* é relativa às horas passadas: no segundo capítulo, temos: “[...] já é muito tarde, 4:37 no relógio digital do tabeliê, 4:32 na realidade, sempre me concedi cinco minutos de avanço, [...] (CARDOSO, 2012, p. 16); e no último: “[...] são 14:37 no relógio digital do tabliê, são 14:37 no mundo lá fora, [...]” (CARDOSO, 2012, p. 370). Nesse momento, percebemos que a duração interior é incorporada à trama de *Os meus sentimentos*, como



diz Nunes (2013, p. 55) sobre os romances denominados de fluxo de consciência. É na experiência de tempo da narradora-personagem que a narrativa se constrói.

A medida subjetiva de tempo revela-se na gota de água que não desliza do para-brisa, demonstrando que o tempo que passa é interior, uma vez que tudo parece se passar em um instante e por isso a gota continua lá: “[...] os olhos pousados, inertes, na gota de água cheia de luz, uma gota inundada de luz, quase a apanhar-me, a vencer-me, resisto [...]” (CARDOSO, 2012, p. 10).

Além disso, a interiorização da experiência do tempo é expressa no romance de Cardoso por meio dos tempos verbais majoritariamente no presente do indicativo e pretérito imperfeito, da pontuação por vírgulas e das frases curtas que figuram a sequência da narração dos eventos do acidente e da história de sua vida. A quase simultaneidade desses relatos constitui a dimensão da experiência interior de tempo que, por sua vez, constrói o tema da não-pertença. O desconforto, a densidade e a urgência da narrativa fazem com que o leitor sinta o desconforto maior do que estar de cabeça para baixo num carro capotado: a não-pertença.

A escritora informa, após o término da narrativa, a duração da composição literária: de agosto de 2001 a outubro de 2004, embora tenha perdido o texto todo e o tenha reescrito em um mês a partir da memória. Assim, apagar tudo e reescrever do zero se tornou o método criativo de Cardoso. Já a duração de *Violeta*, como narradora-protagonista, é efêmera: toda a narração se dá após o acidente, no carro, durante dez horas.

A autonomia da obra em relação ao escritor dificulta o processo de leitura, no qual a ideia do leitor teria que coincidir com a do autor, segundo Bourneuf e Ouellet (1976, p. 192-195). A autonomia da obra e o estilo do autor podem ser preservados se o leitor apreender a produção literária do escritor como um todo, estabelecendo relações intertextuais. Desse modo, a não-pertença, tema de *Os meus sentimentos* e do presente artigo, é mencionada no livro *Rosas* (2017, p. 25): “Entre a atracção de perder-me num todo vibrante e o orgulho de agarrar-me a uma ideia qualquer de individualidade, hesito. Não me sinto pertença de nada. Nem sequer de mim.” A escritora também menciona o tema em entrevistas, como no seguinte fragmento:

[...] não há mal nenhum em não pertencer. E é uma triagem, passa-se a pertencer aos certos. Não é pertencer à mesma profissão, é gostar das mesmas coisas e partilhar um ponto de vista moral. Acho que as amizades, os livros, têm a ver com o que nos divertimos com aquela pessoa ou livro e o que partilhamos em termos éticos. Não era por pertencer àquela escola que devia ser amiga deles, se calhar pertencia ao grupo de junkies da outra escola, que já tinham reprovado mil anos. (CARDOSO, 2014)

O leitor ativo, lúcido, atento, que tenha distanciamento crítico em relação à obra e adquiere, a partir dela, distanciamento crítico em relação à própria realidade – mencionado por Bourneuf e Ouellet (1976, p. 198) e Nunes (2013, p. 71) – é o leitor almejado por Dulce Maria Cardoso, considerando o projeto artístico de sua obra proposto por Gonçalves Neto e Gama (2012, p. 5):

Com uma fina ironia e uma grande noção de entroncamento dos dados, Cardoso elabora uma tessitura narrativa que entrecruza os dados e direciona seu leitor a posicionar-se frente aos problemas de sua época. Ou seja, o embate presenciado em 74 precisa continuar a acontecer para que suas sementes sejam plantadas, e não esquecidas.

A ilusão de simultaneidade mencionada por Nunes (2013, p. 49) acontece, em *Os meus sentimentos*, através da duplicação do tempo da história no espaço. Os dois episódios de tempos



diferentes se desdobram no mesmo espaço no quarto capítulo: mãe e filha, frequentando do Salão Princesa em 1974, na época da revolução, e sendo dele expulsas devido à postura da família e o jantar de Violeta, Dora e Ângelo, supostamente em 1997, no restaurante indiano que funciona onde antes era o Salão. O tempo presente – o do jantar – é fundido ao tempo passado – o do salão – e os respectivos eventos a fundirem na mente da narradora-personagem:

[...] pode parecer absurdo mas acontece por vezes sermos dois, sete, tantos, eu, a que estou no restaurante, sou esta e outra que veio ao Salão Princesa, talvez seja este o meu maior talento, / era uma mulher tão gorda, tão gorda, que conseguia estar em dois sítios ao mesmo tempo / ser várias ao mesmo tempo, estar em vários sítios ao mesmo tempo, no restaurante indiano com a Dora e com o Ângelo e no Salão Princesa, não me espantar que atrás do Ângelo, onde aquela família janta, a minha mãe seque o cabelo dentro de um capacete plástico com viseira, [...] (CARDOSO, 2012, p. 75-76).

A não-pertença aos padrões femininos comportamentais e estéticos é construída por essa ilusão de simultaneidade adquirida na fusão temporal nesse espaço:

[...] levanto o braço para chamar o empregado do restaurante e abano as pregas de gordura que vão do ombro à mão, um gesto vulgar, uma mão feia, a serpente que enrosquei no indicativo, um anel reles, um único gesto e todos os que estão no restaurante ficam a saber que sou / chic, très chic / uma mulher das mais ordinárias, as unhas pintadas de rosa berrante, a minha mãe olha-me do secador com as unhas perladas, o anel de noivado e a aliança, o vestido amarelo-clarinho [...] queixo-me do empregado que não nos vem atender, o Ângelo podia fazer o favor de contar uma daquelas anedotas que nunca mais acabam, mais ao fundo o sítio onde as ajudantes lavam as cabeças, vamos lavar, perguntam e ajeitam as golias, para não molhar, vestem-lhes batas, / tamanhos únicos / não tem importância senhora voluntária, não tem importância / [...] (CARDOSO, 2012, p. 76).

A mãe olha para a personagem como que para repreendê-la nessa fusão temporal no espaço do restaurante e do Salão. A menção final à bata remete às visitas da personagem à mãe, no hospital, no qual não havia bata de visitantes que coubesse em Violeta. A não-pertença ao padrão estético personificado em sua mãe continua latente até no leito de morte dessa última. A técnica utilizada de fusão temporal para dar a ilusão de simultaneidade é o salto temporal, apresentado por Nunes (2013, p. 53), técnica geradora de anacronias. A personagem salta do presente, no restaurante, para diferentes episódios do passado, no Salão, associando-os, ainda, pela lembrança das batas a um terceiro tempo que é o das visitas à mãe.

As lembranças que dão sequência ao discurso da narradora-protagonista que são, frequentemente, desenvolvidas a partir de uma frase que se repete, são despertadas por uma sensação do presente. As sensações da personagem experienciadas na narração, no carro, sobre os eventos do dia do acidente despertam imagens vivas do passado, que contam, ao longo da narrativa, a história de vida de Violeta, além de explicarem a sua conduta nos eventos narrados. A não-pertença se constrói nesse movimento do tempo da narrativa:

[...] os meus olhos fixos no teto, veem-nos abraçados, olham para a luz incerta, / quando as luzes do cinema se apagavam os rapazes vinham ter comigo / desistem, fecham-se, se o homem falasse era mais fácil, se repetisse algum dos erros dos anteriores, por exemplo, nunca tinha estado com uma mulher tão gorda como tu



ou outro disparate semelhante, como se torna impiedosa a carne saciada, respondia a mim, pelo contrário, nada me surpreendeu, todos os homens que me tratam mal foram devolvidos ao lugar a que pertencem, [...] a maior parte insulta-me sem que eu me rale com isso, depois da carne saciada tanto me faz o que eles dizem, / quando o filme acabava e os rapazes deixavam de me conhecer eu não me importava / o homem continua calado [...] (CARDOSO, 2012, p. 50-51).

A presentificação narrativa é dupla: primeiramente, a personagem presentifica, após o acidente, os eventos que se deram naquele dia, no relato dos quais, ao presentificar as sensações experienciadas, transmite outras imagens vivas da sua vida. No trecho, narrar a luz para qual olhava após o sexo com o caminhoneiro lhe lembra as luzes do cinema da adolescência. A não-pertença é justificada pela conduta coletiva para com a personagem: o desprezo dos rapazes depois de terem dela se aproximado no cinema. A narração dos insultos dos homens lembra o momento em que os rapazes magoavam Violeta com o que, supostamente também não se abalava. Como já mencionado, a personagem tem a conduta extremada no “eu”, uma das fases do *self* de Mead (1913), praticando consigo a atitude coletiva, excluindo-se da possibilidade de realização no amor e relacionando-se, de forma humilhante, com estranhos.

O instante de êxtase, sem passado e futuro mencionado por Nunes (2013, p. 60) é, em *Os meus sentimentos*, o capítulo final. Após a narração do dia do acidente submetida à duração interior, com direito a muitas anacronias que contaram sua história de vida, o fluxo de consciência da personagem dá lugar a um encontro consigo mesma, a um momento intemporal de iluminação e liberdade:

[...] não tenho medo de / uma estalagem solitária, abandonada dobre o mar / nada, nem sequer do amor, os meus olhos rasos de felicidade, na minha pele cicatrizes de todos os meus sonhos, a partir de hoje nada vai ser diferente, à minha frente um mar de tempo sempre igual, [...] (CARDOSO, 2012, p. 369).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, assim, que a não-pertença é o sentimento resultante de uma vida pautada no extremo “eu”, enquanto a mutilação de si ocorre quando a vida é traçada pelo extremo “mim”. Em *Os meus sentimentos*, observamos uma narradora-protagonista que é o extremo “eu”, e cuja perspectiva daqueles que são extremo “mim” podemos observar no seu discurso. Assim, há a crítica aos dois modos de ser por meio de sua difícil história de vida e de sua perspectiva sobre o outro.

Além disso, a narrativa é marcada uma forma diferenciada: pontuação unicamente por vírgulas e intensa desordem temporal, o que constitui anacronias – no caso, analepses – ao longo do romance. Observamos também a relação entre o tempo objetivo e o subjetivo, da personagem. Conclui-se, portanto, que o sentimento de não-pertença é construído enquanto tema principal de *Os meus sentimentos*, dentre outras categorias narrativas, pela instância temporal.

REFERÊNCIAS

BOURNEUF, R.; OUELLET, R. **O universo do romance**. Trad. José Carlos Seabra Pereira. São Paulo: Almedina, 1976.



CARDOSO, D. M. Entrevista à Alleid Ribeiro Machado. Dulce Maria Cardoso e Júlia Nery: olhares em torno da diáspora portuguesa em França e África. Entrevista. **Desassossego**. São Paulo, USP, v. 12, p. 95-119, 2014.

_____. Entrevista a Cláudia Marques Santos. **If you walk the galaxies**. 28 abril 2017. Disponível em: <<http://ifyouwalkthegalaxies.com/dulce-maria-cardoso/>> . Acesso em: 29 de setembro de 2018.

_____. Entrevista a Gustavo Bom. Dulce Maria Cardoso: O que me fez pensar no que estamos aqui a fazer foi o olhar de um cão. **Diário de Notícias**. 17 ago 2016. Disponível em: <<http://www.dn.pt/portugal/entrevista/interior/dulce-maria-cardoso-o-que-me-fez-pensar-no-que-andamos-aqui-a-fazer-foi-o-olhar-de-um-cao-5342457.html>>. Acesso em: 20 ago 2016.

_____. Entrevista a Pedro Miguel Silva. Dulce Maria Cardoso. **Deus Me Livro**. 06 jul 2014. Disponível em: <<http://deusmelivro.com/entrevistas/dulce-maria-cardoso-6-7-2014/>>. Acesso em: 20 out 2016.

_____. Entrevista a Vanda Marques. O amor é o mais benigno de todos os poderes. Entrevista. **Jornal i**. 17 mar 2014. Disponível em: <<http://ionline.sapo.pt/383051>>. Acesso em: 7 de agosto de 2016.

_____. **O chão dos pardais**. Lisboa: Tinta da China Portugal, 2014.

_____. **Os meus sentimentos**. Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2012.

_____. **Rosas**. Lisboa: Douda Correia, 2017.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa**. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1986.

GONÇALVES NETO, N.; GAMA, A. P. F. Liquidez, reconfigurações e pluralidades: a representação identitária da sociedade portuguesa em Chão dos pardais, de Dulce Maria Cardoso. **Anais da ABRALIC**. Campina Grande, 2012. p. 1-7.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MORRIS, C. W. (Org.) **Mente, self e sociedade**. Trad. Maria Silvia Mourão. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

NUNES, B. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.